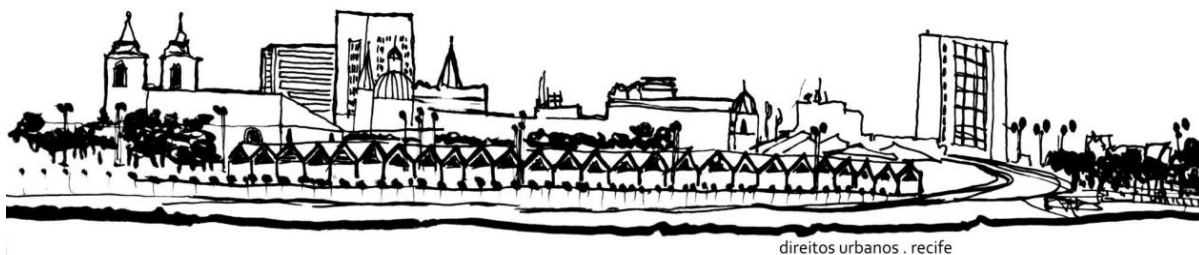




**Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia**

**Articulação de identidades políticas a partir de redes sociais na internet:
uma análise a partir do grupo “Direitos Urbanos / Recife” do Facebook**

TERESA MARIA BARBOSA DE OLIVEIRA



Recife
2013

TERESA MARIA BARBOSA DE OLIVEIRA

**Articulação de identidades a partir de redes sociais na internet: uma análise
a partir do grupo “Direitos Urbanos / Recife” do Facebook**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, sob orientação do professor Dr. Remo Mutzenberg, para obtenção do título de mestre em Sociologia.

Recife

2013

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva CRB4-1291

- O48a Oliveira, Teresa Maria Barbosa de.
Articulação de identidades a partir de redes sociais na internet : uma análise a partir do grupo "Direitos Urbanos / Recife" do Facebook / Teresa Maria Barbosa de Oliveira. – Recife: O autor, 2013.
154 f. : il. ; 30 cm.
- Orientador: Prof. Dr. Remo Mutzenberg.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-graduação em Sociologia, 2013.
Inclui referências.
1. Sociologia. 2. Movimentos sociais. 3. Identidade social. 4. Redes sociais. 5. Internet. I. Mutzenberg, Remo (Orientador). II. Título.
- 301 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2015-04)

TERESA MARIA BARBOSA DE OLIVEIRA

ARTICULAÇÃO DE IDENTIDADES POLÍTICAS A PARTIR DE REDES SOCIAIS NA
INTERNET: UMA ANÁLISE A PARTIR DO GRUPO 'DIREITOS URBANOS/RECIFE'
DO FACEBOOK

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Sociologia da
Universidade Federal de Pernambuco,
como requisito parcial para a obtenção do
título de Mestra em Sociologia.

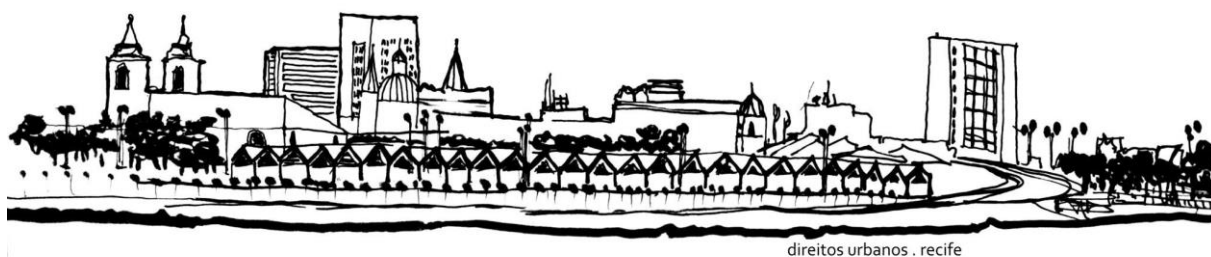
Aprovada em: 29/08/2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr Remo Mutzenberg (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

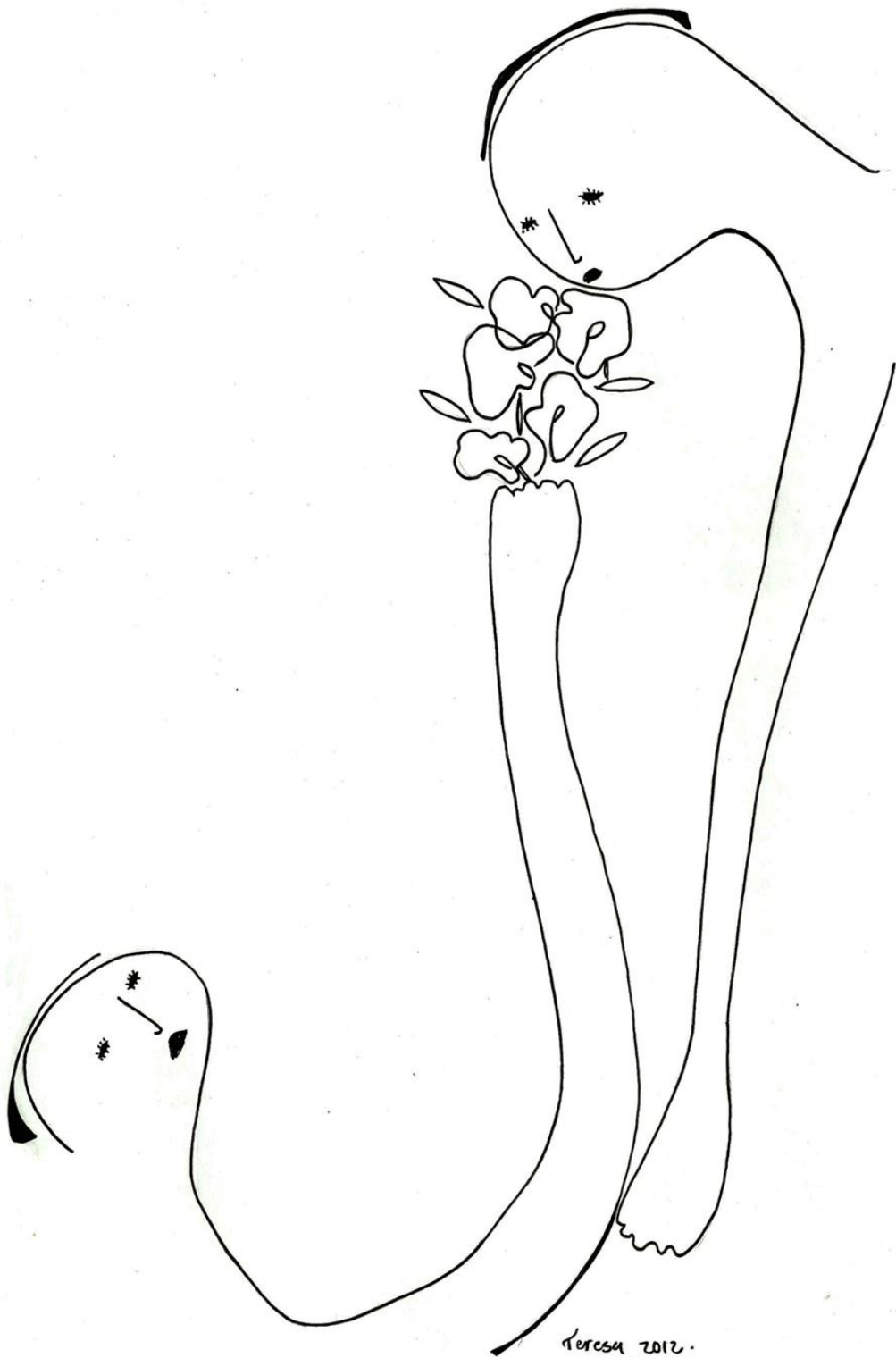
Prof. D^a. Jonas Ferreira (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Ronaldo Laurentino de Sales Júnior (Examinador Externo)
Universidade Federal de Campina Grande



Dedicado a Rafael Acioly.

AGRADECIMENTOS



O espaço destinado aos agradecimentos permite evidenciar que os frutos do trabalho resultaram do cultivo de muitas mãos. Em primeiro lugar, agradeço a toda minha família. Ao meu companheiro Rafael Acioly, à minha mãe Maria da Paz e às minhas irmãs Marina e Alice, a mais nova alegria da família, à minha sobrinha Helena, à minha sogra-mãe dona Gleide, aos cunhados Antônio e Eduardo, aos queridos Benilde e Evandro e a todos os nossos gatinhos. Foi com o amor, o respeito, a compreensão, o incentivo e o apoio de todas essas pessoas que esse trabalho foi realizado.

Agradeço também, em especial, aos amigos Aristeu, Rafaela, Fernanda e Marcela com quem dividi a rotina na Universidade e compartilhei desafios e felicidades nesse período. Hoje, tenho um profundo sentimento de gratidão por tê-los encontrado nessa vida. Também não posso deixar de lembrar os amigos Ana Marta, Cleo, Raquel e Renato, por todo companheirismo nos momentos de alegria e de dificuldade, agradeço muito pela lealdade e confiança que nutrem nossas relações. Aos amigos de longas datas e que sempre me incentivaram em seguir com esse trabalho: Layla Jorge, Juliane Xavier, Miguel Pedrosa, Pedro Torreão, Natália da Matta, Jacqueline Carvalho, Rany Mattos, Stephanie Gomes, Maíra Acioli, Victor Rodrigues, Izabella Medeiros, Chico Sá e Ana Rodrigues.

Agradeço ainda a todos os professores e aos colegas da turma de mestrado 2011 do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS). Aos professores Silke Weber, Maria Eduarda e Jonatas Ferreira, pelas contribuições feitas ao projeto de pesquisa que resultaram nesse trabalho. Também faço os meus agradecimentos à professora Eliane Veras, pelo incentivo dado. Àqueles que compõem o grupo “Sociologia da Sociedade Brasileira” do qual fiz parte em 2011 e início de 2012. Agradeço em especial ao meu orientador, o professor Remo Mutzenberg, por quem nutro admiração intelectual e pessoal, por todo o acolhimento e orientação, pela forma como ajudou a conduzir as atividades e por sempre trazer luzes novas quando o trabalho se tornava difícil e cansativo.

Este trabalho também foi o resultado do apoio institucional dado pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS), pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e pelo apoio financeiro do Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por isso também estendo a esses os meus agradecimentos.



(fotografia de capa da *fanpage* do grupo “Direitos Urbanos/Recife” no Facebook)

“Pois é do sonho dos homens que uma cidade se inventa”

(Guia Prático da Cidade do Recife – Carlos Pena Filho)

RESUMO

Nos últimos anos, percebe-se um aumento relevante do acesso à internet no Brasil. Mesmo com um número importante de pessoas que nunca a acessaram e a presença de padrões de desigualdade nesses acessos, considera-se necessário refletir sobre as configurações das ações e movimentos coletivos no contexto da expansão das novas tecnologias da informação e comunicação (NTICs) na sociedade brasileira. Tendo em vista que a internet tem desempenhado papel importante no desenvolvimento de novas formas de sociabilidade, de concepções de tempo e espaço, observa-se na literatura sobre o tema, um conjunto de discussões sobre o papel político e democrático dessa tecnologia. É sobre essas implicações que esse trabalho procurará refletir. Sendo assim, tem-se por objetivo analisar os limites e possibilidades de articulação de identidades políticas a partir das redes sociais na internet. Para isso, será elaborado um estudo de caso do grupo “Direitos Urbanos/Recife” do *Facebook*. A abordagem desse trabalho reconhece a relevância de se pensar os fenômenos ocorridos a partir das redes sociais na internet, no contexto mais amplo e global da sociedade da informação. No entanto, procurará inserir a compreensão do estudo a que se pretende na esfera mais nacional e local, por entender a necessidade de se pensar os atuais desafios enfrentados pelos movimentos sociais e atores políticos na sociedade brasileira. Tomar-se-á como referencial de análise para refletir sobre as articulações de identidade políticas nas atuais sociedades democráticas o pós-marxismo de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe e a abordagem de redes na sociedade da informação para pensar o papel da internet diante das configurações recentes dos movimentos sociais.

Palavras-chave: Identidade política. Redes sociais. Internet.

ABSTRACT

In recent years, it has been noticed a significant increase on internet access in Brazil. Even with a large number of people who have never accessed internet, as well as the presence of patterns of inequality on internet access, it is necessary to reflect on how are social actions and collective social movements built in the context of the expansion of New Technologies of Information and Communication (NTIC) in Brazilian society. Given that the Internet has played an important role in the development of new forms of sociability and new conceptions of time and space, there is a considerable volume of scientific literature on the topic, focusing on discussions about the political and democratic role of this technology. It's about such implications that this work will seek to reflect. Thus, it is here defined as main objective the analyses of the limits and possibilities of articulating political identities from social networks on the internet. In order to do so, a case study will be conducted about the group "Urban Rights / Recife" on Facebook. The approach of this work recognizes the importance of thinking about the social phenomena that has developed from the social networks on the Internet in the broader context of global information society. However, there will be an effort to also analyze the case in study here from a national and local perspective, due to the understanding that there is a need to think about the current challenges faced by social movements and political actors in Brazilian society. The concept of post-Marxism given by Ernesto Laclau and Chantal Mouffe will be taken as a benchmark to analyze the joints of political identities in contemporary democratic societies. The network approach in the information society will be used as a parameter to think about the role of the internet settings in recent social movements.

Keywords: Political identities. Social networks. Internet.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1. Cartaz exposto nos movimentos na Espanha demonstra desencanto como as instituições democráticas – no cartaz está escrito “nossos sonhos não cabem em suas urnas”	33
Quadro 2. Cartaz exposto por manifestante nos movimentos na Espanha demonstra a crítica às políticas neoliberais de cortes de gastos em serviços públicos – no cartaz está escrito “políticos, cortar seus privilégios, não nossa saúde”.....	33
Quadro 3. Manifestante no Occupy All Street com cartaz que diz “nós somos os 99%”.	34
Quadro 4. Projeto Novo Recife	116
Quadro 5. Cartazes de divulgação do #OcupeEstelita pelo Facebook.	123
Quadro 6. Cartazes de divulgação do #OcupeEstelita pelo Facebook.	123
Quadro 7. Foto do #OcupeEstelita.	123
Quadro 8. Frase que nega o Projeto Novo Recife.	123
Quadro 9. Crítica ao Projeto Novo Recife representado no cartaz pela Moura Dubeux.	123
Quadro 10. Crítica à postura da Prefeitura da Cidade do Recife diante do Projeto Novo Recife.	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Percentual de pessoas que utilizam a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade, segundo os grupos de idade – Brasil – 2005/2011.	40
Tabela 2 - Percentual de pessoas que utilizam a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade, segundo os grupos de anos de estudos – Brasil – 2005/2011.	41
Tabela 3 - Percentual de pessoas que utilizam a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, por agrupamentos ocupacionais nos trabalho principal – Brasil – 2005/2011.	42
Tabela 4 - Percentual de pessoas que utilizam a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade, por classe de rendimento mensal real domiciliar per capita a preços de setembro de 2011 – Brasil – 2005/2011.	43

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. MOBILIZAÇÕES SOCIAIS E O CONTEXTO DE EXPANSÃO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO BRASIL ATUAL	17
2.1 Os movimentos sociais no Brasil: da redemocratização aos desafios atuais	17
2.2 Mobilizações políticas pelo Brasil e pelo mundo: a abertura para as novas tecnologias da informação e comunicação na atualidade	31
3. REDES SOCIAIS NA INTERNET E ARTICULAÇÃO DE IDENTIDADES POLÍTICAS	46
3.1 Redes sociais na internet: os desafios para a articulação de atores políticos, para a formação de uma esfera pública e para a democracia	46
3.2 Articulação de identidades políticas: a perspectiva pós-marxista.....	69
4. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS DA PESQUISA EM INTERNET: CONSTRUÇÃO DO CORPUS E REFERENCIAL DE ANÁLISE PARA ESTUDO DO GRUPO “DIREITOS URBANOS/RECIFE”	82
5. ARTICULAÇÃO DE IDENTIDADE POLÍTICAS A PARTIR DE REDES SOCIAIS NA INTERNET: O GRUPO “DIREITOS URBANOS/RECIFE” DO FACEBOOK	93
5.1 Configuração discursiva, Antagonismos e Articulações na emergência do “Direitos Urbanos/Recife” do <i>Facebook</i> como identidade política	93
5.2 A formação de rede de movimento social	131
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
7. REFERÊNCIAS	151

1. INTRODUÇÃO

Em abril de 2012 surge na página da rede social *Facebook* o grupo “Direitos Urbanos/Recife”¹, com o objetivo de reunir pessoas comprometidas com uma cidade melhor e para todos e interessadas em discutir ideias, propostas e novos rumos para a cidade do Recife. De abril a dezembro de 2012 o grupo alcançou a margem de pouco mais de seis mil e quinhentos participantes e nesse quase um ano realizou um conjunto de ações políticas, com destaque para as ocupações que ficaram conhecidas como “#OcupeEstelita”.

A página do grupo no *Facebook* manteve, nesse período, ativas discussões sobre assuntos diversos, como a política local, nacional e internacional, experiências sobre os direitos ambientais e dos cidadãos das grandes cidades, com compartilhamento de experiências que transcenderam o local, dentre outros. Mas foram, sem dúvida, as questões relativas aos projetos de intervenção urbana e ambiental na paisagem do Recife e diversos problemas relacionados à vida na cidade, como a mobilidade, a moradia o lazer e a segurança, e questões políticas, como as formas de participação e acesso aos direitos no âmbito local e a discussão sobre formas de ação e mobilização para interferir nos processos de gestão da cidade, que orientaram o grupo nesse um ano de existência. Além da página de discussão, o “Direitos Urbanos/Recife” possui uma *fanpage*² no *Facebook* e mantém também um *blog*³ com o mesmo nome.

Nos últimos anos, percebe-se um aumento relevante do acesso à internet no Brasil. Mesmo com um número importante de pessoas que nunca o fizeram e a presença de padrões de desigualdade nesses acessos, considera-se necessário refletir sobre as configurações das ações e movimentos coletivos no contexto da expansão das novas tecnologias da informação e comunicação (NTICs) na sociedade brasileira. Tendo em vista que a internet tem desempenhado papel importante no desenvolvimento de novas formas de sociabilidade, de concepções de tempo e espaço, observa-se na literatura sobre o tema um conjunto de discussões sobre o papel político e democrático dessa tecnologia. É sobre essas implicações que esse trabalho procurará refletir.

¹ <https://www.facebook.com/groups/direitosurbanos/>

² *Fanpage* significa literalmente uma página para fãs, na qual empresas, marcas ou produtos, associações, sindicatos, autônomos, ou seja, quaisquer organizações com ou sem fins lucrativos que desejem interagir com os seus clientes no Facebook, podem abrir um perfil gratuitamente. No caso do “Direitos Urbanos/Recife”, a *fanpage* foi criada para discutir e publicar conteúdos relativos aos temas discutidos pelo grupo, mas não foi tomado com objeto de análise, tendo em vista que o grupo de discussão desempenha papel mais central.

³ <http://direitosurbanos.wordpress.com/>

No Brasil, dos diversos usos dados à internet, a comunicação via redes sociais desempenha um papel bastante significativo. Em 2011 o número de usuários do *Facebook* no país cresceu 298%, passando de 8,8 milhões de usuários em dezembro de 2010 para mais de 35 milhões no mesmo mês de 2011, o que o fez o país com maior crescimento do número de usuários nesse ano⁴. Dentre as diversas formas de uso e apropriação das redes sociais, este trabalho tem por objetivo principal compreender os limites e as possibilidades de articulação de identidade políticas a partir dessas redes na internet. E, para isso, tomará como foco de investigação o grupo “Direitos Urbanos/Recife” do *Facebook*.

O desafio de inserir a discussão sobre a articulação de atores políticos a partir das redes sociais na internet também se ancora, para além do fenômeno da expansão das novas tecnologias da informação e comunicação e dos seus potenciais políticos e democráticos, nos atuais desafios enfrentados pelos estudos dos movimentos sociais e ações coletivas no Brasil e no mundo. De 2011 até o momento, um conjunto de mobilizações e ações de massa ocorreu em vários países (Primavera Árabe, Occupy All Street, Marcha das Vadias, Democracia Real Já etc.) e também no Brasil, e o papel desempenhado pelas redes sociais na internet nessas manifestações foi colocado como ponto relevante de reflexão, despertando bastante atenção da mídia e abrindo um leque amplo de questões que podem ser trabalhadas do ponto de vista sociológico.

Por entender que estudos empíricos mais sistematizados sobre o tema se tornam necessários nesse contexto e por perceber que os fenômenos, mesmo apontados em suas difusas conexões, devem ser entendidos também a partir dos seus recortes mais locais, este trabalho realizará um estudo de caso com um grupo de discussão que tem a internet como espaço, se não único, mas fundamental de compartilhamento e vivências. Estudos recentes sobre o papel político das novas tecnologias da informação e comunicação são elaborados no campo da comunicação social, com o objetivo de pensar o desenvolvimento de mídias alternativas, táticas e resistência aos modelos de mídia massiva, abrindo espaço para se pensar a democratização dos meios de comunicação. Este trabalho, em particular, pretende contribuir para a área dos estudos sobre movimentos sociais/ações coletivas e suas organizações em redes, ao colocar como foco de sua pesquisa as ações e mobilizações da sociedade civil diante do advento da maior propagação da internet na sociedade brasileira.

Nos capítulos que se seguem será feita, em primeiro lugar, uma abordagem da emergência do que se convencionou chamar de novos movimentos sociais/movimentos

⁴ Fonte do site de notícias G1: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2012/01/numero-de-usuarios-brasileiros-no-facebook-cresce-298-em-2011.html>

sociais urbanos no Brasil (1970-1980), dos processos de abertura para a institucionalização, com a instauração dos espaços de participação do Estado democrático de direitos, até as implicações do contexto político atual, tido como o da hegemonia da pequena política (COUTINHO, 2010) e da confluência perversa (DAGNINO, 2004a). Tudo isso, a fim de mostrar os atuais desafios para se pensar os movimentos sociais na sociedade brasileira. Em seguida, será elaborada uma breve apresentação de diversos movimentos ocorridos no mundo, a partir dos quais se destacou a discussão sobre o papel das novas tecnologias da informação e comunicação (NTICs) como espaço de articulação, de mobilizações e organização de manifestações contra ditaduras, crises econômicas e políticas. Brevemente, ainda será observado o panorama geral sobre o crescimento do acesso a computadores e a internet no Brasil e a presença de indicadores sociais que apontam para a desigualdade nesse acesso. Além de algumas formas de uso feitas pela população brasileira.

Da apresentação desse panorama, colocam-se dois dos objetivos específicos desse trabalho. A partir da extensão do acesso à internet e dadas as diversas formas de uso, buscar-se-á compreender os sentidos que o grupo “Direitos Urbanos/Recife” opera para pensar a *participação*, a *cidadania* e a *democracia* no contexto da confluência perversa (DAGNINO, 2004a) e da presença de uma hegemonia da pequena política (COUTINHO, 2010). E também se o grupo elabora um projeto político alternativo que tencione o atual campo de discursividade que compõe a compreensão do que é a cidade do Recife.

No segundo momento será elaborado o referencial teórico que orientará essa investigação. Será feita uma discussão sobre o papel da abordagem de redes para o estudo dos movimentos sociais, da esfera pública e da democracia no contexto das sociedades da informação, com destaque para as potencialidades, limites e desafios das redes a partir da internet. Desse debate, colocar-se-á mais um dos objetivos específicos, a saber, se a internet se apresenta como um instrumento de mobilização ou possibilita uma forma diferenciada de articulação de identidades políticas. Especificamente, para pensar a articulação de identidades políticas na atualidade, apresentamos um conjunto de conceitos que constituem o arcabouço pós-marxista de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Este permitirá compreender a perspectiva através da qual as identidades políticas serão abordadas, tendo em vista as formas de conflito assumidas nas sociedades democráticas atuais.

Já a pesquisa empírica levará em consideração o debate recente sobre uso da internet como campo de investigação. No caso desse trabalho, a necessidade da pesquisa de campo na internet se somou à da vivência de espaços não virtuais, a fim de ampliar a própria

compreensão dos limites e possibilidades desempenhados pela internet na articulação de identidades políticas. Sendo assim, o levantamento do material empírico se deu a partir de observações na página do grupo no *Facebook* e do levantamento dos textos publicados no *blog*, neste primeiro ano do grupo “Direitos Urbanos/Recife”. Também foram realizadas observações participantes em cinco ocupações e uma mostra de vídeo seguida de debate, realizadas pelo grupo. Para complementar os dados, também foram realizadas doze entrevistas com membros do grupo, das quais seis fizeram parte das análises que serão desenvolvidas. Em relação ao referencial analítico, este foi composto pela teoria do discurso, como elaborada por Ernesto Laclau. Uma vez que, através da sua conceituação de poder, esta abordagem se apresenta como estrutura narrativo-conceitual de análise da política, será elaborada a partir dela a compreensão da articulação de identidades políticas, que esse trabalho pretende apresentar.

2. MOBILIZAÇÕES SOCIAIS E O CONTEXTO DE EXPANSÃO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO BRASIL ATUAL

Nesse primeiro momento, será apresentado um panorama mais amplo, com o objetivo de compreender o contexto a partir do qual podem se articular identidades políticas nas redes sociais via internet no Brasil. Para isso, será retomado um breve histórico dos movimentos e lutas sociais no Brasil contemporâneo, a partir do que se convencionou chamar de “novos movimentos sociais” das décadas de 1970-1980, até os atuais dilemas vivenciados pela sociedade civil no Brasil. Em seguida, será apontado um conjunto de eventos políticos ocorridos no país e no mundo, que tiveram como foco de mobilização a internet, os quais têm sido divulgados amplamente pelas diversas mídias e levantado questões que começam a ser colocadas por intelectuais do mundo inteiro, mais especificamente no que se refere ao papel que desempenham essas novas tecnologias na estruturação das ações políticas no início do século XXI. Para a compreensão do caso brasileiro, faz-se necessário realizar também uma breve apresentação da atual expansão das novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs) no país, com especial enfoque no acesso e usos da internet.

2.1 Os movimentos sociais no Brasil: da redemocratização aos desafios atuais

Nas décadas de 1970 e 1980, sob o Regime Militar (1964-1985), emergiu no Brasil um conjunto de movimentos reivindicatórios, que se convencionou chamar de “novos movimentos sociais”⁵, evidenciando a amplitude e a heterogeneidade de atores que passaram a compor o cenário político brasileiro. Esses movimentos se agregaram em torno da luta pela redemocratização e se empenharam na conquista de uma sociedade justa e igualitária (MUTZENBERG, S/D). Os primeiros estudos sobre essas ações as viam como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural, que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2011, p. 13), ao constituírem um campo de atividades e experimentação, com capacidade de gerar inovações socioculturais. Scherer-

⁵ Também chamados de movimentos sociais urbanos (SCHERER-WARREN, 2005; CARDOSO, 1987).

Warren (2005, p. 50) reafirma que esses movimentos passaram a ser vistos como foco de mudança social, ao emergirem das bases da sociedade e trazerem, a partir de sua práxis, transformações na tradição histórica da cultura política brasileira, no nível da relação com Estado e no nível da própria sociedade civil. Esse ciclo de emergência, segundo Ruth Cardoso (2004), pode ser compreendido como possuindo duas fases, a primeira tida como a da “emergência heroica dos movimentos” e a segunda como a fase da “institucionalização”.

A primeira, que teve início nos anos 1970, é reconhecida como a de emergência de sujeitos coletivos, que trouxeram consigo a promessa de serem novos instrumentos políticos de transformação social, como dito. Ressalta-se, sobretudo, o espontaneísmo desses movimentos e o fato de representarem uma mudança na cultura política brasileira existente, ao trazerem uma nova forma de participação, diferente da dos partidos políticos, associações etc. e ao apresentarem uma autonomia que estaria quebrando com as tradicionais formas clientelistas de atuação no sistema político (CARDOSO, 2004; MUTZENBERG, S/D; SCHERER-WARREN, 2004). O estabelecimento dessas novas formas de organização coletiva também foi caracterizado pela tentativa de democratizar as práticas cotidianas e de ampliar a participação internas aos grupos (SCHERER-WARREN, 2005, p. 56-57). Nesse contexto de emergência, os estudos salientavam ainda o caráter anti-Estado, anti-partido e anti-sistema político desses movimentos, dada a presença do governo autoritário (MUTZENBERG, S/D).

A segunda fase, a da institucionalização, que ocorre no início da década de 1980, dá-se a partir do processo de mudança no Estado brasileiro, com a redemocratização e a consequente abertura do sistema político para o pluripartidarismo e para a presença de novos canais de comunicação e participação. Essa abertura das agências públicas para a participação, mesmo que fragmentada, indicava uma nova forma de gerir as políticas públicas no Brasil, em resposta às pressões realizadas pelos próprios movimentos sociais (CARDOSO, 2004).

Nessas duas décadas, de surgimento e consolidação desses novos sujeitos políticos, pôde-se observar o reordenamento dos contornos da vida política do país. Esses movimentos expandiram o campo do conflito para além da esfera produtiva, ao colocarem as questões abertas pelas carências sociais vividas no nível cotidiano, da esfera reprodutiva, redefinindo, assim, os limites do espaço público e do espaço privado (CARDOSO, 2004; SCHERER-WARREN, 2004). Ao politizarem a esfera privada, afirmando como políticas as lutas dos pobres, das mulheres, dos negros etc., acabam por alargar a esfera pública e os

espaços da participação, tornando possível a articulação de uma pluralidade de identidades políticas. Consequentemente, a redefinição da esfera pública e da relação desta com o Estado trouxeram consigo a questão da conquista de novos direitos, no que repercutiu diretamente na redefinição da cidadania e no seu aprofundamento. Através das lutas desses movimentos sociais, passou-se a reconhecer a existência de direitos coletivos, extrapolando a compreensão clássica da cidadania (CARDOSO, 2004; TELLES, 2004).

No entanto, é importante ressaltar algumas observações às interpretações desses novos movimentos sociais feita por Cardoso, para uma melhor compreensão desse contexto. Para ela, a ideia do “novo” foi elaborada pelos estudiosos a partir de um conjunto de significados opostos, como espontaneidade e consciência *versus* manipulação e cooptação, sem que se buscasse perceber a presença de uma inter-relação entre essas práticas no interior desses movimentos. A formação de novas identidades foi encarada como resultado de um conjunto de experiências de dominação vividas em comum e pela forma democrática de funcionamento do grupo. Partindo de uma perspectiva culturalista, o fundamento dessas identidades era compreendido como tendo suas bases num conjunto de valores culturais capazes de conformar a unidade do grupo; assim, não se analisava propriamente o caráter reivindicativo, a partir do qual seria possível localizar outros grupos em frente aos quais se definiria a identidade. A partir de análises das dinâmicas internas aos grupos, também não se levou muitas vezes em consideração as diferenças e os conflitos internos, sendo a participação vista muito mais como convivência igualitária e a contestação como forma de manifestação da sociedade frente ao Estado.

Segundo Francisco de Oliveira (2007, p. 16-17), o período entre 1964 e 1990 correspondeu a uma época de forte invenção política no Brasil. No contexto da ditadura militar ocorreu a aceleração da transformação das forças produtivas – com crescimento econômico comandado pelas forças internas – e a afirmação do espaço nacional como centro dos conflitos e das decisões. O desenvolvimento do capitalismo, nessa fase, requereu uma coerção estatal que se apresentou na presença de fortes empresas estatais e no controle da nova classe trabalhadora. No entanto, nesse mesmo contexto teve início um processo de extroversão, na medida em que o desenvolvimento se apoiou no capital estrangeiro, no deslocamento da predominância das multinacionais na acumulação de capital e na formação de uma crescente e pesada dívida externa. Por sua vez, foi nesse cenário que também emergiu uma nova sociabilidade e se deu a reinvenção da política com base social e linhas de força que podiam ser reconhecidas (OLIVEIRA, 2007).

As mais importantes operações de construção da agenda estiveram calcadas no permanente “esforço de Sísifo” das classes dominadas, expressas em primeiro lugar no renascimento do sindicalismo sobre novas bases, com a emergência das frações do proletariado que operavam na base produtiva das multinacionais do automóvel, e em segundo lugar, mas não secundário, no deslocamento do campo das políticas sociais operado pelos novos movimentos sociais, que obrigaram o Estado militar autoritário ao desenho de um conjunto de políticas (...) (OLIVEIRA, 2007, p. 20-21).

Esse ciclo de emergência dos novos movimentos sociais tem como desfecho a promulgação da Constituição Federal em 1988, conhecida como a Constituição Cidadã por expressar a conquista de direitos e demandas de um conjunto amplo de movimentos, que passaram a ser reconhecidos como interlocutores legítimos do Estado (MUTZENBERG, S/D). A partir de então, estabelecido o novo contexto político da formalização democrática, aprofunda-se cada vez mais a participação dos movimentos sociais no campo institucional, com a inserção nos diversos conselhos criados pelo novo ordenamento constitucional. Passa-se de um caráter mais reivindicatório, que marcou a atuação na década de 1970, para um caráter mais operacional-propositivo, o que demandou o desenvolvimento de novas habilidades para desempenhar atividades de planejamento, implementação e fiscalização das políticas públicas (MUTZENBERG, S/D). Na perspectiva de alguns pensadores, esse período é tido como de refluxo dos movimentos sociais, ou como período de cooptação (CARDOSO, 2004).

Na perspectiva de Francisco de Oliveira (2007), esse período entre 1964 e 1990, marcado pela formação de uma nova matriz produtiva, trouxe concomitantemente uma matriz discursiva “comunicativa”, dando lugar a uma “nova transparência”. No entanto, afirma Oliveira (2007) que a sociabilidade gestada no período da ditadura militar, através da poderosa invenção política, não suportou os limites do campo que se apresentaram a partir da crise inflacionária do fim dos anos 1980 e a consequente abertura para a financeirização mundializada do capital. Sendo assim, a Nova República se apresentou como epílogo da sociabilidade gestada no período da invenção política e abriu a nova fase, por ele denominada de “era da indeterminação” (OLIVEIRA, 2007, p. 23-24).

As transformações ocorridas no Brasil a partir da década de 1980 acompanharam um conjunto de mudanças que já estavam ocorrendo no mundo capitalista ocidental, a saber, a abertura para ideologia neoliberal e a consolidação do capitalismo financeiro. O fenômeno de globalização/mundialização do capitalismo resultou num processo amplo de

desregulamentação das políticas estatais e dos direitos individuais e coletivos, com a sobreposição de valores do mercado sobre as políticas estatais de redistribuição. Isso se deu a partir da crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando o mundo capitalista avançado, estruturado no modelo de Estado de bem-estar, entrou numa longa e profunda recessão.

É nesse solo que as ideias neoliberais se apresentam e se consolidam como programa, a partir de 1979 com o governo Thatcher, na Inglaterra, e de 1980, nos Estados Unidos, com Reagan (ANDERSON, 1996, p. 11). Essas práticas, de maneira geral, se orientaram para a busca de estabilidade monetária, contenção do orçamento com a diminuição dos gastos públicos⁶, concessão fiscal aos detentores do capital e abandono do pleno emprego. A hegemonia neoliberal estabelecida desde então apresentou em seu ideário um esvaziamento do sentido das alternativas possíveis, o que se expressou inclusive no comportamento de partidos e governos que se colocavam como seus opositores. Com a queda do comunismo da União Soviética e na Europa Oriental, de 1989 a 1991, foi consolidada a hegemonia do capitalismo em sua forma neoliberal (ANDERSON, 1996, p.12).

Na América Latina, e especificamente no Brasil, a hegemonia neoliberal se consolidou a partir de 1990⁷, levando a um modelo de reformas econômicas, administrativas e políticas com o objetivo de conter a hiperinflação. A contração da dívida externa a partir da década de 1970 e a forte presença das multinacionais foram as primeiras formas de mundialização do capital vivenciadas pelos países da América Latina (OLIVEIRA, 2007, p. 25). Com a elevação da inflação na virada dos anos 1990, uma nova pedagogia de controle se estabeleceu com comprometimento de valores democráticos, iniciando o “desmanche” da sociabilidade gestada entre 1964 e 1990 (OLIVEIRA, 2007, p. 29-30).

A sociabilidade do individualismo, do êxito, da capacidade empreendedora, do mercado como ultimo *ratio*, como signo dos novos tempos, é aceita acriticamente. Tal como assinalamos, as perspectivas de curto e médio prazo concentram-se em resolver os gargalos e distorções da política econômica, numa não tão sutil volta ao determinismo economicista, segundo o qual, em se mudando a *política econômica* – não a *economia* –, a desigualdade fundadora da sociedade encontrará solução (OLIVEIRA, 2007, p. 45).

6 Com exceção da experiência norte-americana que entra nesse período no período de guerra fria e passa a investir em gastos com indústria bélica (ANDERSON, 1996, p.13-15).

7 É importante ressaltar que o Chile, sob a ditadura de Pinochet, apresentou já na década de 1970 um programa de governo neoliberal. (ANDERSON, 1996, p. 20).

Desregulamentação do mercado, abertura indiscriminada às importações, perda do controle cambial, financeirização total da dívida interna e da dívida externa e, não menos importante, a construção do discurso com o qual se acusava os adversários de “corporativismo”, negando a “ação comunicativa” anterior e tentando instaurar uma nova sociabilidade, cuja motriz central era tanto o discurso liberal da iniciativa dos indivíduos, quanto a desregulamentação e o desmanche que davam bases materiais à nova “ação comunicativa” (OLIVEIRA, 2007, p. 30-31).

Na perspectiva de Francisco de Oliveira (2007), a partir de 1990, há um esvaziamento da esfera pública e a privatização da vida, com consequências devastadoras para a política, através da eliminação do dissenso. Um conjunto de relações difusas e indeterminadas se estabelece no contexto em que as condições de consolidação das instituições políticas pelo voto cidadão são as melhores (OLIVEIRA, 2007, p. 38). Ele chama a atenção para o processo de “onguização” da política social, que resulta da dispersão de microcentros de organização do social que simulacra a sociedade civil. Antes tidas como mediadoras entre os novos movimentos sociais e o Estado, as ONGs passam a desempenhar papel supletivo diante das insuficiências do Estado e entram no processo de disputa do sentido do social e do político (OLIVEIRA, 2007, p. 41). As reformas do Estado, sofridas em decorrência do reordenamento no sentido da política neoliberal, levou a um conjunto de novas relações com a sociedade civil pautadas, sobretudo, na parceria público-privado e no fortalecimento do Terceiro Setor (SCHERER-WARREN, 2004).

Nesse período, observa-se um crescimento do associativismo civil no Brasil, no entanto, não na direção de um pacto social que constituiria uma comunidade no sentido político, mas um associativismo de cunho filantrópico e assistencialista. E os movimentos sociais que surgiram nesse momento sob a bandeira da antiglobalização⁸ não conseguiram se colocar nesse cenário com o potencial de deslocar o adversário no campo político e fazer frente à matriz discursiva neoliberal, de valorização do individualismo. A década de 1990, período que compreendeu os mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foi marcada pela “indeterminação” no campo da política e tentativa de destituição da falados movimentos políticos (OLIVEIRA, 2007).

O cenário político toma novos contornos a partir da eleição de Luis Inácio Lula da Silva para presidente. Oriundo do “Novo Sindicalismo”, Lula protagonizou, segundo Braga (2010), uma “revolução passiva”. A tese, elaborada junto com Bianchi (2011), da “revolução passiva à brasileira”, quando da primeira eleição de Lula, leva em consideração, em primeiro

⁸ Destaque para o movimento ambientalista e o Fórum Social Mundial (a partir de 2001).

lugar, que o governo Lula não era simplesmente um exemplo neoliberal (como nos casos de Fernando Collor e FHC), exatamente porque, no intuito de constituir certas margens de consentimento popular, ele respondeu a determinadas demandas dos movimentos sociais. Os autores classificaram este governo como sendo um *social-liberalismo*, dada a ênfase nas políticas de distribuição de renda. Em segundo lugar, os autores localizam, a partir do processo de “financeirização da burocracia sindical”, a liquidação completa da possibilidade de qualquer retomada da defesa dos interesses históricos das classes subalternas brasileiras.

Para Braga, a *hegemonia lulista* satisfaz, em grande medida, as premissas gramscianas a respeito tanto da “conservação”, isto é, ao subversivismo inorgânico das massas, quanto à “inovação”, que se refere à incorporação de parte das exigências “dos de baixo”:

Trata-se naturalmente de uma dialética multifacetada e tensa (“inovação/conservação”, “revolução/restauração”), que catalisa um reformismo “pelo alto”, conservador, é verdade, porém dinâmico o suficiente para não simplesmente reproduzir o existente, mas capaz de abrir caminhos para as novas mudanças (...), essa via de modernização conservadora, plasmada pelos limites inerentes à semiperiferia capitalista, em que o avanço nutre-se permanentemente do atraso (BRAGA, 2010, p. 11).

A defesa da perspectiva da “modernização conservadora” por Braga (2010) parte da aceitação de um conjunto de realizações⁹, com consequente incorporação de parte das reivindicações dos “de baixo”, e a bem sucedida reação ao subversivismo esporádico das massas.

Da miríade de cargos no aparato do Estado até a reforma sindical que robusteceu os cofres das centrais sindicais, passando pelos muitos assentos nos conselhos gestores dos fundos de pensão, pelas altas posições em empresas estatais, pelo repasse de verbas federais para financiamento de projetos cooperativos, pela recomposição da máquina estatal etc., o *locus* da hegemonia resultante de uma revolução passiva é exatamente o Estado. O fato é que o subversivismo inorgânico transformou-se em consentimento ativo para muito militantes sociais, que passaram a investir esforços demasiados na conservação das posições adquiridas no aparato estatal (BRAGA, 2010, p. 13).

Para Braga (2010), a hegemonia do governo Lula baseia-se numa “revolução passiva” empreendida na semiperiferia capitalista, a qual desmobilizou os movimentos sociais ao

⁹ Bolsa Família, ampliação do sistema universitário federal com o patrocínio das cotas, reformalização do mercado de trabalho, reajuste do salário mínimo acima da inflação, retomada do investimento em infraestrutura e incentivo ao consumo (BRAGA, 2010, 12).

integrá-los ao aparato do Estado, em nome da realização das reivindicações desses movimentos. Por outro lado, o autor afirma que parte considerável das classes subalternas brasileiras passou a consentir passivamente, pois dependente das políticas governamentais¹⁰ e esgotada por décadas de lutas, preferiram, nesse momento, retomar momentaneamente o fôlego e seguir oferecendo prestígio ao governo Lula.

Já na perspectiva de Carlos Nelson Coutinho, a ideia de “hegemonia da pequena política” se torna relevante para compreender a relação de hegemonia no Brasil atual. Recorre, assim, ao que Gramsci chama de pequena e de grande política, sendo a primeira àquela ligada às questões cotidianas e parciais, que se apresentam dentro de uma estrutura dada, como luta pela permanência e predominância das frações de uma mesma classe política, e a segunda é ligada à fundação de um novo Estado, à destruição, tendo por objetivo eliminar a grande política do âmbito interno da vida estatal para a manutenção de determinadas estruturas econômico-sociais.

Para Coutinho (2010), na época neoliberal ou da servidão financeira, a hegemonia se dá através da exclusão da grande política. No entanto, reconhece que batalhas hegemônicas existem não somente quando grandes projetos de sociedade se enfrentam, sendo a hegemonia estabelecida não apenas baseada em “ideologias orgânicas”¹¹. Uma relação hegemônica é, então, estabelecida quando um conjunto de crenças e valores se enraíza no senso comum como consenso e não como coerção. Desta feita, o consenso pode se dar de forma “ativa” ou de forma “passiva” e o que caracteriza a hegemonia da “pequena política” é exatamente o consenso passivo.

Esse tipo de consenso não se expressa pela auto-organização, pela participação ativa das massas por meio de partidos e outros organismos da sociedade civil, mas simplesmente pela aceitação resignada do existente como algo “natural”. Mais precisamente, da transformação das ideias e dos valores das classes dominantes em senso comum das grandes massas, inclusive das classes subalternas. Hegemonia da pequena política existe, portanto, quando se torna senso comum a ideia de que a política não passa da disputa pelo poder entre suas diferentes elites, que convergem na aceitação (COUTINHO, 2010, p. 31).

Em síntese, Coutinho reafirma que existe hegemonia da pequena política quando a “política deixa de ser pensada como arena de luta por diferentes propostas de sociedade e

10 Com destaque para as políticas sociais de redução da pobreza e da fome, como os programas Fome Zero e o Programa Bolsa Família.

11 Ideologias orgânicas são aquelas que “expressam de modo claro e sistemático a concepção de mundo das classes sociais fundamentais” (COUTINHO, 2010, p. 30).

passa, portanto, a ser vista como um terreno alheio à vida cotidiana dos indivíduos, como simples administração do existente” (COUTINHO, 2010, p. 32). À pequena política também cabe a valorização da apatia como fator positivo para a “manutenção da democracia” e eliminação da instabilidade social.

Para Coutinho é importante compreender também aquilo que Gramsci chama de “revolução passiva”. Diferentemente da revolução popular, que rompe radicalmente com a velha ordem política e social, a revolução passiva implica a presença de dois momentos, o da restauração e o da renovação. A “restauração” é vista como o momento da reação conservadora à possibilidade de uma transformação radical proveniente de baixo; já a “renovação” refere-se ao cumprimento de algumas demandas populares através de concessão feita pelas camadas dominantes (COUTINHO, 2010, p. 33). Coutinho ressalta que apesar de ser realizado um “reformismo pelo alto”, não se deve anular o fato de ocorrerem mudanças efetivas.

Assim, o processo de “revolução passiva” pode ser compreendido como uma abertura para um novo comportamento das classes dominantes no sentido de acolher uma parte das reivindicações vindas de baixo, imprimidas através do subversivismo esporádico das classes subalternas, mas sem colocar em risco a hegemonia estabelecida. Mais do que isso, é importante salientar que embora haja a conservação do domínio das velhas classes, as modificações abrem caminho para outras modificações, numa dialética de restauração e revolução.

O conceito de “revolução passiva”, como defendido por Braga (2010), é colocado em questão por Coutinho (2010), diante do que ele afirma ser o atual contexto neoliberal. Segundo o autor, a dialética “restauração-revolução” que caracteriza a “revolução passiva”, com o acolhimento das exigências dos de baixo, não é observada no presente. O que há é uma restauração das condições próprias do capitalismo “selvagem”, no qual vigora as leis do mercado, com vitória da economia política do capital. Por isso, Coutinho acredita que seja mais oportuno para a compreensão do contexto atual o conceito de “contrarreforma”, uma vez que esse salienta não a ausência do novo, mas a enorme preponderância da conservação diante das pequenas novidades (COUTINHO, 2010, p. 38). Na época do neoliberalismo observa-se ainda a generalização de fenômenos de transformismo, entendido como processo de cooptação das lideranças políticas e culturais das classes subalternas, buscando excluí-las de todo protagonismo nos processos de transformação social. Na época neoliberal não está em

jogo nenhuma opção entre diferentes modelos de sociedade, não sendo colocadas questões da grande política.

Após a ditadura militar, o Brasil se viu diante de duas possibilidades de organização de sua recente sociedade ocidental, entendendo sociedade ocidental como sendo aquela onde existe uma justa relação entre Estado e sociedade civil (COUTINHO, 2010). Por um lado o modelo americano e, por outro, o modelo europeu. O modelo americano, neoliberal, constituído por uma sociedade civil forte e articulada, mas no qual as organizações políticas consistem em partidos frouxos e não programáticos e a representação dos interesses se dá através de agrupamentos profissionais estritamente corporativos. E o modelo europeu, democrático, com uma estrutura partidária centrada em torno de partidos com base social homogênea, com projetos de sociedade definidos e diversos entre si.

Segundo Coutinho (2010), pôde-se observar a presença de aparelhos de hegemonia próprios desses dois projetos no cenário político brasileiro, nas duas últimas décadas no Brasil. Mas com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, em 2003, ocorreu o continuo reforço da hegemonia neoliberal, ao contrário do que muitos pensavam, com a consolidação da “pequena política”. O modelo de política macroeconômica, a cooptação de movimentos sociais e das principais lideranças da oposição, no fenômeno já caracterizado acima de transformismo, são os expoentes mais característicos dessa hegemonia (COUTINHO, 2010, p. 42).

As perspectivas de Francisco de Oliveira (2007), Braga (2010) e Coutinho (2010) apresentam o contexto das duas últimas décadas como sendo de busca de eliminação do dissenso (OLIVEIRA, 2007) e do estabelecimento de uma hegemonia da “pequena política”, marcada pela cooptação dos movimentos sociais (BRAGA, 2010; COUTINHO, 2010). Por sua vez, faz-se necessária somar uma compreensão que saliente o reordenamento político que ocorreu na sociedade civil no Brasil nesse período, com a apresentação da reorganização dos atores políticos nesse campo, das suas novas composições e dos principais dilemas colocados às mobilizações sociais. A partir dos estudos das mobilizações e ações coletivas, pode-se dizer que, iniciada a fase da institucionalização dos movimentos sociais a partir de 1990, o que se observou foi o surgimento de outras formas de organização popular, como os fóruns e redes de mobilização e participação nos espaços previstos pelo novo ordenamento constitucional.

Os fóruns surgiram e estabeleceram a prática de encontros nacionais em larga escala gerando grandes diagnósticos de problemas sociais, assim como definindo metas e objetivos estratégicos para solucioná-los. Emergiram várias iniciativas de parcerias entre a sociedade civil organizada e o poder

público, impulsionadas por políticas estatais (...). Todos atuam em questões que dizem respeito à participação do cidadão na gestão dos negócios públicos (GOHN, 2011, p. 20).

Segundo Gohn (2010), no novo cenário que se formou a partir de 1990, observam-se alterações nas relações desenvolvidas entre os diferentes sujeitos sociopolíticos presentes na cena pública, além da ampliação dos sujeitos protagonistas das ações coletivas e alterações na forma de mobilização e atuação, decorrente do uso de novas tecnologias e expansão dos meios de comunicação. Nesse sentido, os estudos de rede tornaram-se importantes para a compreensão dos atores políticos contemporâneos, ao colocarem ênfase no caráter articulatório das práticas dos movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 2004). As redes são estruturas da sociedade contemporânea da informação relacionadas a um tipo de relação social que traz o valor da democratização interna dos movimentos ou das relações interorganizacionais e do estabelecimento de novas solidariedades, pautadas na reciprocidade e compartilhamento (GOHN, 2011, p. 15; SCHERER-WARREN & LUCHMANN, 2004).

No Brasil, nem os movimentos sociais ou associativismos morreram (mudaram sim, segundo a nova conjuntura econômica e política); e nem os novos “ativistas/mobilizadores” dominam completamente a cena da sociedade civil organizada (embora sejam hegemônicos na atualidade). Os novos ativistas sociais são mobilizados para participarem de ações sociais, estruturadas por agentes do Terceiro Setor, ou por agências governamentais, via políticas públicas indutoras da organização popular, como nos conselhos gestores; ou mobilizados pelos fóruns temáticos nacionais, regionais ou internacionais onde a presença de antigos e novos movimentos sociais é corrente. Temos que reconhecer que as duas formas existem na atualidade e muitas vezes se entrecruzam – os movimentos e as redes de mobilização, ou organizações cívicas de ativistas mobilizados em função de projetos sociais pontuais (GOHN, 2010, p. 27).

A introdução dos estudos de rede tornou possível, assim, a compreensão da constituição de um cenário diferente para a mobilização, articulação e emergência de atores políticos, no seio da hegemonia da pequena política. Essas redes de movimentos sociais surgem como forma de atuação, em paralelo com os movimentos sociais que emergiram na década de 1970, com os sindicatos e partidos, no sentido de atuar no cenário de uma hegemonia da pequena política. As redes apresentam um desafio para as pesquisas atuais, na medida em que se desenvolvem no sentido de não buscar uma formalização/institucionalização, de maneira a causarem impactos políticos e transformações sociais, sem serem absorvidas. No capítulo seguinte, desenvolver-se-á mais detidamente o

conceito de redes para compreender os atores políticos na atualidade e, mais precisamente, diante dos desafios abertos pelas novas tecnologias da informação e comunicação (NTICs).

Feita a apresentação do panorama mais geral, desde o surgimento dos novos movimentos sociais até o processo de reordenamento da sociedade brasileira em face ao estabelecimento da política neoliberal, do processo de institucionalização dos movimentos sociais a partir de 1990, do destaque para o protagonismo do Terceiro Setor e do surgimento de redes de articulação, da manutenção de diretrizes neoliberais no governo Lula, com o estabelecimento de uma hegemonia da “pequena política”, passa-se a apresentação dos principais dilemas que orientam a sociedade civil brasileira na atualidade. É a partir desse conjunto de dilemas, que serão abordados a partir da compreensão de Evelina Dagnino (2004a), que se pode abrir um leque de questões sobre as atuais mobilizações e articulações políticas surgidas recentemente no Brasil, a partir do alargamento e penetração das novas tecnologias da informação e comunicação (NTICs), mais especificamente da internet.

O processo de construção democrática no Brasil enfrenta hoje um dilema que tem em suas bases a confluência perversa entre dois projetos políticos distintos (DAGNINO, 2004a). Percebe-se, desde o marco formal da Constituição de 1988, a consagração do princípio de participação da sociedade civil, e a constante busca pela expansão da cidadania e pelo aprofundamento da democracia. Esse processo de alargamento da democracia se expressou na criação, pelo Estado e a partir da pressão social, de espaços públicos de participação¹² da sociedade civil e da possibilidade de tomada conjunta de decisões relacionadas às políticas públicas. Com a abertura democrática, os diversos projetos oriundos das disputas da sociedade civil puderam ser levados para o âmbito do poder do Estado. A partir da década de 1990, o número de fluxos entre essas duas esferas foi ampliado, como resultado da aposta de ação compartilhada para o aprofundamento democrático e o abandono de uma relação de antagonismo entre Estado e sociedade civil, que havia marcado o período autoritário (DAGNINO, 2004a, p. 196-197). Esse primeiro cenário caracteriza, assim, o *projeto democratizante* da sociedade brasileira.

Nesse mesmo período há a emergência de um projeto de Estado mínimo, que trás como foco a paulatina isenção do Estado de seu papel de garantidor de direitos – papel esse previsto na consolidação da Constituição Cidadã, em 1988. O que ocorreu foi uma crescente transferência de responsabilidades para a sociedade civil e o encolhimento das responsabilidades do Estado. Segundo Dagnino (2004a, p. 197), este projeto resultou de um

12 Com a Constituição de 1988 abrem-se os espaços formais de participação, conhecidos como Conselhos.

processo mais global de adequação das sociedades ao modelo neoliberal produzido pelo Consenso de Washington. Esse segundo cenário caracteriza, então, o *projeto neoliberal* da sociedade brasileira.

É na confluência entre esses dois projetos que se afirma a necessidade de uma sociedade civil ativamente participativa e propositiva. No entanto, Dagnino (2004a) compreende essa confluência como sendo perversa, uma vez que apresenta uma acentuada nebulosidade sobre as intenções que orientam a participação da sociedade civil (DAGNINO, 2004a, p. 198). Surge o dilema entre a participação como atuação conjunta com o Estado, por um lado, e a participação como estratégia de organização e mobilização mais ampla da sociedade, por outro. A sociedade civil se coloca diante desse dilema ao perceber o risco real do projeto de participação nas instâncias decisórias, defendido pelas forças que veem a participação nos espaços aberto pelo Estado como um mecanismo de aprofundamento democrático e de redução da exclusão, ser transformado numa progressiva transferência de responsabilidade e na consolidação de um Estado mínimo.

A disputa entre os dois projetos políticos para a sociedade brasileira apresenta, assim, uma crise discursiva daquilo que se pode entender como *participação*, *sociedade civil* e *cidadania*. Esta crise é marcada pelo obscurecimento das diferentes definições adotadas pelos dois projetos, ou seja, pela apresentação do campo da prática política como homogêneo (DAGNINO, 2004a, p. 198).

O conceito de *sociedade civil* é redefinido pelo projeto neoliberal e reduzido às noções de Terceiro Setor e ONG. O Estado passa a valorizar os interlocutores confiáveis, dotados de conhecimento técnico e inserção social, vistos como parceiros exemplares para a transferência de suas responsabilidades. À noção de sociedade civil, relaciona-se a compreensão do que seja a *participação* e a constituição de *espaços públicos*. A participação passa a ser tomada a partir de uma perspectiva privatista e individualista. Emergem assim concepções como “responsabilidade social”, “trabalho voluntário” e “participação solidária”, redefinindo o sentido político e coletivo da noção de solidariedade, pensada a partir do projeto neoliberal como apoiada no terreno privado da moral (DAGNINO, 2004a). Como aponta Dagnino (2004a, p. 205), ocorre uma despolitização da participação, na medida em que as novas concepções dispensam os espaços públicos onde o debate dos próprios objetivos da participação pode ter lugar.

A concepção de *cidadania*, definida pelos movimentos sociais da década de 1980 como “cidadania ampliada”, é redefinida no sentido da concepção liberal tradicional. Sendo

assim, é reduzido o seu significado coletivo na direção de uma compreensão estritamente individualista, além de se estabelecer uma relação direta entre cidadania e mercado, a partir da qual ser cidadão passa a significar a integração individual no mercado, como consumidor e produtor¹³. Assim, é através dessa redefinição da cidadania, restrita à responsabilidade moral privada, que a sociedade é chamada a participar do trabalho filantrópico e voluntário, tornando-se esse “o *hobby* favorito da classe média brasileira” (DAGNINO, 2004a, p. 210).

O que essa discussão coloca como central é a necessidade de se pensar o contexto político e social brasileiro dos últimos anos a partir da confluência entre dois projetos políticos, que ao mesmo tempo em que fazem emergir uma lenta cultura igualitária, que confronta as várias dimensões do autoritarismo social da sociedade brasileira, reitera, sob novas roupagens, a visão de uma democracia elitista e restrita, que tem caracterizado o projeto dominante das últimas décadas (DAGNINO, 2004a, p. 199).

É importante compreender o cenário político atual do Brasil, a fim de que fique clara a relevância dada por este trabalho à investigação que busca analisar os limites e possibilidade de articulação de identidades políticas a partir das redes sociais na internet no contexto brasileiro. De maneira mais específica, serão analisados também os sentidos que o grupo “Direitos Urbanos/Recife” tenta fixar no que se refere à *participação*, à *cidadania* e à *democracia*, a partir da extensão dos espaços virtuais de sociabilidade, no contexto da confluência perversa (DAGNINO, 2004b) e da presença de uma hegemonia da pequena política (COUTINHO, 2010).

Considera-se relevante também abandonar as concepções de Estado como “encarnação do mal” e sociedade civil como “pólo das virtudes democratizantes”. Isso porque dessas concepções pode-se gerar uma compreensão homogeneizada e simplificada do processo de construção democrática e das relações que a constituem. Para isso, também será dado enfoque ao conceito de *projeto político* para abrir a possibilidade de pensar não só o Estado, como também a sociedade civil a partir de sua diversidade interna. Segundo Dagnino (2004a, p. 200), a identificação de diferentes projetos políticos presentes no interior da sociedade civil pode ajudar a pensar outras clivagens sociais, que vão para além da divisão entre Estado e sociedade civil, e ajudar a compor um cenário muito mais complexo da construção democrática.

¹³ Observa-se o crescimento do movimento consumerista no Brasil na década de 1990.

2.2 Mobilizações políticas pelo Brasil e pelo mundo: a abertura para as novas tecnologias da informação e comunicação na atualidade

No ano de 2011 ocorreu em todo o mundo uma eclosão simultânea de movimentos sociais de protestos, peculiares em cada região, mas com formas de luta muito semelhantes. O contexto mais amplo, no qual se inserem, é a crise do capitalismo financeiro que se desenvolveu desde 2008, a qual levou a uma desregulamentação global e perda de direitos sociais e ampliou a camada social precarizada, concentrada nos mais jovens. Em vários países (países do norte da África, Espanha, Grécia, Estados Unidos etc.) foi possível observar ocupações de praças, uso das redes de comunicação alternativas, como a mobilização e a organização geradas a partir de redes de relacionamento social via internet, além da rejeição dos espaços institucionais de articulação política. A juventude indignada acabou por despertar uma nova euforia política, no momento em que imperam valores do individualismo e de carência de projetos políticos para o futuro (CARNEIRO, 2012).

Houve algo de dionisíaco nos acontecimentos de 2011: uma onda de catarse política protagonizada especialmente pela nova geração, que sentiu esse processo como um despertar coletivo propagado não só pela mídia tradicional da TV ou do rádio, mas por uma difusão nova, nas redes sociais da internet, em particular o Twitter, tomando uma forma de disseminação viral, um boca a boca eletrônico com mensagens replicadas a milhares de outros emissores (CARNEIRO, 2012, p. 9).

Dentre esses, é possível citar aqueles que protagonizaram essa onda de protestos pelo mundo, que eclodiram no norte da África e no Oriente Médio (Egito, Líbia, Tunísia etc.) e que ficaram conhecidos em seu conjunto como a “Primavera Árabe”. Estes tinham dentre seus objetivos a derrubada dos regimes políticos autoritários e o questionamento do controle rígido da liberdade de expressão. Tiveram como estopim também a crise do capitalismo financeiro de 2008, que elevou ainda mais os níveis de pobreza, atingindo, sobretudo, os mais jovens (ALVES, 2012). As mídias sociais vieram a desempenhar um papel relevante e particular nesses países. Com a censura estabelecida pelos governos à circulação de informações pela imprensa internacional e pela própria população, as novas mídias sociais (como destaque para as redes sociais pela internet, como o Twitter, os Blogs, o Facebook e o Youtube) passaram a ser vistas como potenciais veículos para o compartilhamento de opiniões contrárias aos regimes, como um espaço para a denúncia de atos criminosos, além de abrirem a

possibilidade de mobilização da população na derrubada dos governos. O Egito parece exemplar para se pensar as formas de mobilização; por outro lado, a crise aberta pela tentativa de dissolução do governo colocou novos desafios no que se refere ao estabelecimento de uma nova ordem mais estável.

O relatório sobre mídias sociais da *Dubai School of Government*¹⁴ afirma que a internet teve papel fundamental na consolidação desses movimentos no norte da África e no Oriente Médio, uma vez que foi através das redes sociais que a juventude organizou e espalhou informações sobre os protestos, ainda que em alguns casos a comunicação pela internet estivesse sob o controle dos regimes autoritários¹⁵. Segundo o relatório, nove em cada dez tunisianos e egípcios afirmaram ter usado o Facebook para organizar protestos ou disseminar seu conhecimento sobre as marchas que seriam realizadas pelas ruas. A maioria dos manifestantes é jovem, com faixa etária entre 15 e 30 anos, ou seja, justamente a geração que usa a internet como principal ferramenta de comunicação nesses países. Ao mesmo tempo, apresentaram-se como a categoria social mais prejudicada com o desemprego e menos conformada com o cerceamento às liberdades. Como eles estão habituados às redes sociais, tenderam a transformá-las em plataformas eficientes para a mobilização rápida e para a organização das manifestações.

Nos quatro primeiros meses de 2010, o número de usuários do Facebook no mundo árabe girava em torno de 14,8 milhões. No mesmo período de 2011, o total havia quase dobrado – eram 27,7 milhões. A maioria, segundo a *Dubai School of Government*, estava interessada nos movimentos revolucionários. E ainda, segundo o mesmo relatório, as redes sociais, considerando desde seu uso até o crescimento de número de usuários, desempenharam uma função crítica na mobilização, na formação de opinião e ao influenciar mudanças no mundo árabe.

Percebe-se também que as mobilizações via internet não estão presentes apenas em sociedades com regimes políticos autoritários. Podemos citar o caso das manifestações intituladas “Democracia Real Já!”, na Europa, e o *Occupy Wall Street*, nos Estados Unidos, como inseridas no contexto de sociedades democráticas. Em 2011, tomou as praças de cidades-chaves da Espanha (depois em Portugal, na Itália e na Grécia) um movimento em protesto pela “democracia real”, que ficou conhecido como M15-M. Este movimento foi também articulado por jovens através de telefones celulares e redes sociais e mobilizou uma multidão

¹⁴ Acesso ao relatório completo em: <http://www.dsg.ae/en/ASMR2/ASMRHome2.aspx>

¹⁵ No caso do Egito, o acesso à internet chegou a ser proibido.

que se organizou de forma espontânea, firmou acampamento, e empunhou cartazes que denunciavam a rejeição às instituições democráticas, como partidos políticos, e às políticas públicas neoliberais (ALBUQUERQUE, 2011).



Quadro 1. Cartaz exposto nos movimentos na Espanha demonstra desencanto como as instituições democráticas – no cartaz está escrito “nossos sonhos não cabem em suas urnas”¹⁶.



Quadro 2. Cartaz exposto por manifestante nos movimentos na Espanha demonstra a crítica às políticas neoliberais de cortes de gastos em serviços públicos – no cartaz está escrito “políticos, cortar seus privilégios, não nossa saúde”¹⁷.

O *Occupy Wall Street* (#OWS¹⁸) teve início na *Liberty Square*, no distrito financeiro de Manhattan nos Estados Unidos, e se espalhou por mais de 100 cidades no país e em forma

¹⁶ Imagem disponível em: <http://www.paginavermelha.org/noticias/110627-indignados-de-espanha.htm>

¹⁷ Imagem disponível em: <http://outraspalavras.net/posts/espanha-a-longa-marcha-da-indignacao-so-comecou/>

¹⁸ Esse é o *hashtag* do grupo usado na rede social Twitter. Os *hashtags* são palavras chaves, antecidas pelo #, que designam assuntos que estão sendo discutidos em tempo real no Twitter.

de ações em mais de 1.500 cidades no mundo. O movimento se apresentou com densa e complexa diversidade social, articulado em torno da condição de precariado da maior parte da população americana (como os manifestantes dizem: “os 99% contra os gananciosos 1% de Wall Street”), com forte rejeição do capitalismo financeiro e de como este passou a minar a legitimidade das democracias ocidentais (ŽIŽEK, 2012; CARNEIRO, 2012). Nas palavras do próprio movimento, divulgadas em seu site na internet:

OWS está lutando contra o poder corrosivo de grandes bancos e corporações multinacionais sobre o processo democrático e o papel de Wall Street na criação de um colapso econômico que tem causado a maior recessão em gerações. O movimento é inspirado por revoltas populares no Egito e na Tunísia, e tem como objetivo lutar contra o 1% de pessoas mais ricas, que estão escrevendo as regras injustas de uma economia global, que está limitando o nosso futuro¹⁹.



Quadro 3. Manifestante no Occupy All Street com cartaz que diz “nós somos os 99%”²⁰.

Para Giovanni Alves (2012, p. 34-35), a crise do núcleo do sistema mundial do capital não decorreu exclusivamente da crise imobiliária que ocorreu a partir de 2008 nos Estados Unidos e da crise da dívida na Europa, em decorrência da incontinência fiscal de alguns países, ou mesmo por causa da crise social resultante da elevação do desemprego, no bojo da corrosão do Estado de bem estar. Mas também pela crise dos partidos da ordem política burguesa, uma vez que esses deixaram de se apresentar como alternativas ao modelo

¹⁹ <http://occupywallst.org/>, tradução nossa

²⁰ Retirado de <<http://www.mnn.com/lifestyle/responsible-living/blogs/occupy-wall-street-embraces-environmentalists>>. Acessado em: 22 de junho de 2012.

capitalista, da grande finança especulativo-parasitária. Para Žižek (2012), as críticas realizadas pelos movimentos à atual relação promíscua entre democracia e capitalismo vêm salientar a necessidade de deslocar o sentido da democracia, instaurado na aceitação dos mecanismos democráticos, como colocados até o momento. Somente com o abandono da “ilusão democrática” se pode transformar radicalmente as relações capitalistas, segundo o autor (ŽIŽEK, 2012, p. 23), uma vez que a economia global está fora dos limites das políticas democráticas e ao aproximá-las observa-se ainda mais o declínio da democracia.

Mudanças radicais nesse quesito deveriam ser realizadas fora da esfera dos direitos “legais” etc.: em tais procedimentos “democráticos” (que é claro, podem ter um papel positivo), não importa o quão radical seja o nosso anticapitalismo, busca-se a solução na aplicação dos mecanismos democráticos – os quais, não podemos esquecer, são parte de aparato burguês, que garante o tranquilo funcionamento da reprodução capitalista (ŽIŽEK, 2012, p. 23).

Já na compreensão de Vladimir Safatle (2012), esses movimentos que eclodiram pelo mundo, articulando populações as mais dispersas e diferente em torno do *slogan* “O povo exige”²¹, trazem a necessidade de repensar a democracia, de compreender que a democracia que se quer ainda está por vir. Os movimentos que lutam pela “democracia real” colocam que a democracia atual, estabelecida a partir do ordenamento jurídico do Estado democrático de direito, não pode ser vista com o peso da eternidade e impossível de ser superada. Os movimentos denunciam que a alternância dos partidos no poder não implica mais na mudança de alternativa no que se refere à compreensão dos conflitos e políticas sociais. Para Safatle (2012), no entanto, a descrença nos partidos políticos não significa o esgotamento da política; ela é, na verdade, o sintoma da demanda política pela politização da economia e a tentativa de resgate do conceito de soberania popular. Segundo ele, a necessidade, nesse momento, é a da retomada da discussão sobre as possibilidades e não necessariamente de se apresentar o conjunto elaborado de proposições.

Trata-se de dizer que, após décadas de repetição compulsiva de esquemas liberais de análise socioeconômica, não sabemos mais pensar e usar a radicalidade do pensamento para questionar pressupostos, reconstruir problemas, recolocar hipóteses na mesa. Mas com o objetivo de encontrar uma verdadeira saída, devemos primeiro destruir as pseudocertezas que limitam a produtividade do pensamento. Quem não pensa contra si nunca ultrapassará os problemas nos quais se enredou (SAFATLE, 2012, p. 49-50).

²¹ Esse slogan emergiu das lutas na Tunísia pela derrubada do governo ditatorial de Ben Ali (SAFATLE, 2012, p. 47).

Para Carneiro (2012, p. 12), a presença do viés anárquico nos movimentos que criticam a atual democracia, com a afirmação de que não dá para confiar em partidos, estruturas governamentais e sindicatos, pode resultar na manutenção da ocupação dos espaços políticos, instituídos pelo ordenamento jurídico, pelos partidos de direita e extrema direita. No mesmo tom de alerta, Alves (2012) afirma que não se pode subestimar a capacidade reacionária do *establishment* e salienta que o Estado burguês poderá utilizar dos mecanismos de administração policial que visem isolar os novos movimentos sociais, na medida em que eles se ampliem. Para Žižek (2012, p. 18-19), no entanto, o silêncio se faz necessário nesse momento, mesmo quando respostas são exigidas, além do cuidado para não se traduzir apressadamente as energias das manifestações para um conjunto de demandas pragmáticas. As manifestações têm gerado um vazio no campo da ideologia hegemônica, mas, segundo ele, será necessário algum tempo para que seja preenchido de maneira apropriada, uma vez que o vazio carrega consigo um embrião para o verdadeiro Novo.

O que se percebe, diante das interpretações iniciais sobre esses movimentos surgidos desde 2011, é a preocupação sobre sua natureza e evolução (CERNEIRO, 2012, p. 14). Essas interpretações têm sempre colocado a questão da necessidade, ou não, de elaboração de uma plataforma política, ou seja, de um projeto de sociedade alternativo a hegemonia que está posta. Para Giovanni Alves (2012, p. 37), é necessária uma análise desses movimentos a fim de compreender também o movimento contraditório do real.

Os novos movimentos sociais, a princípio, não incorporam utopias grandiosas de emancipação social que exijam clareza político-ideológica. Pelo contrário, eles expressam, em sua diversidade e amplitude de expectativas políticas, uma variedade de consciência social crítica, capaz de dizer “não” e move-se contra os *status quo*. Possuem, em sua contingência irremediável de movimento social, um profundo lastro moral do impulso crítico. Como indignados, eles fazem, mas não sabem (como diria Marx). No plano contingente, efetuam uma crítica radical ao capitalismo como forma de produção da vida social. Mas não podemos considerá-los, a rigor, movimentos sociais anti-capitalistas. Na verdade, o que predomina entre os manifestantes é um modo de consciência contingente, capaz de expor, com indignação moral, as misérias do sistema sociometabólico do capital, mas sem identificar suas causalidades histórico-estruturais (ALVES, 2013, p. 36).

De maneira geral, mesmo que o conjunto de interpretações sobre esses movimentos apresente pontos de partida dos mais diversos, podem-se citar algumas características gerais que chamam a atenção e que orientam as reflexões à que este trabalho se propõe. A primeira

delas se refere à densidade e complexidade social que compõe a maioria desses movimentos. Também é notável a utilização das redes sociais, como Facebook e Twitter, ampliando a área de intervenção territorial e a mobilização social, a partir da disseminação de ideias que aos poucos constrói um novo espaço. “Produzem sinergias sociais em rede, tecendo estratégias de luta territorial num cenário de crise social ampliada” (ALVES, 2012, p. 33). São movimentos com capacidade de inovação e criatividade política na disseminação de suas motivações de contestação social, com notável capacidade de comunicação e de visibilidade (ALVES, 2012).

Para os fins da reflexão a que se pretende tecer neste trabalho, o papel desempenhado pelas novas tecnologias da informação e comunicação, com destaque para as redes sociais via internet, no deslocamento do sentido da democracia é fundamental. Sabe-se que o conjunto dessas mobilizações pelo mundo, pelo seu próprio caráter desterritorializado, também passou a influir na dinâmica dos protestos que passaram a ocorrer nos últimos anos no Brasil. Para dar alguns exemplos dessas manifestações articuladas pela internet, podem ser citadas as mobilizações, que ocorreram em vários estados, conhecidas como “Marcha da Liberdade”. Estas reivindicavam o direito de manifestação em defesa da legalização do uso da maconha. A “Marcha das Vadias”, que teve origem no Canadá, também tomou as ruas de várias capitais brasileiras, como Rio de Janeiro, Brasília e Recife. Ainda no primeiro semestre de 2011, estourou também na rede o “#foramicarla”, movimento dos estudantes de Natal contra a prefeita da cidade, alvo de uma série de denúncias de corrupção. Articulados por meio das mídias sociais, estudantes ocuparam a Câmara Municipal por mais de uma semana, transmitindo, em tempo real, pelo blog do movimento, tudo o que acontecia (Albuquerque, 2011)²².

Essa emergência reforça ainda mais a necessidade de pensar a crise de sentido da *participação*, da *sociedade civil*, da *cidadania* e da *democracia* na sociedade brasileira, como afirmado por Dagnino (2004a). Este trabalho desenvolverá, assim, uma reflexão sistemática dos limites e possibilidades de articulação de identidades política a partir das redes sociais na internet, das especificidades desses atores políticos, e tentará perceber se/como elas tencionam

22 No Brasil, nos meses de junho e julho de 2013, foi possível observar um conjunto de manifestações/passeatas ocorridas em diversas cidades do país, que tiveram destaque nos grandes veículos de comunicação de massa nacional. O papel desempenhado pelas redes sociais da internet nesse conjunto de acontecimentos foi apontado pela mídia e se colocou no centro de muitos debates. Os movimentos ocorridos no Brasil se deram, todavia, quando este trabalho estava sendo escrito, de forma que não foi possível elaborar um conjunto de informações e reflexões para compor as discussões aqui propostas. Sem dúvidas, o impacto desses acontecimentos, ainda mais pelo fato das redes sociais na internet terem desempenhado um papel importante, tornam ainda mais relevantes as pesquisas que têm por objetivo compreender a articulação de atores políticos no contexto da expansão da internet na sociedade brasileira.

novos sentidos para a *participação política*, para o papel da *sociedade civil*, para a *cidadania* e a *democracia*.

Por sua vez, é importante destacar que as relações entre atores políticos e a internet vem sendo tecidas desde a segunda metade dos anos 1990, quando os vários sujeitos políticos (partidos, sindicatos, organizações não governamentais, grupos guerrilheiros²³ etc.) descobrem nesse espaço novas possibilidades de difundir suas reivindicações. A fim de disseminar ideias e estabelecer o máximo de intercâmbios, atingindo quem tem o interesse em apoiar, criticar, sugerir ou contestar, as diversas vozes da sociedade civil se somaram na internet, estimuladas pelas vantagens de uso da ferramenta (MORAES, 2000). Dentre esses valores estratégicos, destaca-se a possibilidade de práticas comunicacionais interativas, descentralizadas e não submetidas aos mecanismos de seleção e hierarquização adotados pelas grandes mídias, os baixos custos, a velocidade de articulação e intervenção ágil em assuntos específicos, acentuando a visibilidade pública dos atores políticos.

A maioria das ONGs pesquisadas se mostra consciente das vantagens de curto, médio e longo prazo da comunicação virtual: barateamento dos custos; abrangência global; velocidade de transmissão; autonomia frente às diretivas ideológicas e mercadológicas dos impérios de comunicação. Eles elaboram e disponibilizam, simultaneamente, uma gama de recursos interativos e publicações, murais, fóruns e grupos de discussão eletrônicos. Com isso, seguem a diretriz central de multiplicar os espaços de conhecimento, interlocução e participação, em um mesmo *site* (MORAES, 2000, p. 154).

Ainda em meados dos anos 1990, a utilização da internet pelos atores políticos já apresentava alguns desafios, dos quais se pode citar a necessidade de maior aprofundamento da experiência de comunicação eletrônica e aproximação do público-alvo, de articular as potencialidades abertas pela expansão tecnológica da internet com os hábitos culturais e políticos da sociedade e ainda o de ampliar substancialmente o número de usuários da internet no Brasil, com simplificação dos procedimentos informáticos de acesso à rede e, principalmente, o do barateamento dos custos de acesso (MORAES, 2000, p. 154-155). Parte-se do pressuposto que esses desafios ainda permanecem atuais e devem ser objeto de novas reflexões, atrelados à necessidade de compreender a emergência de formas recentes de articulação pela internet das quais podem emergir novos atores políticos.

Desta feita, nesse trabalho, pretende-se explorar o desafio de articulação das potencialidades abertas pela expansão da internet com o aprofundamento da cultura política

²³ Com destaque para o movimento do movimento Zapatista, no México.

democrática na sociedade brasileira e a conformação de atores políticos surgidos desse espaço de sociabilidade. A necessidade de investir nessa pesquisa se dá pelo crescente expansão do acesso à internet no Brasil, em particular a partir da primeira década do século XXI e do surgimento de mobilizações sociais articuladas na internet a partir de 2011, as quais se apresentam como campo novo para a investigação.

Os estudos feitos mais recentemente no Brasil, com o objetivo analisar a relação entre internet e política, ou mais especificamente entre internet e democracia, tendem a apresentar abordagens mais liberais, que salientam a autonomia privada dos cidadãos e o papel dos meios de comunicação na defesa dos direitos individuais; outras mais republicanas, que destacam a potencialidade da rede para participação coletiva e engajamento na vida coletiva; e ainda as deliberativas, as quais afirmam ser a internet uma possível arena discursiva, um espaço onde se pode avaliar se os cidadãos têm a capacidade de deliberar sobre decisões coletivas. Este trabalho coloca também o foco nas potencialidades democráticas da internet e fará uma abordagem mais voltada para a compreensão dos atores políticos que emergem desses espaços, ao se questionar se eles utilizam a internet como simples meio de mobilização, ou se tal uso constitui uma forma particular de construção de identidade política.

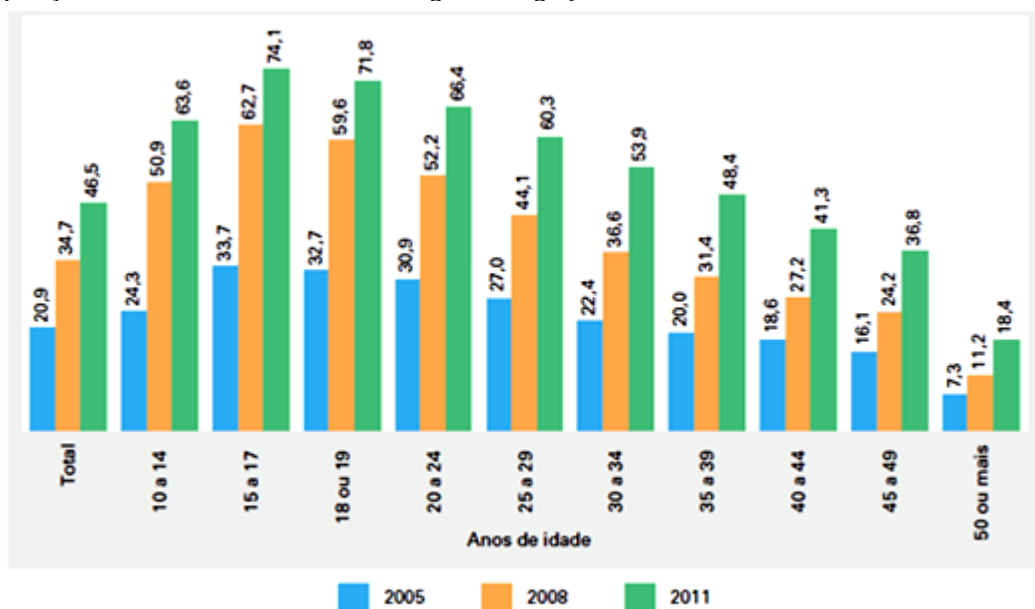
Sendo assim, propõe-se inserir neste trabalho o desafio de pensar a emergência de atores políticos no âmbito da lógica da comunicação contemporânea, e analisar os limites e possibilidades de articulação de identidades políticas a partir do grupo “Direitos Urbanos/Recife”, que se articula nas redes sociais da internet. Pretende-se também pensar, de maneira complementar, as redes sociais via internet e os limites e possibilidades que elas apresentam para a expansão dos espaços públicos, e consequentemente para a participação política e o seu alargamento para além dos espaços institucionais e tradicionais. Como horizonte, pode-se até, questionar sobre as possibilidades de reconfiguração dos movimentos sociais e ações coletivas a partir desses novos espaços virtuais.

A apresentação de alguns dados do relatório “Acesso à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal”, da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), do ano de 2011, pode ilustrar as proporções do crescimento do acesso à internet no Brasil e os dilemas que ainda persistem e, assim, compor inicialmente o cenário que leva às indagações sobre o acesso e os usos recentes e a possibilidade de emergência de atores políticos. Segundo esse relatório, em 2011, 77,7 milhões de pessoas, de 10 anos ou mais de idade, acessaram a internet nos últimos três meses antes da realização da pesquisa, o que equivale a 46,5% do total da população de 10 anos ou mais de idade. De 2005 até 2011, o contingente de pessoas

que utilizam a internet aumentou 143,8%, ou seja, em seis anos o número de internautas no Brasil cresceu 45,8 milhões (IBGE, 2013, p. 32).

Do ponto de vista etário, pode-se observar a predominância de acesso entre os jovens. Os grupos etários de 15 a 17 anos e de 18 ou 19 anos foram os que apresentam os maiores percentuais de pessoas que acessaram a internet em todos os anos das pesquisas (2005, 2008, 2009 e 2011). De 2008 até 2011 o grupo com maior aumento na proporção foi o de 25 a 39 anos de idade. Vale destacar também que as pessoas com 50 anos ou mais de idade que acessavam a internet passaram de 7,3%, em 2005, para 18,4% em 2011 (IBGE, 2013, p. 34).

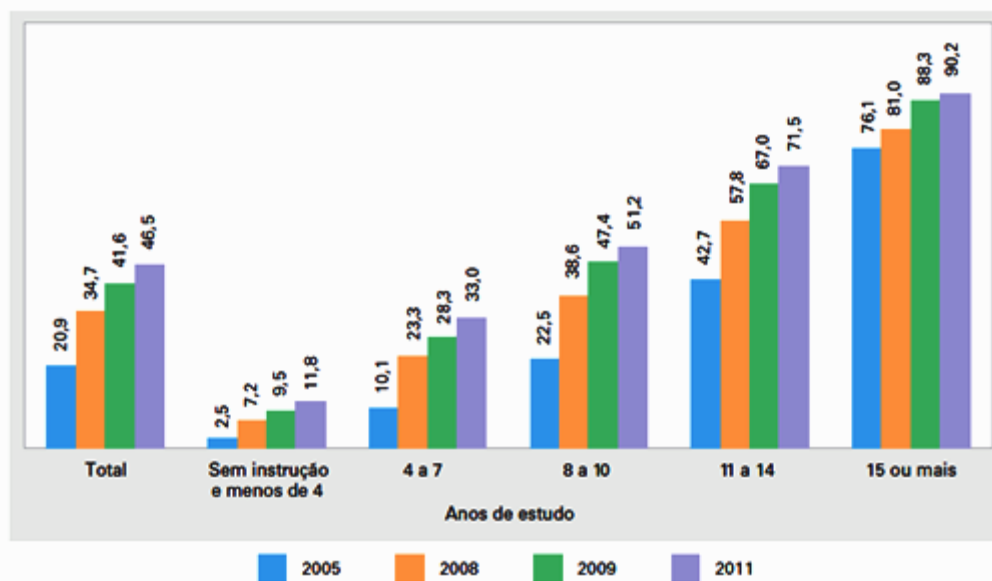
Tabela 1- Percentual de pessoas que utilizam a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade, segundo os grupos de idade – Brasil – 2005/2011.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2011.

Em relação ao nível de escolaridade, observou-se que quanto maior o nível de escolaridade, maior era a proporção de pessoas que usava a internet. “Para aqueles sem instrução e com menos de 4 anos de estudo, em 2011, o percentual foi de 11,8%”. Entre aqueles com 15 anos ou mais de estudo, 90,2% acessaram a internet” (IBGE, 2013, p. 36). De 2005 até 2011 o percentual de pessoas que acessaram a internet aumentou para todos os grupos de anos de estudo, por exemplo, no grupo daqueles com 15 anos ou mais de estudo passou de 76,1% de internautas, em 2005, para 90,2%, em 2011.

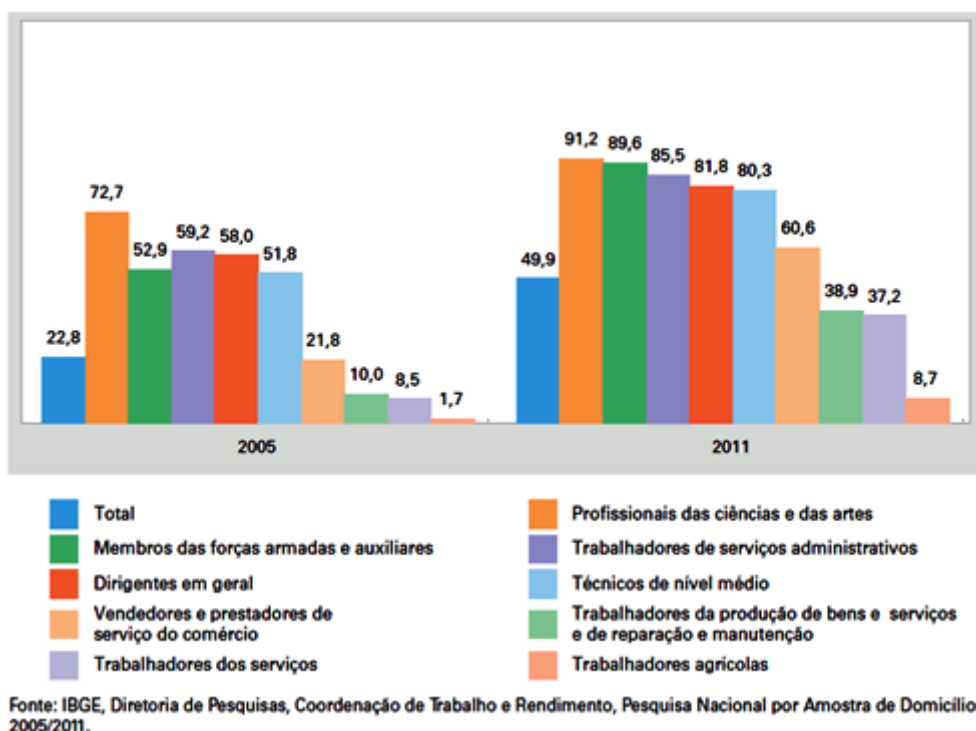
Tabela 2 - Percentual de pessoas que utilizam a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade, segundo os grupos de anos de estudos – Brasil – 2005/2011.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2011.

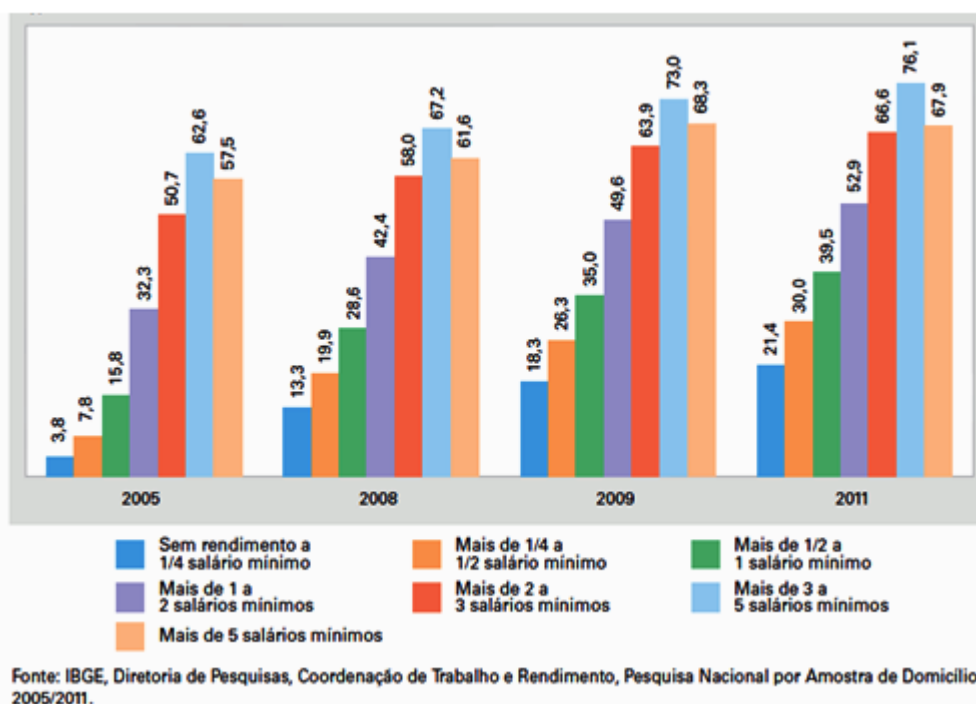
Em relação aos agrupamentos ocupacionais no trabalho principal, os profissionais das ciências e das artes já em 2005 apresentavam o maior percentual de pessoas que utilizavam a internet (72,7%), e em 2011 chegaram a alcançar o percentual de 91,2%. Em contraste, os trabalhadores agrícolas tinham o menor percentual de acesso em 2005, com apenas 1,7%. Já em 2011 esse agrupamento profissional cresceu e alcançou 8,7% (IBGE, 2013, p. 40).

Tabela 3 - Percentual de pessoas que utilizam a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, por agrupamentos ocupacionais no trabalho principal – Brasil – 2005/2011.



Em relação à classe de rendimento mensal domiciliar *per capita*, nota-se que quanto maior o rendimento, maior o percentual de pessoas que utilizam a internet. No entanto, o crescimento de usuários da internet cresceu em todas as classes de rendimentos mensal domiciliar *per capita*, com destaque para as classes com rendimentos mais baixos (IBGE, 2013, p. 41).

Tabela 4 - Percentual de pessoas que utilizam a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade, por classe de rendimento mensal real domiciliar per capita a preços de setembro de 2011 – Brasil – 2005/2011.



O Relatório do Comitê Gestor da Internet (CGI) no Brasil (2012) traz também algumas informações sobre o avanço expressivo da presença das tecnologias da informação e comunicação nos lares brasileiros no ano de 2011, principalmente no que se refere às tecnologias móveis, como celulares, notebooks e *modems* 3G. Ao realizar a pesquisa *TIC Domicílio* em sua sétima edição (2011), que teve por objetivo principal medir a posse e o uso das tecnologias da informação e comunicação entre a população brasileira com 10 anos de idade ou mais, o CGI chama a atenção para o aumento da penetração de computadores e do acesso à internet nos domicílios brasileiros e em termos de uso pelas pessoas, principalmente das tecnologias móveis como os telefones celulares, *notebooks* e os *modems* 3G. No entanto, o CGI afirma que, embora haja um crescimento expressivo em relação às edições anteriores da pesquisa, os desafios para que o país de coloque num patamar condizente à riqueza que produz ainda são grandes.

De 2010 para 2011 a posse do computador cresceu em 10%, com a proporção de domicílios brasileiros com computadores crescendo de 35% em 2010 para 45% em 2011. A presença dos computadores na área urbana é de 51%, e 16% na área rural. Afirma-se ainda que de cada 10 domicílios brasileiros aproximadamente 4 possuem acesso à internet (38%). Mesmo não alcançando nem metade dos domicílios do país, percebe-se que o crescimento em

relação a 2010 foi de 11%. No que se refere a fatores como classe social e renda familiar, nos domicílios cuja renda familiar é de até um salário mínimo o acesso à internet é de apenas 6%, e chega a até 91% entre as famílias que somam ganhos superiores a 5 salários mínimos. O relatório indica ainda que, segundo a União Internacional de Telecomunicação (UIT) das Nações Unidas, em termos de penetração da internet nos domicílios, a proporção de 38% dos domicílios conectados coloca o Brasil abaixo da média das Américas, que é de 50%, mas acima dos Estados Árabes (26%) e da Ásia e Pacífico (25%). A Europa tem penetração de 72% e a África com 7% dos domicílios conectados. Outro fator que se pode destacar, refere-se ao tipo de acesso à internet. Percebe-se uma queda da conexão discada e a crescente expansão da banda larga (*modem 3G*), esta última perfazendo hoje 18% dos domicílios com acesso à internet. É importante citar também que algumas políticas voltadas para a ampliação do acesso à internet foram implementadas pelo governo federal, como o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) e o Plano Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo). Essas têm por objetivo contribuir para a expansão das tecnologias da informação e comunicação na sociedade brasileira (Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2012).

Já em relação aos tipos de uso, o relatório destaca as atividades realizadas pelos brasileiros na internet. A maior parte dos usuários no Brasil usa a internet para se comunicar (destaque para as redes sociais), para a procura de informação (destaque para buscadores como o Google) e para lazer (portais, jogos etc.). Destaca-se também que as atividades mais comuns na busca de informação e serviços *on-line*, em 2011, foram as de procura por produtos e serviços (64%), ultrapassando a diversão e o entretenimento (61%). Para pensar a realização das atividades de comunicação, o relatório observa que a escolaridade e a idade são variáveis bastante importantes. Entre aqueles que leem jornais e revistas 68% têm Ensino Superior, contra 28% dos que possuem Ensino Fundamental; as atividades de fazer download de softwares são de 34% e 10%, respectivamente; e para download de filmes são de 45% ante 25%. De maneira geral, no que se refere aos usos:

As principais atividades de comunicação realizadas são: enviar e receber e-mail (78%), enviar mensagens instantâneas (72%) e participar de sites de relacionamento (69%). Conversar por voz em programas como Skype (23%), usar microblog como, por exemplo, Twitter (22%), criar e/ou atualizar blogs ou sites (15%) e **participar de listas de discussão ou fóruns (14%) são menos comuns**. Comparados às edições anteriores da pesquisa, destacam-se os acréscimos no uso de microblogs, cuja proporção subiu de 14%, em 2010, para 22%, em 2011, e o uso de programas de voz sobre IP (VoIP), como o Skype, que passou de 17% em 2010 (estável desde 2007)

para 23%, em 2011 (CGI.br Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2012, p. 164 – destaque nosso).

Apresentados esses dados mais descritivos, que apresentam o panorama recente do acesso a computadores e à internet no Brasil, pode-se fazer algumas observações pertinentes. Apesar do desenvolvimento econômico e da melhoria dos indicadores sociodemográficos, ocorridos nas duas últimas décadas, como os indicadores estruturais ligados à educação e o crescimento da renda e do consumo das famílias, por exemplo, que fizeram o país alcançar a posição de sexta economia do mundo, constata-se a persistência de desigualdades internas, que se refletem no acesso às tecnologias da informação e comunicação (Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2012). Observa-se que a proporção de domicílios com computador no Brasil ainda está abaixo da média de países americanos e europeus, tanto em relação à posse do equipamento e o acesso à internet, quanto pelo uso dos cidadãos (Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2012, p. 154). O relatório adverte também que as discrepâncias regionais e sociais ainda existentes no país podem ser um entrave ao desenvolvimento do país, com reflexos no crescimento do uso do computador e da internet. Além de barreiras como o preço elevado e a disponibilidade da rede, que impedem o acesso universal às famílias de baixa renda, bem como dos cidadãos que vivem em áreas rurais e remotas. Os desafios para democratizar o acesso à internet ainda são grandes, dentre eles “a universalização da banda larga, a aquisição de competências para o uso efetivo das tecnologias de informação e comunicação (TIC) pelos cidadãos brasileiros, bem como pelas organizações privadas e não governamentais e pelo próprio governo” (Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2012, p. 151).

3. REDES SOCIAIS NA INTERNET E ARTICULAÇÃO DE IDENTIDADES POLÍTICAS

A partir de agora será apresentado o referencial teórico que orientará a reflexão sobre as questões levantadas por esse trabalho. A primeira parte será destinada à elaboração da discussão sobre a abordagem de redes na sociedade da informação e suas contribuições para pensar a internet como espaço de sociabilidade, de articulação de movimentos sociais e emergência de atores políticos e como esfera pública democrática. Na segunda metade desse capítulo indicar-se-á a abordagem teórica de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, mediante a qual é possível pensar a articulação de identidades políticas. Para isso, torna-se relevante desenvolver o conjunto de conceitos que constituem o arcabouço pós-marxista e que permitirão compreender a perspectiva através da qual as identidades políticas serão abordadas, tendo em vista as formas de conflito assumidas nas sociedades democráticas.

3.1 Redes sociais na internet: os desafios para a articulação de atores políticos, para a formação de uma esfera pública e para a democracia

A partir de 1970 a noção de *redes* é aplicada à análise das ações mais amplas de coletivos e movimentos sociais, no contexto em que essa área de estudos teve um grande destaque, em particular na sociologia, através das abordagens dos “novos movimentos sociais” e da “mobilização de recursos” (SCHERER-WARREN, 2005, p. 77). No entanto, apenas recentemente, a partir da década de 1990, houve a aplicação desse conceito para compreender os coletivos políticos no contexto da sociedade da informação.

Ilse Scherer-Warren e Lígia Lückmann (2004), em avaliação recente dos movimentos sociais e da sociedade civil no Brasil, afirmam a importância de repensar e incorporar a abordagem de rede nos estudos sobre os processos e estruturas participativas. Segundo as autoras, a noção de rede parece sugerir alterações significativas na dinâmica dos processos de participação política, na medida em que complexifica ou “desorganiza” as relações imediatas e diretas entre representantes / representados (2004, p. 25). Ainda de acordo com Scherer-Warren e Lückmann (2004), é importante ressaltar que as premissas da distribuição e da

democratização do poder, dos princípios da participação igualitária, articulação e descentralização, que caracteriza o conceito de rede, devem ser objeto de reflexão e questionamento sociológico e impulsionar novas pesquisas empíricas na sociedade atual. Soma-se a essas preocupações a necessidade de pensar a noção de rede no contexto das novas tecnologias da informação e comunicação, como a internet, e de como essas novas tecnologias também podem ajudar a pensar a formação de ações coletivas a partir da interação em rede.

Desta feita, Scherer-Warren (2005, p. 78) alerta que, para uma melhor compreensão do campo político na sociedade da informação, é necessário realizar uma distinção entre os *coletivos em rede* e as *redes de movimentos sociais*. A primeira categoria, a de *coletivos em rede*, se refere a uma rede de coletivos identitários, a uma conexão, em princípio comunicacional e instrumentalizada através de redes técnicas, de vários atores que querem difundir informação, buscar solidariedade e apoio para elaboração de estratégias conjuntas (SCHERER-WARREN, 2005, p. 79). Esses não definem, no entanto, um movimento social, mas são partes dos movimentos sociais na era da informação. Já as *redes de movimentos sociais*, que aqui se pretende dar destaque, são redes sociais complexas que transcendem organizações empiricamente delimitadas e que conectam de forma simbólica, solidária ou estratégica sujeitos individuais e atores coletivos, cujas identidades vão se constituindo em processo dialógico (SCHERER-WARREN, 2005). Sobre as *redes de movimentos sociais* acrescenta-se:

(...) vão constituindo-se em um processo dialógico: de identificações sociais, éticas, culturais e/ou político-ideológicas, quer dizer, elas formam a *identidade* do movimento; de trocas, negociações, definições de campo de conflito e de mecanismos de resistência aos adversários e ao mecanismo de discriminação, dominação e exclusão sistêmica, ou seja, definem os seus *adversários*; a fim de transpor os limites desta situação sistêmica em direção da realização de propostas ou projetos alternativos, ou seja, definir os seus *objetivos*, ou construir um *projeto* para o movimento (SCHERER-WARREN, 2005, p. 79 – tradução nossa).

A autora chama a atenção, ainda, para a necessidade de analisar a relação entre os *coletivos em rede* e as *redes de movimentos sociais* e, ao fazer, ir além da compreensão das redes como sistemas. Ela quer dizer com isso que se faz fundamental buscar a historicidade de sua formação, a relação dialógica entre os coletivos em ação, o sentido das ações e o surgimento de novas subjetividades coletivas nas redes de movimentos. Segundo Scherer-Warren (2005, p. 79), para compreender os movimentos sociais contemporâneos é relevante perceber como os indivíduos se tornam sujeitos de seus destinos e como os sujeitos se

transformam em atores políticos por meio de conexões em rede. Deve-se também observar como estes atores e os respectivos movimentos são formas de resistência e proposição em relação aos códigos culturais opressores e diante das incertezas que fazem parte da sociedade da informação. Por isso é importante uma abordagem em rede que leve em consideração a *sociabilidade*, a *espacialidade* e a *temporalidade* na sociedade da informação, para compreender como se formam movimentos sociais a partir da relação entre sujeitos e atores coletivos (SCHERER-WARREN, 2005, p. 79).

Do ponto de vista da *temporalidade*, as *redes de movimentos* podem se embasar no passado, a partir da tradição e da indignação, no presente, a partir de protesto, da solidariedade e da proposta, e no futuro, a partir do projeto e da utopia. No contexto de expansão das novas tecnologias da informação e comunicação (NTICs), que aqui se pretende abordar, especificamente da internet, salienta-se a dinâmica de aproximação de diferentes tempos culturais no ciberespaço e passa-se a considerar a articulação de redes de movimentos sociais que contemplam simultaneamente a tradição histórica e os projetos de transformação social.

Também se pode observar o ímpeto das redes de movimentos sociais que resultam em uma sinergia entre as redes presenciais e as virtuais, entre o local e o global na era da informação (SCHERER-WARREN, 2005, p. 82). A *espacialidade*, nesse sentido, pode ser abordada a partir das redes sociais primárias, interindividuais ou coletivas que se caracterizam por serem presenciais, em espaços contíguos e criando territórios geograficamente situados. Já redes sociais, resultantes do ativismo na internet, são intencionais, transcendem as fronteiras espaciais primárias e criam territórios virtuais, cuja configuração se define pela adesão a uma causa por afinidade política, cultural ou ideológica. No entanto, Scherer-Warren (2005) observa que ocorrem impactos entre as diferentes redes, numa constante dialética entre o local e o mais global, entre o presencial e o virtual, entre o ativismo do cotidiano e o ciberativismo, na formação de movimentos cidadãos planetarizados.

Há, portanto, uma deslocalização das fronteiras tradicionais comunitárias, locais, até o plano global, assim como também se abrem possibilidades que os atores globais revisitem constantemente os planos locais, na construção de movimentos globalizados em torno de impactos e visões alternativas (SCHERER-WARREN, 2005, p. 83 – tradução nossa).

É necessário, então, reafirmar que a aparente ambiguidade entre esses processos de interação globalizada sob a forma de redes, consideram que essas são ao mesmo tempo reais e

virtuais, sociais e técnicas, desintegradores e integradoras e locais e globais. Mediante as redes, há a criação paralela da ordem e da desordem do território, já que elas destroem velhos recortes espaciais e criam outros. Soma-se a isso que as redes estão tornando-se simultaneamente mais globais e mais locais, na medida em que há mais conexão dos espaços mundial com assuntos do espaço local (SCHERER-WARREN, 2005, p. 84). Sendo assim, algumas perspectivas salientam que os movimentos transnacionais só adquirem mais sustentabilidade quando estão enraizados às tradições locais, instituições e oportunidades para a construção de um movimento, ou seja, quando possuem raízes em redes sociais pré-existentes, depositárias de relações de confiança, reciprocidade e aprendizagem cultural. De maneira geral:

(...) os conflitos, os protestos e as agendas sociais se globalizam e se particularizam simultaneamente através de redes de informações, interorganizacionais (coletivos em rede) e de movimentos. Os problemas comunitários (o local) podem projetar-se transnacionalmente, assim como uma ética ou valor planetário (o global) pode expressar-se simbolicamente no âmbito das ações locais (SCHERER-WARREN, 2005, p. 85 – tradução nossa).

A investigação sobre a conectividade em rede deve buscar também, como dito, as formas assumidas pelas interações e os níveis de relação que se estabelecem através das redes de informação e os seus resultados: os tipos de coesão grupal, de solidariedade, os mecanismos de negociação, as estratégias, a construção dos processo de subjetivação, representações simbólicas, dentre outros. Nesse ponto, está-se referindo especificamente aos processos de *sociabilidade* em rede. Trata-se de uma análise das *redes sociais personalizadas* quando se procura os vínculos diretos entre atores em seu cotidiano, em suas comunidades, no espaço mais restrito das organizações coletivas específicas. Doutras forma, pode-se empreender a compreensão através de redes de articulações políticas entre atores e organizações, em um espaço definido pela conflitividade da ação coletiva. Estas podem transcender os espaços de emergência das ações onde se constituem e se formarem em torno de uma identidade de caráter ideológico. Dentre os pressupostos das articulações e interações em rede de movimentos, destaca-se o fato de que essas tenderão a ser mais horizontais, com práticas políticas pouco formalizadas ou institucionalizadas entre as organizações da sociedade civil, grupos identitário e cidadãos mobilizados (SCHERER-WARREN, 2005, p. 86).

A *sociabilidade*, assim como as respectivas relações de identificação ou assimetrias de poder, pode ser percebida de diferentes formas, a depender se o enfoque dado ao estudo da rede põe em destaque a *reciprocidade*, a *solidariedade* ou dimensão *estratégica*. A reciprocidade tem sido útil, especialmente, para os estudos dirigidos às redes de relações sociais do cotidiano local (SCHERER-WARREN, 2005, p. 87). A noção de *solidariedade* é geralmente utilizada para abordar redes de ajuda mútua, de voluntariado e de economia solidária, mas quando essas redes de solidariedade se transformam em movimentos sociais mais amplos, podem extrapolar os limites do local, tornando-se mais globais.

Ilse Scherer-Warren (2005) coloca também em destaque a noção de solidariedade trabalhada por Melucci. Segundo a autora, para ele, a solidariedade, substrato dos movimentos, é de caráter cultural e se localiza no terreno da produção simbólica do cotidiano. Sendo assim, nas sociedades complexas, os movimentos sociais são vistos como redes submergidas de grupos, que tornam explícitos os pontos de encontro e circuitos de solidariedade durante períodos transitórios de mobilização coletiva diante de problemas, o que diferem profundamente da imagem de um ator politicamente organizado. É importante destacar também que “os problemas de identidade individual e de ação coletiva se mesclam: a solidariedade do grupo é inseparável dos desejos pessoais e das necessidades efetivas e comunicativas cotidianas dos participantes da rede” (SCHERER-WARREN, 2005, p. 88).

A dimensão *estratégica* de sociabilidade das redes de ações coletivas refere-se, geralmente, ao seu caráter propositivo. Na sociedade da informação, ainda, a dimensão estratégica se revela pela capacidade das redes de difundirem as informações de forma mais ampla e rápida, conectando as iniciativas locais com as globais e vice-versa. De maneira geral, a dimensão estratégica é pensada relativamente ao elemento organizativo, articulador e informativo e, conseqüentemente, fornecedor de poder aos coletivos e movimentos sociais na sociedade civil e em suas relações com outros poderes instituídos (SCHERER-WARREN, 2005, p. 88).

Ilse Scherer-Warren (2005) afirma, ainda, que nas esferas públicas nacionais e locais os *coletivos em rede* e as *redes de movimentos sociais* têm desempenhado um papel relevante como atores de resistência e propulsores de políticas públicas cidadãs. De maneira geral, sobre a abordagem das redes na sociedade da informação, a autora sintetiza:

Na sociedade da informação não há como não considerar a multidimensionalidade – social, espacial, temporal – das redes, sobretudo para o entendimento dos sujeitos coletivos emergentes (...). Na busca dessa multidimensionalidade das redes sociais, propõe-se uma análise das

interações dialógicas entre os atores que representam tempos sociais diferenciados (da cultura tradicional ao ideário da pós-modernidade); que se situam em espaços sociais de diferentes escalas (locais, regionais, nacionais e transnacionais) e com distintos graus de especificidades (presenciais e virtuais), que compreendem diferentes níveis de abrangência, intensidade e concretude das relações sociais e da conexão entre os participantes da rede (primários ou secundários, fortes ou fracos); e, finalmente, que se representam através de vínculos sociais que podem mover-se do cotidiano à esfera pública e à construção de utopias de transformação (redes interindividuais, coletivos de redes e redes de movimentos sociais e suas interconexões) (SCHERER-WARREN, 2005, p. 89).

O debate sobre redes, particularmente em relação às redes na sociedade da informação, tem se colocado como um desafio para diferentes autores. Reconhecidamente Manuel Castells é tido como um dos principais pensadores dos estudos nesse campo. Em seu trabalho *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade* (2003), o autor coloca em relevo as dimensões das relações em rede na atualidade, com destaque para aquelas formadas a partir da internet. Para o presente trabalho esta reflexão se faz pertinente, uma vez que vem reforçar o que acima foi elaborado sobre as potencialidades da abordagem de redes para pensar os atores políticos na sociedade da informação. Mais especificamente, a partir de Castells se dará destaque às dimensões da sociabilidade e da espacialidade em rede via internet, tendo em vista que essas dimensões já foram elaboradas acima por Ilse Scherer-Warren (2005) para formar o arcabouço necessário para os estudos sobre *redes de movimentos sociais*. Também, e mais detidamente, observar-se-á como Castells (2003) elabora sua reflexão sobre a política, a democracia e os movimentos sociais a partir das redes via internet.

Sobre a *sociabilidade*, Castells (2003, p. 98) afirma que a emergência da internet, como novo meio de comunicação, esteve associada a um conjunto de informações conflitantes sobre a ascensão de novos padrões de interação social. As comunidades virtuais, formadas por interações *on-line*, foram interpretadas como um processo histórico de desvinculação entre sociabilidade e localidade na formação da comunidade, no sentido de que o novo padrão seletivo de interação de relações sociais substituiu as formas de interação humana territorializada.

Os críticos da internet, em seus primeiros estudos sobre a experimentação das identidades no mundo virtual, afirmavam que a sua difusão conduziria a um isolamento social e a um colapso da comunicação social, uma vez que indivíduos sem face praticariam interações aleatórias e tenderiam a abandonar relações em espaços reais. É como se as pessoas fossem gradualmente levadas a viver fantasias *on-line*, numa fuga do mundo real. Castells (2003, p. 99-100), todavia, fala que a internet foi apropriada pelas práticas sociais de formas

diversas, tendo efeitos específicos sobre estas, e que também se tornou uma extensão da vida como ela é, em toda a sua expansão e modalidade, sem que as pessoas perdessem a noção de que o real existe. Afirma ainda que, ao que parece, provavelmente a maioria das pessoas que usam a comunicação mediada por computadores criam identidade *on-line* compatíveis com suas identidades *off-line*.

Castells (2003) afirma também que a promessa difundida por alguns de que a internet possibilitaria uma sociabilidade irrestrita, com a formação de comunidades com valores e interesse compartilhados, com amizades se estendendo até às interações face a face, não se realizou. Na medida em que ela se difundiu na sociedade, seus efeitos sobre a sociabilidade tornaram-se menos espetaculares, ao mesmo tempo também não parece ter levado a completa alienação do mundo real. Para o autor, o que se observa é que “a interação social na internet não parece ter um efeito direto sobre a configuração da vida cotidiana em geral, exceto por adicionar interações *on-line* às relações sociais existentes” (CASTELL, 2003, p. 100-101).

Com a difusão da internet pode-se observar que seus usos são, na maior parte das vezes, instrumentais: ligados ao trabalho, à vida cotidiana e à família. Mas também é importante perceber a relação entre os usos instrumentais, os envolvimento cívicos e as interações sociais dos usuários da internet. Castells apresenta resultados de pesquisas que apontam níveis mais elevados ou iguais de envolvimento político e comunitário entre pessoas que usam a internet, comparados aos níveis dos não usuários; além dos usuários tenderem a encontrar mais seus amigos, ainda que estejam mais dispersos espacialmente. Assim, percebe-se que pode haver um *feedback* positivo entre sociabilidade *on-line* e *off-line*, com o uso da internet aumentando e mantendo laços sociais e envolvimento sociais para os usuário. Estes também tendem a ter redes sociais maiores do que os não usuários, mesmo que não sejam necessariamente mais engajados civicamente. O que se pode indicar é que o uso da internet tem um efeito positivo sobre a interação social, tendo em vista que aumenta a exposição a outras fontes de informação.

Apresentados esses relatos sobre os efeitos do uso da internet sobre a sociabilidade, observa-se que muitas proposições ainda se organizam num conjunto de relatos conflitantes.

Portanto, de modo geral, o corpo de dados não sustenta a tese de que o uso da Internet leva a uma menor interação social e maior isolamento social. Há alguns indícios, porém, de que a Internet pode servir como um substituto para outras atividades sociais. Como os estudos que sustentam teses alternativas foram realizados em diferentes momentos, em diferentes contextos e em diferentes estágios de difusão do uso da Internet, é difícil

chegar a uma decisão definitiva sobre os efeitos da internet sobre a sociabilidade (CASTELLS, 2003, p. 104-105).

Já a dimensão *espacial* das redes via internet é abordada por Castells (2003) a partir dos estudos de comunidades. Ele acredita que o passo analítico necessário para compreender as novas formas de interação social na era da Internet é o de redefinir *comunidade*. Para o autor é importante dar menos destaque aos aspectos culturais e destacar o seu papel de suporte individual. Sendo assim, as comunidades passam a ser vistas como redes de laços interpessoais que propiciam sociabilidade, apoio, informação, sendo de integração e identidade social. O que é necessário é o deslocamento da comunidade para a rede como forma de organizar a interação: “as redes são montadas pelas escolhas e estratégias de atores sociais, sejam indivíduos, famílias ou grupos sociais. Dessa forma, a grande transformação da sociabilidade em sociedades complexas ocorreu com a substituição de comunidades espaciais por redes como formas fundamentais de sociabilidade” (CASTELLS, 2003, p. 106-107). Castells (2003) afirma que a emergência da sociedade da informação é caracterizada por um sistema de relações centrado no indivíduo, parecendo ser esse novo padrão dominante fundado no que se pode chamar de *relações terciárias* e em *comunidade personalizadas*. Em suas palavras:

É sustentada (*mas não produzida*) pelos novos padrões de urbanização, à medida que subúrbios e condomínios de luxo ainda mais afastados proliferam, e a desvinculação entre função e significado nos microlugares das megacidades individualiza e fragmenta o contexto espacial de existência. E é racionalizada pela crise de legitimidade política, à medida que a crescente distância entre os cidadãos e o Estado enfatiza o mecanismo de representação e estimula a saída do indivíduo da esfera pública. O novo padrão de sociabilidade em nossas sociedades é caracterizado pelo individualismo em rede (CASTELLS, 2003, p. 108).

Castells afirma que na sociedade do *individualismo em rede* a internet acaba sendo eficaz para a manutenção de laços fracos, que de outra forma poderiam ser perdidos na tentativa de envolvimento por laços físicos ou através de comunicação telefônica (que tem geralmente custos mais elevados). Além disso, a internet pode criar novos tipos de laços fracos, como no caso de comunidades de interesse. Esses laços fracos, como indica Castells (2003, p. 108), referem-se àqueles que raramente constroem relações pessoais duradouras:

(...) as pessoas se ligam e desligam da Internet, mudam de interesse, não revelam necessariamente sua identidade (embora não simulem uma

diferente), migram para outros padrões on-line. Mas se as conexões específicas não são duradouras, o fluxo permanece, e muitos participantes de rede o utilizam como uma de suas manifestações sociais (CASTELLS, 2003, p. 108).

Por isso, as comunidades *on-line* formadas na internet são tidas como efêmeras, articulando raramente interações *on-line* com interações físicas. Mas, segundo Castells (2003, p. 109), a melhor forma de compreendê-las é vê-las como redes de sociabilidade, na qual o tema em torno do qual ela é montada define seus participantes, sendo compostas por geometrias variadas e composições cambiantes e orientadas segundo os interesses dos atores sociais.

O individualismo em rede é um padrão social, não um acúmulo de indivíduos isolados. O que ocorre é antes que os indivíduos montam suas redes, on-line e off-line, com base em seus interesses, valores, afinidades e projetos. Por causa da flexibilidade e do poder de comunicação da internet, a interação social on-line desempenha crescente papel na organização social como um todo. As redes on-line, quando se estabilizam em sua prática, podem formar comunidades, comunidades virtuais diferentes das físicas, mas não necessariamente menos eficazes na criação de laços de mobilização. Além disso, o que observamos em nossa sociedade é o desenvolvimento de uma comunidade híbrida que reúne lugares físicos e ciber lugares (para usar uma terminologia de Wellman) para atuar como suporte material do indivíduo em rede (CASTELLS, 2003, p. 110).

Por isso, é importante ter em vista que as pesquisas sociais sobre sociabilidade e formação de comunidades em rede devem aceitar o desafio de compreender a inter-relação entre as dimensões *on-line* e *off-line* na composição de uma nova noção de espaço, em que o físico e o virtual influenciam um ao outro, dando base para a emergência de novas formas de socialização, novos estilos de vida e organização social. Castells (2003) destaca algumas características fundamentais das redes *on-line* que tornam estas mais flexíveis na expressão da sociabilidade, dentre elas, as poucas barreiras de ingresso e baixos custos de oportunidade. Essa flexibilidade pode ser pensada de maneira positiva, uma vez que não cria padrões de relações de obrigação, mas, por outro lado podem gerar fragilidade, dissolução de instituições sociais e declínio de engajamento cívico.

Abordados os temas da sociabilidade e construção de comunidades em rede, e a apresentação do conjunto geral da discussão suscitada no contexto da sociedade da informação, retomar-se-á o foco para a relação entre a abordagem em rede, especificamente a internet, e a possibilidade de pensar os processos políticos e os movimentos sociais. Castells (2003) parte dos seguintes questionamentos:

Uma vez que a internet está se tornando um meio essencial de comunicação e organização em todas as esferas de atividades, é obvio que também os movimentos sociais e o processo político a usam, e o farão cada vez mais, como um instrumento privilegiado para atuar, informar, recrutar, organizar e dominar e contradominar. O ciberespaço torna-se um terreno disputado. No entanto, será puramente instrumental o papel da Internet na expressão de protestos sociais e conflitos políticos? Ou ocorre no ciberespaço uma transformação das regras do jogo político-social que acaba por afetar o próprio jogo – isto é, as formas e objetivos dos movimentos e dos atores políticos? (CASTELLS, 2003 p. 114).

É baseado nessas questões que podemos retomar o debate de Ilse Scherer-Warren (2005) sobre as *redes de movimentos sociais* e tentar somar a essa definição a discussão sobre os limites e possibilidade abertos pela internet para pensar a articulação de identidade políticas. Como este trabalho tem como um dos seus objetivos específicos perceber se a internet se apresenta como um instrumento de mobilização ou como constitutiva de uma forma diferenciada de articulação de identidades políticas, as questões levantada por Castells, e o desdobramento das mesmas, serão a partir de agora objeto de apreciação.

Castells afirma que os movimentos sociais do século XXI são “ações coletivas deliberadas que visam a transformação de valores e instituições da sociedade” (CASTELLS, 2003, p. 114) e se manifestam na e pela internet. O ciberespaço torna-se, assim, um espaço eletrônico global para a manifestação de uma ampla diversidade de divergências. Já a partir da década de 1990, importantes movimentos sociais se articularam pela internet, além de surgirem os chamados protestos de *hacker-ativismo*. Estes últimos se caracterizam pela sabotagem individual ou coletiva de *websites* das redes eletrônicas de agências do governo ou de empresas, vistos como representativos de opressão e exploração (CASTELLS, 2003, p. 115).

De maneira geral, observa-se que a internet é mais que um mero instrumento útil a ser usado, pois se ajusta às características básicas do tipo de movimento social que está surgindo na era da informação. “E como encontraram nela seu meio apropriado de organização, esses movimentos abriram e desenvolveram novas avenidas de troca social, que, por sua vez, aumentaram o papel da internet como sua mídia privilegiada” (CASTELLS, 2003, p. 115). É importante ressaltar que a internet é uma tecnologia que se realiza como um meio de comunicação e como infraestrutura material que possibilita a forma de organização em rede. Uma das características dos movimentos sociais desse contexto é a comunicação de valores e a mobilização em torno de significados que se tornam fundamentais. Dessa forma, eles são

percebidos como movimentos culturais, no sentido de que se voltam para a defesa ou propostas de modos específicos de vida e significado, e se formam em torno de sistemas de comunicação, como a internet e a mídia, porque é a partir daí que conseguem alcançar adesão aos seus valores e atingir a consciência da sociedade (CASTELLS, 2003, p. 115).

A segunda característica dos movimentos sociais da sociedade em rede é que eles têm buscado preencher o vazio deixado pela crise das organizações verticalmente integradas (partidos e sindicatos). Castells (2003) afirma que as associações cívicas formais estão em fraco declínio como formas de engajamento social, todavia, isso não significa que as pessoas deixam de se mobilizar por seus interesses e defesa de seus valores. Nas palavras do autor:

(...) coalizões frouxas, mobilizações semiespontâneas, e movimentos *ad hoc* do tipo neoanarquista substituem as organizações formais, estruturadas e permanentes. Movimentos emocionais, muitas vezes desencadeados por um evento de mídia, ou por uma crise de vulto, parecem muitas vezes ser fontes mais importante de mudança social que a rotina diária das ONGs zelosas. A Internet se torna um meio essencial de expressão e organização para esses tipos de manifestações, que coincidem numa dada hora e espaço, promovem seus impactos através do mundo da mídia, e atuam sobre instituições e organizações (empresas, por exemplo) por meio da repercussão de seus impactos sobre e a opinião pública. Esses movimentos pretendem conquistar poder sobre a mente, não sobre o Estado (CASTELLS, 2003, p. 117).

Como um caso exemplar pode-se apontar o movimento antiglobalização. Este não tem uma organização permanente, um centro, uma estrutura de comando ou um programa comum. Ele resulta da convergência em um protesto simbólico de um grande número de indivíduos e organizações, que depois se dispersam e focalizam em suas questões específicas. Segundo Castells (2003, p. 117), a eficácia desse movimento se dá exatamente pela sua diversidade, por suscitar questões e forçar debates, sem entrar numa negociação, uma vez que ninguém pode negociar em nome do movimento. Com esse exemplo pode-se perceber que se trata de puro movimento e não de um percurso de formação de novas instituições. Castells (2003) alerta que esse fenômeno não é novo, a informalidade e espontaneidade sempre se apresentaram como dimensões de movimentos sociais produtivos. A novidade, afirma, é a sua conexão via internet, o que permite ao movimento ser diverso e coordenado ao mesmo tempo, “engajar-se num debate permanente sem contudo ser paralisado por ele, já que cada um de seus nós pode reconfigurar uma rede de suas afinidades e objetivos, com superposições parciais e conexões múltiplas” (CASTELLS, 2003, p. 118).

Uma terceira característica desses movimentos é que eles atuam cada vez mais em redes globais, na medida em que se faz necessário ter o mesmo alcance dos poderes vigentes.

Mas vale observar que os movimentos de maior influência são ao mesmo tempo enraizados em seus contextos locais e voltados para os impactos globais. O embasamento em grupos locais é gerador de apoio e legitimidade, mas isso não implica que tenham que se manter enraizados, pois podem perder a capacidade de agir sobre fontes reais de poder (CASTELLS, 2003, p. 118).

Apresentadas essas características dos movimentos sociais na era da informação, e especificamente o papel que a internet desempenha nesse novo cenário, destacar-se-á a relevância de outra questão que norteia o debate atual sobre a internet: a democracia e o papel da esfera pública. Castells (2003, p. 128) observa que é comum a postura que apresenta a internet como um instrumento capaz de promover a democracia, ao proporcionar um acesso mais fácil à informação política, permitindo aos cidadãos serem tão bem informados quanto seus representantes políticos. Pierre Lévy e André Lemos em *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária* (2010) realizam uma análise das transformações da esfera pública como resultado da expansão do ciberespaço e da cibercultura e consideram os possíveis desenvolvimentos que essa mudança pode trazer para a deliberação coletiva, em especial para o surgimento da ciberdemocracia. Para eles, com a extensão do ciberespaço emerge uma maior liberdade individual, maior comunicação e interdependência.

André Lemos (2010) define a cibercultura como sendo o conjunto tecnocultural impulsionado pela sociabilidade pós-moderna, em sinergia com a microinformática e o surgimento das redes telemáticas mundiais. É “uma forma sociocultural que modifica hábitos sociais, práticas de consumo cultural, ritmos de produção e distribuição de informação, criando novas relações no trabalho e no lazer, novas formas de sociabilidade e de comunicação social” (LEMOS, 2010, p. 22). Segundo ele, o surgimento da cibercultura traz consigo um conjunto de princípios que podem orientar a compreensão da expansão da esfera pública rumo à ciberdemocracia. O primeiro deles é o da liberação do polo da emissão, que torna possível a relação “todos-todos”; o segundo refere-se à conexão generalizada; o terceiro diz respeito à reconfiguração das práticas e modalidade midiáticas (sem a substituição de seus respectivos anteriores); há ainda a liberação da fala, que possibilita o processo de aprendizagem participativa e colaborativa; e, por fim, o alcance desterritorializado e em tempo real da cooperação em rede (LÉVY & LEMOS, 2010, p. 45-46). Ele afirma que esses princípios proporcionam uma forma de pensar mais colaborativa, plural e aberta, abrindo espaços para a reconfiguração e transformação do fazer político (LÉVY & LEMOS, 2010, p. 27).

Lévy e Lemos (2010, p. 52) reafirmam que a intercomunicação entre computadores, que integra todas as mídias anteriores em um espaço interativo, leva, conseqüentemente, ao nascimento de um novo espaço público, o qual redefine radicalmente as condições de governança e se engendram novos espaços políticos. Com as novas tecnologias da informação e comunicação (NTICs), o espaço da mídia se amplia e surge o que os autores chamam de funções pós-massivas (LÉVY & LEMOS, 2010, p. 59). Segundo eles, as novas ferramentas, ou *mídias pós-massivas*, operam a disseminação da opinião pública, ampliando a própria ideia de esfera pública, pois quebram a hegemonia do único discurso sobre o que é público e oferecem como contraponto uma miríade de opiniões emergentes, problemas e oportunidades. O crescimento da esfera pública leva, segundo Lévy e Lemos (2010), também ao aumento do espaço de compartilhamento e visibilidade da esfera privada, reservada anteriormente ao indivíduo e à família.

A distinção público/privado e a publicidade, marcas da composição da esfera pública, ganham, assim, caráter diferenciado. Para Lévy (2010), ocorre uma nova situação da comunicação no ciberespaço, que é o apagamento da distinção público/privado, passando a publicidade a ter destaque através de *e-mails*, *blogs* e redes sociais.

Mesmo para o utilizador médio, a quantidade de informação acessível, assim como a transparência das pessoas, das instituições e dos fenômenos sociais aumenta de maneira vertiginosa. O aumento da transparência e da multiplicação dos contatos implicam uma velocidade de circulação das ideias e dos comportamentos (LÉVY, 2010, p. 13).

A emergência de um novo espaço público está, assim, associada ao surgimento de um modelo pós-massivo de comunicação (LÉVY & LEMOS, 2010, p. 45). A abertura do fluxo da informação, a liberação da emissão pela transversalidade e personalização do consumo da informação, a produção livre, circulação aberta e cooperativa dos produtos informacionais, tudo isso se contrapõe aos princípios que norteiam a função massiva, comum no século XX, que tem por base o fluxo centralizado da informação, o controle editorial pelo emissor e o papel de formação do público e da opinião pública (LÉVY & LEMOS, 2010, p. 45).

Segundo Lévy e Lemos (2010), esse modelo pós-massivo é embasado num conjunto de princípios da cibercultura, que tem implicações não só nos processos de comunicação, mas também na configuração social, cultural e principalmente política. O uso político tático ganha destaque, segundo o autor, e passa a abranger um campo vasto de produção que vai desde a reutilização das mídias tradicionais, passando para *websites*, comunidades virtuais, *wikis*,

blogs etc. Essas potências abrem espaço para a expressão livre de movimentos sociais e das articulações e reivindicações político-ativistas. “O que está em jogo é o alcance planetário das questões; a livre expressão para publicação de informações; a colaboração e participação; a inclusão digital. Não é por acaso que surgem movimentos antiglobalização, trabalhos colaborativos (...), críticas e ‘observações’ dos meios massivos” (LEMOS, 2010, p. 28). Lévy e Lemos, fazem, todavia, a ressalva de que com isso não querem dizer que o novo tipo de mídia determine automaticamente um regime político correspondente, mas que “certas políticas só se tornam possíveis – e mesmo pensadas – por meio de mídias apropriadas” (LÉVY & LEMOS, 2010, p. 60).

Do ponto de vista quantitativo, Lévy (2010, p. 10) observa que o acesso à internet tem crescido aceleradamente na última década em todo o mundo, com destaque para os acessos móveis e sem fio. Do ponto de vista qualitativo, surgiram novos tipos de aplicações e de usos, os quais o autor denomina de *computação social*, ou *web 2.0*. O surgimento da *computação social* também possibilitou a construção e o compartilhamento, de maneira colaborativa, das memórias numéricas coletivas em escala mundial (vídeos, fotografias, músicas etc.), tornando turvas as distinções de status entre produtores, consumidores, críticos, editores e gestores de mídias. Desta feita, a avaliação, a crítica, a categorização deixam de ser reservadas aos mediadores culturais tradicionais. Segundo Lévy (2010), isso possibilitou o surgimento de uma série contínua de intervenções, onde cada pessoa pode desempenhar o papel que desejar. Ele busca enfatizar o fato de que na era da computação social os conteúdos podem ser criados pelos próprios utilizadores, liberando a expressão pública.

Uma incontável quantidade de cadernetas pessoais – os *blogs* – apresenta sem complexos as ideias, as opiniões, as fotografias e os vídeos de seus autores na nova esfera pública mundial. E os topógrafos da blogosfera entrelaçam essas mensagens multimídia numa rede inextricável de relações, *tags* e fluxos de discussões [...] (LÉVY, 2010, p. 11).

Lévy destaca que no meio da computação social há uma onipresença das *redes sociais*, das chamadas “comunidades virtuais”, e estas tem conhecido um desenvolvimento fulminante nos últimos anos. Elas possibilitam que as pessoas construam redes de contatos, de amigos e de relações, participem de grupos, troquem mensagens, compartilhem ideias e paixões, negociem reputação coletivamente, vendam, troquem e mais um leque amplo de atividades (LÉVY, 2010, p. 12). O autor afirma, ainda, que os indivíduos implicados nas atividades colaborativas e de interação na Web 2.0 participam geralmente de várias comunidades,

navegam em vários *blogs*, têm várias contas e são os nós principais, os cruzamentos, os comutadores da computação social, ao recolher, filtrar e distribuir e fazer circular informações, influências e opiniões. No entanto, Lévy (2010) alerta que nem todas as regiões do mundo participam da computação social com a mesma intensidade.

Com a presença da cibercultura, a expansão do ciberespaço, o desenvolvimento da computação social e o surgimento da mídia *pós-massiva*, Pierre Lévy (2010) afirma que se apresenta o quadro para uma nova esfera pública no ciberespaço. Nesta estão disponíveis a memória e o processamento de dados, não mais nos computadores privados, mas no que o autor chama de *nuvens informáticas*. Estas são “imensos centros de registro e de cálculo de informações numéricas onde estão interconectadas milhares de máquinas e que são distribuídos por todas as partes do planeta” (LÉVY, 2010, p. 12), estando os diversos dados e aplicações em algum lugar na rede e ao mesmo tempo em todos os lugares. A nova esfera pública virtual deixa, assim, de ser recortada por territórios geográficos, passando as divisas a serem compostas por diferenças de língua, cultura e interesses, e os novos valores e modos de ação trazidos são a abertura, as relações entre pares e a colaboração. Os novos meios de comunicação funcionam, dessa maneira, como um espaço descentralizado de muitos para muitos. Segundo Lévy (2010, p.13), em vez de ser enquadrada pelas mídias, como jornais, revistas, TVs e rádios, a nova comunicação pública é polarizada por pessoas que fazem ao mesmo tempo o conteúdo, a crítica, a filtragem e organizam as redes de troca e colaboração, como já dito.

Com entusiasmo, Lévy (2010) aponta a transformação da esfera pública como positiva para a democracia, pois esta afeta os domínios de aquisição da informação, da expressão, da associação e da deliberação dos cidadãos. Ele acredita que é possível emergir uma ciberdemocracia planetária, dado o caráter de fundo da cibercultura, a qual é baseada nos princípios da interconexão, da criação de comunidades e da propensão à inteligência coletiva – esta última refere-se ao aumento da capacidade cognitiva das pessoas e dos grupos, da memória e da percepção. No entanto, indica como necessário também a formação de um *espaço semântico* capaz de realizar o papel de *médium* entre línguas naturais, substituindo os atuais algoritmos secretos e uniformes.

De um lado, pela primeira vez na história da humanidade, o conjunto da memória e da comunicação mundial encontra-se reunido num mesmo ambiente técnico interconectado. Os documentos numéricos são efetivamente interligados uns aos outros por hiperligações, ou são virtualmente combináveis graças às possibilidades de exploração oferecidas

pelos motores de pesquisa e os sistemas de troca entre pares (P2P). Agentes “inteligentes” permitem apresentar, filtrar e tratar as informações da memória mundial, de acordo com as necessidades dos utilizadores. Por outro lado, a nova esfera pública continua a ser profundamente fragmentada. A multiplicidade de línguas naturais, a irregularidade das suas gramáticas e dos seus léxicos opõe-se à tradução e ao cálculo automático do sentido (LÉVY, 2010, p. 16-17).

Deve-se destacar, no argumento de Lemos e Lévy (2010), o momento de inflexão da atual configuração da esfera pública no ciberespaço, especialmente naquilo que ele chama de *agentes inteligentes*. Eli Pariser (2012), ao estudar os mecanismos de busca personalizada na internet, alerta para o crescimento da parcialidade no acesso a informações. Os mecanismos de busca, como o *Google*, por exemplo, ao serem utilizados, deixam de classificar os resultados por relevância, segundo os links feitos por outras páginas, e passam a elaborar o ranking a partir daquilo que é melhor para cada usuário específico. Esse fenômeno abre as portas para o que Pariser (2012) chama de *Era da Personalização*, marcada pela tentativa dos gigantes da internet (*Google, Facebook, Apple e Microsoft*) de saber o máximo sobre os usuários (PARISER, 2012, p. 8). O autor afirma que por trás dos cliques, das páginas que os usuários visitam, estão empresas de dados pessoais que filtram as informações de navegação e passam a oferecer informações que pareçam ser relevantes para o usuário específico. Segundo o autor, pensava-se que a internet iria democratizar completamente a sociedade, os jornalistas *blogueiros* iriam reconstruir os meios de comunicação, os governos locais se tornariam mais transparentes, enfim, que chegaria o tempo de uma conectividade cívica. Pariser (2012, p. 11-12) afirma que a democracia exige, contudo, que os cidadãos enxerguem as coisas pelo ponto de vista dos outros, só que com o mecanismo de personalização as pessoas estão cada vez mais em suas bolhas.

Segundo pesquisas, a ampla maioria das pessoas imagina que os mecanismos de busca sejam imparciais. Mas essa percepção talvez se deva ao fato de que esses mecanismos são cada vez mais parciais, adequando-se à visão de mundo de cada um. Cada vez mais o monitor do nosso computador é uma espécie de espelho que reflete nossos próprios interesses, baseando-se na análise de nossos cliques por observadores algorítmicos (PARISER, 2012, p. 9).

Ao chamar a atenção para o fenômeno da personalização, o autor também está preocupado em alertar para a relação entre o acesso à informação dos usuários e os mecanismos de mercado na rede. Quanto mais personalizadas forem as ofertas de informação dos usuários, mais as propagandas podem ser focadas, aumentando, conseqüentemente, as

chances de que o usuário compre os produtos oferecidos. Do ponto de vista do acesso a notícias, por sua vez, ocorre a moldagem dos *fluxos de informação*, para que seja oferecido ao usuário, diante da multiplicidade de informações, o conteúdo mais *relevante*. Nesse último caso, Pariser (2012) cita como exemplo o *feed* de notícias da rede social *Facebook*. Aquelas informações que aparecem para o usuário desta rede social passam a ser classificados segundo afinidades, em primeiro lugar, segundo o peso relativo de cada tipo de conteúdo e, por último, do tempo da postagem, com o objetivo de tornar a rede mais atrativa. A personalização não tem moldado apenas as redes sociais, mas também sites de notícias, que passam a fornecer manchetes segundo interesses e desejos pessoais.

O que Pariser (2012) chama de *bolhas de filtro* são os universos de informação particulares e exclusivos para cada usuário. As bolhas apresentam três características, segundo o autor. A primeira é a de que torna os usuários mais “sozinhos”, ou seja, na época em que as informações compartilhadas são a base da experiência compartilhada, a bolha torna-se uma força centrífuga que afasta os usuários uns dos outros. A segunda refere-se à invisibilidade das bolhas de filtro, uma vez que as ferramentas não deixam claro que o que é oferecido é resultado daquilo que se supõe ser o usuário, suposições estas que podem estar certas ou erradas. Por fim, porque não dão aos usuários a opção de não entrarem na bolha. Por um lado, os filtros podem ajudar a realizar escolhas, tendo em vista o *colapso da atenção* gerado pelo excesso de informação à que se está exposto, o que exige tempo e dedicação em excesso para examinar todas as mensagens disponíveis. Mas por outro lado, os filtros acabam por minimizar os espaços abertos para encontros fortuitos, que podem trazer novas percepções e aprendizados.

Se a personalização for excessiva, poderá nos impedir de entrar em contato com experiências e ideias estonteantes, destruidoras de preconceitos, que mudam o modo como pensamos sobre o mundo e sobre nós mesmo (PARISER, 2012, p. 19).

O autor acrescenta:

Talvez pensemos ser o dono do nosso próprio destino, mas a personalização pode nos levar a uma espécie de determinismo informativo, no qual aquilo que clicamos no passado determina o que veremos a seguir – uma história virtual que estamos fadados a repetir. E com isso ficamos presos numa versão estática, cada vez mais estreita de quem somos – uma repetição infundável de nós mesmos (PARISER, 2012, p. 20).

A discussão sobre o processo recente de personalização da internet, como colocada por Pariser (2012), se faz fundamental, uma vez que apresenta um contraste necessário com a perspectiva dos princípios do ciberespaço na formação de nova esfera pública, como colocado por Pierre Lévy (2010). É fundamental considerar a interface entre os potenciais abertos pela cibercultura e as mídias *pós-massivas*, e o surgimento de mecanismos de controle do acesso à informação, tanto por parte de grandes empresas de comunicação (*Google, Facebook, Microsoft* etc.) como pelo direcionamento das informações de usuários para fins de mercado. Fora as considerações relativas aos mecanismos abertos pelas novas tecnologias da informação e comunicação (NTICs), deve-se ainda elaborar um debate sobre os diversos usos feitos pelos indivíduos a partir de seus horizontes cultural, social e políticos. Sobre esse aspecto falaremos mais adiante.

A reflexão sobre o papel da internet no surgimento de um novo espaço público virtual é importante para este trabalho, tendo em vista que se busca entender como este tem se apresentado como espaço de embate político, de emergência de atores políticos, de geração de controle sobre o poder político e o poder econômico e de surgimento de projetos alternativos de sociedade. No entanto, o cenário de expansão da internet no Brasil, e dos seus diversos usos, ainda se apresenta como um campo a ser explorado pelas pesquisas empíricas, ainda mais no que se refere à pesquisa sociológica sobre ações coletivas e movimentos sociais. Por isso, o conceito de esfera pública deve ser recolocado aqui brevemente, levando em conta também alguns apontamentos feitos pelos estudiosos dos movimentos sociais no Brasil e na América Latina, para se acrescentar às discussões sobre os potenciais abertos pela expansão do ciberespaço e formação de uma nova esfera pública no contexto brasileiro.

Partir-se-á a princípio das contribuições de Leonardo Avritzer e Sérgio Costa (2004), para se refletir sobre a utilização do conceito de esfera pública²⁴ em contexto latino-

²⁴ É importante resaltar que o conceito de esfera pública foi desenvolvido por Habermas, em diálogo com a tradição crítica da Escola de Frankfurt sobre a cultura de massa, com a finalidade de recuperar um fundamento normativo que permitisse estabelecer uma relação entre teoria crítica e democracia. Na obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Habermas parte da análise do desenvolvimento do capitalismo mercantil na Europa do século XVII, para mostrar que este provocou a emergência de um espaço entre a esfera privada e o Estado, por ele denominado de esfera pública. Esta aparece como um espaço para a integração legal de grupos, associações e movimentos, e apresenta a possibilidade de uma relação argumentativa crítica como organização política, no lugar da participação direta. Nesse espaço se daria a tematização de questões e o estabelecimento de fluxos de comunicação característicos de uma forma de ação que suspende temporariamente os fins imediatos, interpelando a validade moral da autoridade estatal, a partir de uma crítica racional. Esta comunicação tornou-se possível dado o deslocamento da capacidade reflexiva dos indivíduos da esfera dos interesses materiais (AVRITZER & COSTA, 2004). Em revisão do conceito de esfera pública, no prefácio da edição de 1990 de *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Habermas passa a considerar a possibilidade de expansão da aplicação deste conceito para pensar outros contextos, e para isso faz algumas considerações. O espaço público continua estabelecendo, como órbita insubstituível de constituição democrática da opinião e vontade coletiva, a mediação

americano. Segundo os autores, para pensar a abordagem sociológica da democratização é importante resaltar a função chave dos conceitos de sociedade civil e espaços públicos. Esses ajudam a compreender a democratização como processo permanente e nunca inteiramente acabado de concretização da soberania popular. Na década de 1990 surge uma teoria da sociedade civil latino-americana como interpretação sociológica da democratização e das novas democracias; já a discussão das possibilidades de uso do conceito de esfera pública no contexto da democratização latino-americana é mais recente e muito incipiente (AVRITZER & COSTA, 2004, p. 705). Algumas abordagens foram elaboradas no intuito de compreender as especificidades dos casos latino-americanos mas, como mostram Avritzer e Costa (2004), não foram suficientes para abrir o caminho da compreensão de tais espaços.

Em primeiro lugar, eles afirmam que a questão da modernidade é colocada como central para se pensar a formação da esfera pública na América Latina. Na maioria das abordagens, a modernidade é pensada como tardia, uma vez que é relacionada aos marcos europeus de transição, como a reforma religiosa, a ideologia liberal-universalista, as revoluções burguesas etc. (CANCLINE, 1990; BRUNNER, 1994). A modernidade tardia constituiria, assim, um plasma cultural híbrido, no qual as reminiscências de formas culturais tradicionais sucumbiriam ao longo do processo acelerado de urbanização e de fragmentação de identidades preexistentes e diante dos valores do individualismo e do “desejo de ser moderno” dos públicos educados (AVRITZER & COSTA, 2004, p. 718). Surge daí concepções que enxergam a inexistência histórica de tais espaços. Seriam os meios de comunicação de massa que ocupariam, desde os primórdios da constituição de uma sociedade urbana na América Latina, o lugar das mediações sociais desempenhadas pelos espaços públicos (AVRITZER & COSTA, 2004).

Para os autores, as análises feitas pelas teorias da modernização, sobre as relações entre espaços públicos e democratização/democracias na América Latina, não consideram alguns aspectos importantes do subcontinente. A primeira é que as sociedades nacionais não constituem um universo fechado no qual se dá inequívoca e linearmente a transformação conduzida por elites modernizantes; a segunda é a suposição de uma subordinação das

necessária entre a sociedade civil e o sistema político. Muito embora Habermas passe a considerar o processo de formação da opinião pública apenas como impulsos que chegam até as instâncias de tomada de decisão, instituídas pela ordem democrática. Sendo assim, ele reconsidera que a intervenção comunicativa crítica não migra imediatamente ou necessariamente para o plano político. Por outro lado, ele observa a importância de levar em consideração as possíveis ambivalências na esfera pública. Embora esse espaço traga um potencial crítico e emancipador, pode haver a utilização dos fluxos comunicacionais do mundo da vida pelos meios de comunicação para a produção da lealdade política e para influenciar as preferências de consumo (AVRITZER & COSTA, 2004, p. 709).

transformações políticas e culturais às mudanças econômicas; e, por fim, tais análises adotam uma representação antinômica entre tradição e modernidade (AVRITZER & COSTA, 2004, p. 718-719). Avritzer e Costa afirmam que essas teorias acabam por elaborar uma visão evolucionista da política e da esfera pública, como se o processo de modernização da sociedade constituísse por si só as estruturas de discussão pública e negociação de conflitos que se aproximariam progressivamente do modelo europeu.

Surge, então, a partir das teorias da dependência, uma possibilidade alternativa às teorias da modernização. As teorias da dependência tentam corrigir os problemas da concepção linear de modernidade, ao colocar esse processo como resultado de relações de dependência entre centro e periferia no plano mundial. No entanto, depreende os atores políticos exclusivamente da dinâmica econômica, além de perceber a modernização e a consequente democratização como sendo conduzidas, em primeiro lugar, por elites progressistas para, num segundo momento, incluírem no projeto da nação modernizada o conjunto da população.

Outras possibilidades são apresentadas pelas teorias da transição democrática, uma vez que estas criticam as teorias da dependência por acreditar que as elites, por definição, não são as portadoras de valores modernos e democráticos. O papel democratizante seria desempenhado pelas mudanças político-institucionais, que enraizariam valores e práticas democráticas no seio da sociedade. Segundo Avritzer e Costa, as teorias da transição acabam por subestimar o papel dos atores no jogo político entre as elites, e por não perceberem a possibilidade de influência que espaços de formação de opinião podem ter na consolidação do processo democrático (AVRITZER & COSTA, 2004, p. 720).

Diante desse breve quadro, os autores salientam a necessidade de um conceito substantivo de esfera pública que apreenda a construção, pela opinião pública, da legitimidade, bem como o poder efetivo que conquistam os novos atores sociais no contexto latino-americano (AVRITZER & COSTA, 2004). Para eles, a existência de uma esfera pública politicamente atuante tem papel fundamental na construção de uma cultura democrática e na constituição de fiscalização pública que inibem o clientelismo e o particularismo. No entanto, não se deve deixar de considerar que nesse contexto a presença da concentração de propriedade e a distribuição de licenças de operação dos meios de comunicação tornam possíveis formas tradicional-populistas de conquista de lealdade política e apoio das massas (AVRITZER & COSTA, 2004, p. 721).

Levantadas essas considerações, compreende-se que Avritzer e Costa (2004) argumentam sobre a necessidade de pensar a formação de esfera pública para melhor compreender os processos de democratização na América Latina. Reforça-se essa necessidade diante do reconhecimento da emergência, no caso brasileiro, de uma pluralidade de lutas e sujeitos políticos desde o processo de democratização e da necessidade de pensar alternativas de alargamento do exercício democrático diante da crise de sentido das categorias de *sociedade civil e participação*, colocadas pela confluência perversa (ver DAGNINO, 2004a) e da presença de uma hegemonia da pequena política (COUTINHO, 2010). Parece, assim, que o conceito de esfera pública pode ajudar a compreender a formação de espaços diversos, os quais comportam uma multiplicidade de opiniões geradas a partir das demandas de públicos também diversos. No entanto, para os fins desse trabalho, torna-se importante a esfera pública a partir da introdução paulatina da internet na sociedade brasileira, reconhecendo todos os desafios abertos no que tange ainda ao acesso e à compreensão da pluralidade de formas de uso, e tendo em vista ainda a concentração de propriedade e da distribuição de licenças de operação dos meios de comunicação no contexto latino-americano, como dito acima.

Ainda assim, cabe fazer algumas ressalvas ao conceito, para melhor aproximá-lo do objeto dessa pesquisa. Em primeiro lugar, deve-se considerar que a esfera pública não tem uma localização específica na topografia social, diz respeito mais propriamente a um contexto de relações difusas, no qual se concretizam e se condensam intercâmbios gerados em diferentes campos da vida social. Esse espaço pode ser pensado como uma arena privilegiada para a observação da maneira como as transformações sociais se processam, o poder político se reconfigura e os novos atores sociais conquistam relevância política na contemporaneidade (AVRITZER & COSTA, 2004). Num contexto de descrença crescente diante dos espaços de participação democrática instituídos, acredita-se que se torne relevante pensar os limites e as possibilidades de uma esfera pública virtual, a partir das redes de relacionamento via internet no contexto brasileiro, visto que esses espaços também podem ser utilizados para debates sobre questões e demandas de interesses coletivos.

Acrescenta-se a essas indicações sobre a relevância de se pensar a formação da esfera pública no contexto brasileiro toda discussão acima levantada sobre as potencialidades e limites abertos pela expansão do ciberespaço para pensar a emergência de atores políticos, de uma nova esfera pública virtual e de um potencial democrático. As possíveis contribuições da abordagem das redes na sociedade da informação, indicadas por Ilse Scherer-Warren (2005) e Castells (2003), mais especificamente das redes virtuais via internet, para pensar a emergência

de novos padrões de sociabilidade e noções distintas de espaço e tempo e as consequências dessas potencialidades para refletir as reconfigurações políticas serão tensionadas na análise empírica do estudo de caso do grupo “Direitos Urbanos/Recife”. Também serão levadas em considerações as potencialidades da expansão da cibercultura, do ciberespaço e das *funções pós-massiva* e a discussão sobre o surgimento de uma nova esfera pública virtual (LÉVY & LEMOS, 2010), mas também sobre os riscos do controle das informações pelo mecanismo da personalização e dos mecanismos de mercado presentes na publicidade na internet (PARISER, 2012). É sobre o pano de fundo dessas teorias que se pretende pensar o papel desempenhado pelas redes sociais na internet e os limites e possibilidades de articulação de identidades políticas no contexto brasileiro, conforme apresentado na primeira parte desse trabalho.

Por fim, deve-se ainda acrescentar algumas ressalvas feitas às interpretações sobre o potencial de uso social e político das novas tecnologias da informação e comunicação (NTICs), as quais este trabalho procurará tomar como referência. Sendo assim, é importante reforçar que as reflexões atuais sobre a comunicação mediada por computadores devem levar em conta que esta constitui um espaço técnico-social amplo e em constante processo de redefinição. Segundo Jonatas e Rocha (2009), em vez desse caráter de permanente redefinição ser encarado como imaturo, deve sim ser encarado como próprio das novas tecnologias da informação e comunicação. Para os autores, estas são extremamente rizomáticas, abrindo espaço para a presença de concepções muito díspares sobre o seu sentido e difíceis de prever. Deve-se, então, estar alerta para não colocar o conhecimento tático sobre o conhecimento codificado, ao abordar a relação entre inovação tecnológica e os usos possíveis, pois “uma atitude de abertura cognitiva e emocional ao novo significa aceitar esse caráter rizomático como horizonte cultural de nossos envolvimento tecnológicos” (JONATAS & ROCHA, 2009, p. 113).

As novas tecnologias da informação e comunicação (NTICs) podem ser pensadas mais como horizontes tecnológicos, onde entram em conflito e negociação diferentes perspectivas culturais e políticas com concepções de futuro (JONATAS & ROCHA, 2009). Compreendê-las como horizontes tecnológicos significa levar em consideração as possibilidades de decisão/ação dos agentes sociais, a partir do entendimento/percepção que esses têm do seu contexto de referência/ambiente particular. As novas tecnologias parecem dar vazão, afirmam Ferreira e Rocha (2009), a formas diferenciadas de ativismo, do qual pode se esperar a superação de certos estigmas e representações sem se negar, contudo, que o potencial

polissêmico aberto pode ou não se realizar. A política em rede, oriunda dos espaços virtuais, podem ainda manter uma distância das formas institucionais de política, como os partidos e sindicatos, podendo estas perder o seu caráter estratégico, dispersando-se em frentes muito fragmentadas.

Jenkins e Thorburn (2003) alertam também para o desafio do *mito da inevitabilidade tecnológica*, que traz consigo o pressuposto de que a introdução da computação em rede conduziria inevitavelmente a uma sociedade mais democrática. Eles afirmam que os determinismos tecnológicos não só estão historicamente enganados, mas podem ser político e moralmente perigosos, ao assumir a impotência dos indivíduos em moldar resistências aos diversos efeitos das tecnologias. Também pouco se pode afirmar *a priori* sobre as novas mídias, pois quando os novos meios de comunicação atingem um regime estabelecido, deve-se levar em conta que os seus efeitos políticos dependem tanto da tecnologia e do regime, quando das decisões técnicas e políticas e das instituições que estão no entorno (JENKINS & THORBURN, 2003).

No que tange a formação de uma esfera pública, Jenkins e Thorburn (2003) afirmam que esta depende se serão superadas as barreiras técnicas, econômicas e culturais da exclusão digital, para que a computação em rede ofereça recursos potenciais para a formação de comunidades. Ainda assim, é fundamental perceber se esses recursos serão utilizados e se a sociedade abraça os ideais cívicos para uma esfera pública viável. As comunidades *on-line* podem oferecer aos participantes a oportunidade de experimentar filiação cívica ou capacitação pessoal e alimentar ideais de cidadania. Por outro lado, argumenta-se que a imersão nesses mundos virtuais podem simplesmente substituir o que seria mais produtivo se implantado no mundo real da ação (JENKINS & THORBURN, 2003).

Partindo da discussão sobre o *mito da inevitabilidade*, os autores concluem a crítica com o debate sobre a retórica da *revolução digital*. Diante do estabelecimento do consumo de mídia que se desenvolveu na sociedade capitalista do século XX, alguns pensadores apontaram a *revolução digital* como a promessa de uma cultura de mídia alternativa, onde todos podem ter acesso ao conteúdo em tempo real. Contudo:

Na sua forma mais excessiva, a retórica da revolução digital imaginou um deslocamento total de meios de transmissão centralizados por uma rede de canais de participação sem trilhas (...) tais previsões eram prematuras. O poder do cinema e da televisão para falar com um vasto público é imensamente maior do que o alcance difuso dos novos meios de comunicação, através dos quais muitas mensagens podem ser divulgadas, mas poucos podem garantir uma audiência. Esta inversão dramática de

fortunas econômicas sugere que argumentos semelhantes para o declínio de poderosas instituições governamentais em face da ciberdemocracia pode ser igualmente prematura e simplória (JENKINS & THORBURN, 2003, p. 12 – tradução nossa).

É importante levar em conta o caráter rizomático das novas tecnologias da informação e comunicação (NTICs) e compreender que essas se realizam também como horizonte tecnológico, para que se possa complexificar posturas como a da inevitabilidade tecnológica e a da revolução digital. Em primeiro lugar porque leva em conta a polissemia que implica as formas de uso da tecnologia e tenta resgatar o papel dos atores sociais em moldar resistências aos diversos efeitos das tecnologias. Também por mostrar ser necessário abandonar concepções *a priori* dos efeitos políticos das novas tecnologias e se buscar compreender o papel das decisões técnicas e políticas e das instituições que compõem o contexto. Por fim, de que a ideia de *revolução digital* deve ser ponderada, tendo em vista o papel ainda desempenhado pelas mídias massivas. Embora esse trabalho compartilhe de certo entusiasmo com o papel das novas tecnologias da informação e comunicação, principalmente dos potenciais indicados no transcórre desta apresentação, reconhece-se que se faz necessário a realização de pesquisas empíricas para pensar o alcance teórico das diversas afirmações, especialmente no caso brasileiro. As últimas ressalvas aqui feitas, baseadas nessas ponderações de Ferreira e Rocha (2009) e Jenkins e Thorburn (2003), se tornam fundamentais para a análise do objeto de estudo que será realizada.

3.2 Articulação de identidades políticas: a perspectiva pós-marxista

O referencial teórico, a partir do qual esse trabalho orientará sua compreensão da articulação das identidades políticas, será o pós-marxismo elaborado por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, a partir do livro *Hegemonia e estratégia socialista* (1985) e de desdobramentos posteriores. Esta obra, quando escrita, já indicava um conjunto de mudanças nas sociedades capitalistas dos fins dos anos 1970 que se tornaria cada vez mais proeminente na atualidade (LACLAU & MOUFFE, 2004, p. 7). Mouffe e Laclau (2004) creem que a perspectiva teórica desenvolvida naquele momento – centrada como estava na matriz gramsciana e na categoria de hegemonia – tem um enfoque mais adequado aos problemas contemporâneos do que o aparato intelectual que tem acompanhado de perto as discussões

recentes sobre subjetividade política, sobre a democracia e sobre as direções e consequências políticas de uma economia globalizada. (LACLAU & MOUFFE, 2004, p. 7-8).

Para os autores, o fim do século passado foi marcado pela redefinição das identidades coletivas e pelo estabelecimento de uma nova configuração política. O desaparecimento da oposição democracia/totalitarismo, do “outro” que se negava, levou a uma explosão de particularismos e antagonismos e à necessidade de uma reavaliação da democracia liberal (MOUFFE, 1999). Os antagonismos passaram a ser vistos como algo do passado, sendo a eliminação das paixões pelo domínio racional dos interesses e a generalização de identidades pós-convencionais o que propôs o modelo neoliberal que se tornou hegemônico. Ocorreu, assim, o estabelecimento de um modelo hegemônico de democracia, pautado na sobreposição do “individualismo possessivo” em relação aos ideais de igualdade e à soberania popular (MOUFFE, 2003).

Sendo assim, os autores elaboram uma crítica aos modelos políticos que compreendem o campo de disputas como dividido em unidades opostas, como no caso do modelo jacobino amigo x inimigo, povo x antigo regime. No entanto, acreditam que estas concepções também não devem ser substituídas pela interpretação da luta por interesses, que tem seu lugar num terreno neutral. Criticam, por exemplo, o modelo agregativo de democracia, que reduz o processo democrático à expressão de interesses e preferências, manifestados através de um voto, o qual seleciona os líderes que administrarão as políticas escolhidas (tipo de democracia representativa). Acreditam que esta é uma visão empobrecida da política democrática, uma vez que não reconhece o modo como as identidades políticas são constituídas e reconstituídas, através dos debates na esfera pública. A política, afirmam Laclau e Mouffe (2004), não consiste somente em registrar interesses preexistentes, mas joga um papel crucial na conformação de sujeitos políticos.

Os autores recolocam, assim, a importância dos antagonismos sociais e da pluralidade de visões diante da preocupação com o triunfo do neoliberalismo das últimas décadas, que gerou uma crise para a identidade da esquerda. Como Laclau e Mouffe bem advertem, a “modernização reflexiva” (Giddens) da sociedade atual ganhou vez em relação ao modelo adversarial da política. Segundo eles, os partidos da socialdemocracia apresentaram-se a partir de então como de “centro esquerda”, sendo a distinção esquerda x direita apresentada como obsoleta. Apresenta-se, então, a tese da “terceira via”, a qual afirma que a partir da queda do comunismo e das transformações socioeconômicas ligadas ao advento de uma sociedade da informação globalizada, ocorreu o desaparecimento dos antagonismos sociais, gerando uma

política sem fronteiras (LACLAU & MOUFFE, 2004, p. 15). Nessa perspectiva, a política se apresenta não mais como estruturada em torno das divisões sociais, e os problemas políticos passam a ser vistos como problemas técnicos, passíveis de administração.

Diante do reconhecimento da necessidade da manifestação da pluralidade e do antagonismo, os autores redefinem o papel que deve ser desempenhado pela esfera pública. Eles afirmam, em primeiro lugar, que é uma impossibilidade conceitual uma esfera pública sem exclusões e dominada inteiramente pela discussão racional. Para eles, o conflito e a divisão não são, no entanto, distúrbios que podem ser eliminados, nem impedimentos empíricos que fazem impossível a constituição da sociedade. Pelo contrário, eles são constitutivos da vida em sociedade, esta não sendo entendida como a plena realização de uma harmonia. Para Laclau e Mouffe (2004, p. 18), nunca seremos capazes de deixar de lado nossas particularidades para atuar de acordo com o nosso eu racional, embora busquemos nos aproximar desta harmonia. Sem conflito e divisão uma política democrática seria impossível. Eles alertam que a ideia de uma resolução final dos conflitos via consenso racional põe o projeto democrático em perigo (LACLAU & MOUFFE, 2004, p. 18).

A hegemonia neoliberal apresenta a atual configuração econômica capitalista como a única forma viável de organizar a sociedade. No entanto, para os autores essa é uma das formas que a atual hegemonia tem de esvaziar a pluralidade de sentidos, os quais articulados poderiam colocar em disputa visões alternativas de sociedade. A isso Laclau e Mouffe (2004) chamam de dogma da ausência de alternativas. Assim, o argumento ideológico da hegemonia neoliberal atual apresenta como uma necessidade histórica aquilo que é na verdade uma situação conjuntural (LACLAU & MOUFFE, 2004, p. 16).

Tomando como base a formação de alternativas acreditáveis, os autores afirmam ser necessário retomar a centralidade do político, na abordagem das teorias sobre a democracia e as identidades atuais. Isso significa que, diante das jogadas hegemônicas do neoliberalismo, deve-se aceitar a necessidade de se construir novas fronteiras políticas e reconhecer que não se pode ter uma política radical sem a identificação de um adversário (LACALU & MOUFFE, 2004, p. 16). Diante disso, deve-se levar em conta a pluralidade de vozes que a sociedade democrática abarca e o requerimento de uma ampliação do campo das lutas democráticas.

A política democrática atualmente hegemônica e as teorias que lhes dão suporte se mostram, assim, incapazes de perceber a importância do dissenso numa sociedade democrática, de captar as diferentes formas de antagonismo que emergem do mundo

globalizado e compreender a redefinição das identidades coletivas (MOUFFE, 2003). Em relação à teoria política democrática dominante Chantal Mouffe ressalta:

Caracterizado pelo racionalismo, pelo individualismo e pelo universalismo abstrato, este tipo de teoria deve necessariamente permanecer cego à natureza do político e à inerradicabilidade do antagonismo. Na verdade, o termo “político” está cada vez mais presente na filosofia liberal, mas o domínio do político é sempre tratado por uma abordagem individualista e racionalista que o reduz ou ao econômico ou ao ético. Como consequência, a dinâmica da constituição dos sujeitos coletivos e o papel crucial desempenhado pelas paixões e antagonismos neste campo não podem ser apreendidos (MOUFFE, 2003, p. 12).

A tarefa da política democrática não seria, então, eliminar as paixões ou relegá-las à esfera privada para manter a ilusão de um consenso racional, mas, ao contrário, dever-se-ia mobilizar essas paixões para colocar em cena os dispositivos antagonísticos que podem fortalecer o respeito ao pluralismo. Para Mouffe, o acordo racional não é a condição de possibilidade da democracia moderna, mas sim a manutenção de uma tensão e do conflito que aceite a alteridade como irredutível. Ela afirma que as atuais transformações sociais requerem uma compreensão adequada da construção de identidades políticas coletivas e das formas possíveis de antagonismo numa variedade de relações sociais. É também fundamental entender que o político não tem um lugar determinado na sociedade e de que todas as relações sociais podem se constituir como *locus* de antagonismo (MOUFFE, 2003, p. 13). Ainda em suas palavras:

A teoria democrática deveria renunciar a essas formas de escapismo e enfrentar o desafio que decorre do reconhecimento do pluralismo de valores. Isso não significa aceitar um pluralismo total – alguns limites precisam ser estabelecidos com relação ao tipo de confrontação que será vista como legítima na esfera pública. Mas a natureza política dos limites deve ser reconhecida, em lugar da apresentação de tais limites como exigências de moralidade e racionalidade (MOUFFE, 2005, p. 06).

Defender o pluralismo não significa concebê-lo em uma visão típica do individualismo liberal, para o qual os indivíduos tomam papel preponderante na resolução de conflitos (MOUFFE, 1992, p. 12). O pluralismo concebido como reconhecimento das liberdades individuais aparece contra toda forma de substância e é abordado de uma maneira política, na medida em que não implica uma visão de mundo completamente relativizada, mas enfatiza a fixação parcial de certos significados.

Um tal pluralismo, no entanto, requer a obrigação de fidelidade a uma certa ideia de comunidade política que cristalize as instituições e os princípios que são próprios do modo de existência coletiva pressuposto pela democracia moderna como nova forma política de sociedade (...) Longe de se fundar em uma visão de mundo “relativista”, a democracia moderna requer a afirmação de certos “valores” que, como a igualdade e a liberdade, constituam seus “princípios políticos” (MOUFFE, 1992, p. 12).

Disso implica que, assumir a perspectiva da presença do político, do antagonismo, é também compreender que é necessário um determinado nível de consenso, mesmo que esse seja visto como temporário, ou seja, como resultado de uma hegemonia provisória. Esse consenso diz respeito aos seus princípios ético-políticos, mas é necessário que esses princípios possam apenas existir diante de muitas interpretações diferentes e conflitantes e em um contexto no qual o dissenso possa se manifestar mediante espaços que o oportunizem. Dar-se-ia, assim, um *consenso conflitual* (MOUFFE, 2003, p. 7). É a partir do reconhecimento da necessidade de um certo tipo de consenso que se procura compreender como, a partir de relações antagônicas, os significados entram em disputa.

Por isso, Laclau e Mouffe (2004) sublinham que é vital para a política democrática reconhecer que toda forma de consenso é o resultado de uma articulação hegemônica e que sempre existirá uma exterioridade que impedirá sua realização plena. Além disso, ressaltam que mais do que se preocupar com o fortalecimento das instituições da democracia, deve-se ficar atento à atual falta de identificação com o processo democrático e o cinismo a respeito da classe política, que está sufocando a confiança básica dos cidadãos no sistema parlamentarista, diante do perigo de novos totalitarismos populistas (LACLAU & MOUFFE, 2004, p. 19).

Sendo assim, a adoção do referencial pós-marxista para compreender a articulação das identidades políticas diante da atual hegemonia da democracia neoliberal, que retira do social o seu caráter conflitual, passará pelo reconhecimento, em primeiro lugar, do caráter discursivo de toda identidade social, do importante papel desempenhado pelo pluralismo de sentidos, o qual possibilita o estabelecimento dos antagonismos e abertura para novos projetos de sociedade. Diante desses pressupostos, reconhece-se que toda configuração social é uma configuração hegemônica e que esta pode sempre ser subvertida pelo exterior que lhe excede.

A partir de agora, far-se-á uma breve discussão dos principais conceitos que constituem o arcabouço pós-marxista, a fim deixar clara a maneira como a articulação das identidades será abordada.

Em primeiro lugar, os autores compreendem que o social é composto por um “excesso de sentido”, sendo o terreno necessário para a constituição de todas as práticas sociais. Esse excesso é chamado por Laclau e Mouffe (2004) de *campo de discursividade*. É a partir de fixações parciais da multiplicidade de sentidos que operam no social que um discurso se estabelece. Ao mesmo tempo, essa totalidade discursiva nunca pode se dar na forma de uma total positividade, dada e delimitada. A lógica relacional dos diversos elementos, entidades diferenciais, que compõem um discurso, é sempre penetrada por um exterior composto de diversos outros discursos, tornando impossível que este estabeleça uma sutura final. Ao mesmo tempo, é pelo fato do discurso ser uma fixação parcial do fluxo de diferentes sentidos que este pode ser subvertido a qualquer momento. Sendo assim, o discurso se estabelece como uma tentativa do social de se fixar nas formas inteligíveis e instituídas de uma sociedade, como um esforço em constituir um objeto possível.

A partir dessa definição fica claro que toda identidade social, ou seja, a forma como se apresenta toda configuração social, perde o seu caráter necessário. O caráter relacional dessas identidades parciais é apresentado por Laclau e Mouffe (2004) como o resultado de um processo de articulação, em torno de um sentido, da multiplicidade de *significantes flutuantes* presentes no social. Segundo esses autores, no processo de articulação entre os diversos significantes opera-se uma transformação dos *elementos* em *momentos*. E é exatamente pelo caráter de significante flutuante dos elementos que compõem o campo da discursividade que o sentido não pode ser completamente fixado. Os autores chamam de *pontos nodais* os pontos discursivos privilegiados em torno dos quais um discurso se fixa, na tentativa de deter o fluxo das diferenças e constituir um centro. No entanto, aceitar o caráter incompleto de toda configuração discursiva e relacional de toda identidade, o caráter ambíguo dos significantes, a sua não fixação a um significado último, só é possível diante da presença de uma proliferação de significados. Sendo assim, Laclau e Mouffe (2004) afirmam que é a polissemia, ou seja, a riqueza de significados, que desarticula uma estrutura discursiva.

A partir da influência de Wittgenstein, os autores acrescentam que não é possível estabelecer uma distinção entre um significado (semântica) e seu uso (pragmática) (LACLAU E MOUFFE, 1993, p. 115). Concebem, dessa forma, que os limites entre o significado e seu uso se tornam turvos e completamente dependentes do contexto. E já que significado e uso se tornaram inextricavelmente relacionados, serão os usos contextuais que ajudarão a determinar o significado. Assim, a identidade ou objeto discursivo se constituirá no contexto de uma ação (LACLAU E MOUFFE, 1993, p. 116). É esse conjunto sistemático de relações, de práticas,

que estabelece significado em contextos específicos, que os autores chamam de discurso (LACLAU E MOUFFE, 1993).

Esse conjunto sistemático de práticas, de relações, que torna a sociedade possível, resulta de *prática articulatória*. Esta consiste na construção de pontos nodais que fixam sentido parcialmente, mas que se mantém aberta, como dito, dado o transbordamento de sentido do campo da discursividade. O discurso formado a partir das práticas articulatórias apresenta-se, assim, como aparente necessidade. No entanto, a presença da contingência no necessário se manifesta como simbolização, metaforização, paradoxo, deformando, questionando, subvertendo o caráter literal da necessidade. Dessa forma, os autores compreendem que não existe um princípio subjacente ou fundamento que fixa as diferenças de um sistema relacional, como é o da prática articulatória que constitui os discursos.

Laclau e Mouffe (2004) afirmam, então, que a “experiência” do limite de toda objetividade tem uma forma precisa na presença discursiva e tem o nome de *antagonismo*.

(...) o antagonismo constitui os limites de toda objetividade, a qual se revela como objetificação parcial e precária. Se a linguagem é um sistema de diferenças, o antagonismo é o fracasso da diferença: neste sentido, ele se situa nos limites da linguagem e só pode existir como uma interrupção desta (diferença) – ou seja, como metáfora (...). O antagonismo escapa à possibilidade de ser apreendido pela linguagem, uma vez que a linguagem só existe como esforço para fixar aquilo que o antagonismo subverte (LACLAU & MOUFFE, 2004, p. XXX – tradução nossa).

Sendo assim, o antagonismo, como limite do social, se coloca no interior do próprio social, não como uma fronteira que separa dois territórios, pois a percepção de uma fronteira supõe a percepção de algo além dela que teria que ser objetivo e positivo. O antagonismo subverte o social, destruindo sua ambição de constituir uma presença plena.

A partir da definição dos conceitos de *equivalência* e *diferença*, Laclau e Mouffe (2004) deixam ainda mais claro esse pressuposto dessa subversão. Eles apresentam a lógica da equivalência como a possibilidade de articulação da multiplicidade na constituição de um sentido, ou seja, como uma tentativa de tornar idênticos os diferentes elementos que compõem o campo da discursividade (LACLAU & MOUFFE, 2004). Assim, a prática articulatória se dá na medida em que diferentes *elementos flutuantes* cancelam mutuamente suas diferenças, ou seja, na medida em que são usados para expressar algo idêntico subjacente a todos eles. A articulação apresenta-se, assim, como uma positividade provisória. No entanto, essa cadeia de

equivalência entre os elementos, na qual as determinações objetivas diferenciais dos seus termos se perdem, só pode se dar por referência comum a algo *externo*.

Os autores alertam, ainda, que a relação de equivalência é atravessada por uma ambiguidade, dada a presença da *diferença*. Segundo eles, para que dois termos sejam idênticos, eles devem ser antes de tudo diferentes, porque, de outra forma, haveria uma simples identidade. Por sua vez, a equivalência existe apenas para subverter o caráter diferencial daqueles termos. A ambiguidade que a prática da equivalência apresenta, por se colocar como identidade e ao mesmo tempo ser povoada pela diferença, reforça a ideia da permanente subversão do *necessário* pelo *contingente*. Laclau e Mouffe (2004) alertam que nessa prática articulatória não significa que um polo definido como positivo se defronte com um polo negativo. O que ocorre é que todas as determinações diferenciais de um polo se dissolvem através da sua diferença negativo-equivalencial ao outro polo e o que fica evidente é o que cada um não é. É o antagonismo, essa negatividade, que penetra a articulação equivalente entre os termos como lógica da diferença e é ele que permite que a objetividade das identidades seja constantemente subvertida (LACLAU & MOUFFE, 2004).

(...) nem as condições de equivalência total nem as de total objetividade diferencial são jamais plenamente alcançadas (...). Mas, como a lógica da diferença nunca logra constituir um espaço plenamente suturado, também a lógica da equivalência tampouco o faz. A dissolução do caráter diferencial das posições dos agentes sociais por meio da condensação equivalencial nunca é completa. Se a sociedade não é totalmente possível, tampouco é totalmente impossível. Isto nos permite formular a seguinte conclusão: se a sociedade nunca é transparente a si, por ser incapaz de constituir-se num campo objetivo, tampouco o antagonismo é inteiramente transparente, já que ele não logra dissolver totalmente a objetividade do social (LACLAU & MOUFFE, 2004, p. XXX – tradução nossa).

A partir daí, os autores partem para a compreensão do *espaço político* do ponto de vista das lógicas opostas de equivalência e diferença. Laclau e Mouffe (2004) afirmam que a lógica da equivalência é a lógica da simplificação do espaço político, e a lógica da diferença é a lógica da expansão e da complexidade. A primeira expande os elementos que podem ser substituídos uns pelos outros, reduzindo o número de posições que podem ser possivelmente combinadas. Já a segunda expande o número de posições que podem entrar em relação de combinação, numa continuidade mútua. Os autores alertam que o antagonismo, colocado no singular, não quer dizer necessariamente que este emerge de um único ponto. Na verdade ele pode emergir de qualquer posição num sistema de diferenças, desde que esta seja negada

O que disso decorre é que no social há uma variedade de antagonismos possíveis, e até opostos uns aos outros. A cadeia de equivalência irá variar radicalmente, então, de acordo com o antagonismo que estiver em jogo, podendo penetrar de maneira contraditória a identidade do próprio sujeito.

Os autores acrescentam à discussão a necessidade de compreender a noção de *espaço político*. Para eles, o social, o campo de antagonismos, é politicamente constituído. Mouffe (1999) afirma que o político, diferentemente da política, é “a dimensão de antagonismo e de hostilidade entre os seres humanos – antagonismo que pode se manifestar em formas múltiplas e surgir a partir de qualquer tipo de relações sociais” (MOUFFE, 1999, p. 269). A política, por outro lado, é o conjunto de práticas, discursos e instituições que procuram estabelecer ordem em condições que são sempre conflituais. Sendo assim, a política procura criar um espaço de unidade em um contexto de conflito e diversidade (MOUFFE, 2005, p. 09).

As condições de luta política no capitalismo maduro distanciam-se cada vez mais do modelo do século XIX, de uma clara “política de fronteiras”, e tendem a adotar um novo padrão, que tentaremos analisar (...). A produção de “efeitos de fronteira” – que são a condição de expansão da negatividade própria aos antagonismos – deixa assim de se fundamentar numa separação dada e evidente, numa estrutura referencial adquirida de uma vez por todas. A produção dessa estrutura, a constituição das próprias identidades que terão que se confrontar antagonisticamente, torna-se agora o primeiro dos problemas políticos. Isto alarga imensamente o campo das práticas articulatórias, e transforma toda fronteira em algo essencialmente ambíguo e instável, sujeito a constantes deslocamentos (LACLAU & MOUFFE, 2004, p. XXX – tradução nossa).

De maneira geral, Laclau e Mouffe querem demonstrar que se tornam possíveis configurações sociais distintas a partir da conformação de sistemas de relação mediante disputas. O social passa a ser, então, a dimensão da contingência e da multiplicidade e que não pode se apresentar por completo, como um total fechamento, mas apenas em tentativas parciais discursivamente instituídas. Formas históricas discursivas apresentam, assim, que a identidade da força articulatória se constitui no campo geral da discursividade, por isso se elimina qualquer referência a um sujeito transcendental ou originário. É por isso que o conceito de antagonismo é importante para se pensar a constituição das identidades políticas. O antagonismo, nestes termos, é a expressão de uma *resistência* que se estabelece num campo de lutas. Desta maneira, práticas articulatórias de equivalência seriam estabelecidas a fim de se constituir um “nós” que resiste a um “eles”. É a partir dessa lógica que relações de

subordinação podem se reconfigurar em relações de opressão, ou seja, tornarem-se lócus de antagonismo social e disputa política. O antagonismo só pode emergir na medida em que o caráter diferencial positivo da posição de sujeito subordinada é subvertido diante da presença de um exterior discursivo a partir do qual o discurso da subordinação possa ser interrompido.

Devemos entender por uma relação de subordinação aquela em que um agente é sujeito às decisões de outrem – um empregado face a um patrão, por exemplo, ou, em certas formas de organização familiar, a mulher face ao homem, e assim por diante. Chamaremos relações de opressão, por contraste, às relações de subordinação que se transformaram em lugares de antagonismos (LACLAU & MOUFFE, 2004, p. XXX – tradução nossa).

No entanto, para Laclau e Mouffe, reconhecer o caráter relacional e diferencial das identidades é aceitar que elas nunca se constituem plenamente, mas apenas como um *essencialismo estratégico*, dado em certos contextos historicamente situados, sendo os possíveis antagonismos exatamente a expressão desta precariedade (LACLAU & MOUFFE, 2004). Com essa afirmação eles estão realizando uma crítica ao papel constitutivo que o racionalismo e o empiricismo atribuem aos *indivíduos humanos*, do sujeito como um agente racional e autotransparente e da suposta unidade e homogeneidade do conjunto de suas posições, como se esses fossem a base das relações sociais.

Os autores aderem, então, à ideia de *posições de sujeito* dentro de uma estrutura discursiva. Para eles, os sujeitos não são a origem das relações sociais, mas compartilham do caráter aberto de todo discurso. Logo, essas várias posições de sujeito discursivamente constituídas não podem ser totalmente fixadas num sistema fechado de diferenças. O momento da articulação das posições de sujeito é resultado do momento de articulação ou relação entre elas, rompendo a metáfora da *dispersão*. Laclau e Mouffe (2004) afirmam que a análise das posições de sujeito não podem se prender apenas ao momento da dispersão, tendo em vista que a “identidade humana” não envolve meramente um conjunto de posições dispersas. As formas de *sobredeterminação* também existem entre essas posições. Sobre isso os autores dão o exemplo da articulação da posição de sujeito “Homem”:

“Homem” é um ponto nodal fundamental a partir do qual foi possível proceder, desde o século XVIII, à “humanização” de muitas práticas sociais. Insistir na dispersão das posições a partir das quais o “Homem” foi produzido constitui apenas um primeiro momento; num segundo estágio, é necessário mostrar as relações de *sobredeterminação* e *totalização* estabelecidas entre aquelas. A não-fixação ou abertura do sistema de

diferenças discursivas é o que torna possível estes efeitos de analogia e interpenetração (LACLAU & MOUFFE, 2004, p. XXX – tradução nossa).

Sendo assim, Laclau e Mouffe (2004) apresentam a necessidade de observar o momento histórico particular, as instituições e as práticas através das quais a identidade é produzida. A unidade da identidade se apresenta, para eles, como uma representação de algo. No entanto, os autores acreditam que esta se funda na ficção, uma vez que a dada presença, num certo nível, está ausente essa unidade da identidade. É o caráter ficcional da representação, que mostra que essa é o resultado de um jogo que não tem o resultado predestinado. Nas palavras de Laclau e Mouffe:

Num extremo do espectro de possibilidades, teríamos uma dissolução do caráter fictício da representação, de forma que os meios e o campo da representação seriam totalmente transparentes vis-à-vis o que é representado; noutro extremo, teríamos uma total opacidade entre o representante e o representado: a ficção se tornaria uma ficção num sentido estritamente literal (...). Mas porque é ao mesmo tempo uma ficção e um princípio de organização de relações sociais reais, a representação é o terreno de um jogo cujo resultado não está predeterminado desde o início (LACLAU & MOUFFE, 2004, p. XXX – tradução nossa).

Laclau e Mouffe (2004) reafirmam que a categoria sujeito é penetrada pelo mesmo caráter ambíguo, incompleto e polissêmico que a sobredeterminação coloca para toda identidade discursiva. Por esse motivo, o momento de fechamento de uma totalidade discursiva não pode ser estabelecido no plano de um *sujeito signifiante*, tendo em vista que a subjetividade do agente é sempre penetrada pela mesma precariedade e ausência de sutura que está presente em qualquer outro ponto da totalidade discursiva. Para eles o “objetivismo” e “subjetivismo”, “holismo” e “individualismo” são expressões do desejo de uma plenitude que é permanentemente adiada. Para os autores, dada esta ausência de uma sutura final, a dispersão das posições de sujeito não pode constituir uma solução. Uma vez que nenhuma delas consegue finalmente se consolidar como uma posição única e separada, o jogo de sobredeterminação entre elas impõem a totalidade como um *horizonte*, como uma impossibilidade que apenas deseja se realizar.

É a partir desse jogo que Laclau e Mouffe veem a possibilidade da articulação hegemônica. Como o enfoque dos autores se coloca no momento da articulação política, a categoria central de sua análise é a *hegemonia*. Todas as categorias teóricas acima relacionadas se ligam, assim, para produzir esse conceito. O campo geral de emergência da hegemonia é o das práticas articulatórias, onde se supõe o caráter aberto e incompleto do

social, como dito. Os autores afirmam que o sujeito hegemônico, como sujeito de toda prática articulatória, deve ser parcialmente exterior àquilo que ele articula. Alertam mais uma vez que esse exterior não existe entre dois níveis antológicos diferentes. A força hegemônica e os elementos hegemonzados se constituem no campo geral da discursividade e a exterioridade que o compõe seria aquela correspondente a formações discursivas diferentes, caracterizadas pela regularidade em dispersão.

No entanto, Laclau e Mouffe (2004) alertam que para pensar o conceito de hegemonia não é suficiente apenas o momento articulatório. É fundamental que a articulação ocorra por meio do confronto de práticas articulatórias antagonísticas, que supõem os fenômenos de equivalência e de formação de fronteiras. Os autores afirmam que para que a articulação hegemônica ocorra, além da presença do antagonismo, é necessária uma instabilidade das fronteiras que o separam, ou seja, que esteja presente uma vasta área de elementos flutuantes e a possibilidade que se articulem como oposições. Assim, a conjuntura onde há um enfraquecimento generalizado do sistema relacional que define as identidades de um dado espaço social ou político, e onde, como resultado, há uma proliferação de elementos flutuantes, de antagonismo e de crise generalizada das identidades sociais, é o terreno propício de crise orgânica. Já o espaço social e político relativamente unificado através da instituição de pontos nodais e a constituição de identidades tendencialmente relacionais, que coincide com o conceito de *formação discursiva*, será é o da *formação hegemônica*.

Finalmente, Laclau e Mouffe reafirmam que a proliferação destes espaços políticos e a complexidade e dificuldade de sua articulação são uma característica central das formações sociais do capitalismo avançado. Por isso eles caracterizam as lutas políticas na sociedade atual como *lutas democráticas*, tendo em vista que essas implicam uma pluralidade de espaços políticos.

Daí porque a forma hegemônica de política só se torna dominante no início dos tempos modernos, quando a reprodução das diferentes áreas sociais se dá em condições de permanente mudança, que exigem constantemente a construção de novos sistemas de diferenças. Portanto, a área de práticas articulatórias é imensamente ampliada. Assim, as condições e a possibilidade de uma pura fixação das diferenças desaparecem; toda identidade social se torna o ponto de encontro de uma multiplicidade de práticas articulatórias, muitas delas antagonísticas. Nestas circunstâncias, não é possível chegar a uma completa interiorização que faça inteiramente a ponte entre articulado e articulador. Mas, é importante enfatizar, também não é possível que a identidade da força articuladora permaneça separada e inalterada. Ambas estão sujeitas a um constante processo de subversão e redefinição (LACLAU & MOUFFE, 2004, p. XXX – tradução nossa).

Feitas as considerações mais gerais sobre os principais conceitos do pós-marxismo, que ajudarão a nortear a interpretação sobre a articulação de identidades políticas, é importante afirmar que esta perspectiva foi adotada tendo em vista o desafio de se pensar a emergência de atores políticos no contexto de hegemonia neoliberal, que tenta esvaziar a multiplicidade de sentidos presente nas sociedades democráticas. Sabe-se, no entanto, que com o esfacelamento das fronteiras políticas instituídas até a década de 1980, ocorreu uma proliferação de particularismos, que abrem novamente espaço para a emergência de elementos flutuantes e formação de práticas articulatórias e consequentes antagonismos. Também porque, no caso do contexto brasileiro, apresenta-se uma crise de sentido dos elementos *participação*, *sociedade civil*, *cidadania* e *democracia* (DAGNINO, 2004a) e crescente disseminação de espaços, como as redes sociais na internet, cujo caráter comunicacional é marcado pela polissemia. Acredita-se, assim, que o referencial teórico do pós-marxismo pode trazer contribuições significativas para o estudo do grupo “Direitos Urbanos/Recife”.

4. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS DA PESQUISA EM INTERNET: CONSTRUÇÃO DO CORPUS E REFERENCIAL DE ANÁLISE PARA ESTUDO DO GRUPO “DIREITOS URBANOS/RECIFE”

Através da minha participação na rede social *Facebook*, soube por algumas notícias difusas de amigos no meu *feed de notícias*²⁵ e de algumas mensagens surgidas nos grupos também do *Facebook* “Lei Seca de Marília Arraes – Eu digo não!” e “Desejo de cidade – Recife”, dos quais eu fazia parte, que seria construído no Cais José Estelita, parte do patrimônio histórico do Recife, por abrigar galpões da extinta Rede Ferroviária Federal, um empreendimento imobiliário intitulado Projeto Novo Recife (PNR a partir daqui). Este seria realizado por um consórcio de empresas do setor imobiliário, formado pela Moura Dubeux, Queiroz Galvão, GL Empreendimento e Ara Empreendimentos, que comprou a área da União através de um leilão no ano de 2008.

Recebi, também pelo *Facebook*, dias antes, um convite para participar de um *evento*²⁶ relativo a uma audiência pública que seria realizada na Câmara Municipal da cidade do Recife sobre o referido projeto. Vi vários de meus amigos da rede comentarem sobre o empreendimento e todos eles me pareciam ser contrários ao PNR. Lembro-me que na ocasião não pude participar da audiência, mas soube de toda a sua repercussão também pelos compartilhamentos de notícias e opiniões de amigos no *Facebook*. Soube por ali que a audiência pública tinha sido “um sucesso”, que a Câmara estava cheia de pessoas, muitas das quais não se conheciam, mas que tudo parecia indicar a existência de uma uniformidade de opiniões sobre o projeto. As falas da minha rede de contatos demonstravam claramente que o empreendimento, na forma como estava concebido, não era de interesse do público presente, nem era entendido como um ganho coletivo para a cidade.

Acompanhei de perto os debates sobre o tema pelo *Facebook*, porque me parecia da maior importância a forma como a discussão era pautada. De maneira geral, eu também

²⁵ O *feed de notícias* consiste na página do Facebook em que você pode visualizar as atualizações das notícias dos seus amigos na rede social. Essas notícias podem conter textos, imagens, vídeos, músicas etc.

²⁶ Os *eventos* são ferramentas disponibilizadas pelo Facebook como forma de convite para atividades as mais diversas (sejam elas festas, palestras, cursos, atividades de caráter político etc.). Estes disponibilizam espaço para divulgação de quem realizou o convite, local, data, horário, breve descrição do evento, lista de convidados. É possível visualizar aqueles que aceitaram e os que estão em dúvida se participarão. O *evento* ainda dispõe de um mural onde as pessoas podem trocar mensagens.

compartilhava da visão da cidade que essas pessoas desejavam. A maioria dos meus contatos pelo *Facebook* demonstrava a necessidade de pensar uma cidade mais humana, mais segura, com menos trânsito, com transporte público de qualidade, moradia digna, espaços de lazer coletivos, dentre outros. Essa discussão aparecia tanto no grupo “Desejo de cidade – Recife” como no “Lei Seca de Marília Arraes – Eu digo não!”.

Já no mês de abril de 2011, através da visualização da mensagem de uma amiga novamente no meu *feed de notícias* do *Facebook*, decidi participar do grupo de discussão, recém-criado, chamado “Direitos Urbanos/Recife”. Na mensagem, ela dizia que quem desejasse discutir questões sobre a cidade do Recife poderia indicar o interesse, que seria adicionado como participante. O grupo surgiu a partir do interesse das pessoas que foram à audiência pública sobre o PNR e que queriam dar continuidade ao debate ali iniciado. Muitas daquelas pessoas presentes na audiência já discutiam o projeto em diversos grupos no *Facebook*, inclusive já havia um intitulado “Salvem o Cais José Estelita”.

As pessoas que faziam parte do grupo “Lei Seca de Marília Arraes – Eu digo não!”, que surgiu para barrar um projeto de lei da vereadora do Recife Marília Arraes que visava proibir o consumo de álcool nas ruas e limitar o horário de funcionamento de bares como medida de combate à violência, já vinham discutindo um conjunto mais amplo de temáticas relativas à vida na cidade do Recife e decidiram criar um *blog* chamado “Direitos Urbanos”, para registrar os diversos temas de debate. Assim este surgiu, como indica a própria descrição da página:

A partir de um grupo de pessoas que se conheciam *off-line*, o grupo foi se expandindo através das redes sociais e começou a transformar suas preocupações em ação pelo menos desde a reivindicação do tombamento do Edifício Caiçara. A mobilização seguinte foi contra um projeto de lei que visava proibir o consumo de álcool nas ruas e limitar o horário de funcionamento de bares como medida de combate à violência. Nós fomos da opinião que o projeto trazia um ônus à vivência da cidade, criava uma cidade enclausurada, proibida de frequentar um espaço social importante, reforçando, além disso, alguns hiatos entre classes sociais. Esta mobilização agregou pessoas em torno do desejo comum de participar mais ativamente das decisões políticas que regulam ou interferem na vida social da cidade do Recife, buscando alternativas de ação quando o interesse da cidade fica esquecido pela representação política formal. Por isso logo ficou claro que aquilo que estava realmente em jogo nas discussões sobre o tal projeto de lei era uma concepção maior de cidade, de política, do tipo de vida que queremos. E por esta razão o grupo acabou atraindo a discussão de diversos outros problemas da cidade além desse projeto (DIREITOS URBANOS: <http://direitosurbanos.wordpress.com/about/>).

Como dito, este *blog* passou a sistematizar o conjunto das discussões mais gerais sobre a cidade e foi com o mesmo nome e com os mesmos moderadores do *blog* que surgiu o grupo no *Facebook*. Pouco tempo depois de fundado, o grupo deu início à articulação para a atividade de ocupação do Cais José Estelita, intitulada #OcupeEstelita.

Foi com o #OcupeEstelita que o grupo conseguiu mobilizar a atenção dos principais jornais da cidade para a importância de discutir um projeto para o Cais José Estelita, que fosse norteado pelos princípios de acesso coletivo e democrático do espaço urbano. Em paralelo à ocupação, o grupo iniciou um conjunto de outras atividades de mobilização para conseguir impedir que o PNR se realizasse. Neste cenário, destaca-se o papel de apoio desempenhado pela Promotoria de Defesa do Meio Ambiente do Recife, na pessoa da promotora Belize Câmara. A capacidade da internet para conectar pessoas e ideias e mobilizar forças para construir soluções de maneira coletiva me chamaram a atenção. Isso ficou constatado no surgimento e impacto veloz das mobilizações realizadas pelo grupo na mídia e dos resultados concretos da ação, a saber, o embargo momentâneo das obras para a realização dos devidos estudos de impacto. O #OcupeEstelita contou com mais de mil pessoas, com a presença de muitos jovens, estudantes e professores universitários, artistas, jornalistas e cineastas e repercutiu também nas redes sociais.

A partir da minha participação no *Facebook*, do fato de ter acompanhado, pela rede, o surgimento do grupo e a sua repercussão, veio o interesse em compreender o processo de articulação de identidades políticas na internet. Foi daí que passei a acompanhar sistematicamente o grupo “Direitos Urbanos/Recife”, do mês de abril de 2012 ao mês de dezembro de 2012.

Desta feita, um conjunto de escolhas metodológicas teve que ser realizado. A pesquisa na internet se colocou como um desafio inicial, tendo em vista a multiplicidade de informações acessíveis e a velocidade das interações, que eu já tinha certa dificuldade de administrar em meus usos pessoais. Diante de um universo que se expande e se modifica a todo o momento, como registrar o processo e sistematizar os dados?

Fragoso, Recuero e Amaral, no livro *Métodos de Pesquisa para internet* (2011), levantam um conjunto de questões sobre a pesquisa para internet, que acredito ser importante apontar brevemente, a fim de iluminar alguns desafios encarados também nesse trabalho. Elas salientam que a primeira grande dificuldade da pesquisa a respeito das novas tecnologias e da internet se refere a como fazer, como aplicar e como pensar. Segundo as autoras, a internet constitui uma representação das nossas práticas sociais que demanda novas formas de

observação. Nesse espaço acontece uma grande quantidade de coisas a cada momento, o que permite ver mais interações sociais do que se esperava. Por isso, uma das características desse espaço é seu alto grau de autossimilaridade, que significa que o número e heterogeneidade de casos observados aumentam na proporção direta da escala de observação. Sendo assim, elas questionam: “Que esperança temos de fazer sentido a partir de dados tão complexos?” (FRAGOSO, RECUERO & AMARAL, 2009, p. 15).

Outro dilema refere-se à relação entre os espaços virtuais e os ditos “reais”. As autoras afirmam que as primeiras pesquisas na internet percebiam as interações *on-line* como distintas das interações face-a-face, sendo este o espaço para uma sociedade mediada. Nos estudos seguintes, se reconheceu que quando se trata de relações sociais, muito pouco divide o virtual do “real”. O que ocorre é que as interações sociais em ambientes *on-line* acrescentam outra camada de virtualidade ao objeto da observação, tornando mais evidente a efemeridade das relações sociais. Sobre esse ponto elas ainda alertam para o perigo de se sobrevalorizar a forma como o ciberespaço afeta a ordem social, econômica e política do mundo real. Segundo Fragoso, Recuero e Amaral (2009), é importante perceber a internet como um construto social.

Elas ainda afirmam que a internet pode ser o objeto da pesquisa (aquilo que se estuda), o local da pesquisa (ambiente onde a pesquisa é realizada) e ainda o instrumento (ferramenta para a coleta de dados sobre um tema ou assunto). E, por fim, que a riqueza da internet, como campo e ferramenta de pesquisa, deriva, em grande parte, do fato de um conjunto amplo de informações e registro sobre a vida social estar disponível *on-line*.

A primeira decisão que se fez necessária foi a de delimitar a unidade de análise e as possíveis fontes de dados. A unidade definida foi o grupo “Direitos Urbanos/Recife” e as fontes de dados foram delimitadas tanto nos espaços virtuais, como nos espaços concretos de interação face-a-face. A decisão pelos espaços não virtuais como fontes de dados se deu durante o próprio processo de coleta dos dados no espaço virtual, ao ficar evidente nas discussões a importância dos encontros *off-line*, como as ocupações, debates, reuniões de sistematização de ações, reuniões estratégias e de articulação etc. Acrescenta-se a essa demanda a necessidade de realizar entrevistas com membros do grupo, tendo em vista a relevância de compreender principalmente a participação dessas pessoas no grupo, os usos do *Facebook*, da internet e a inter-relação entre os espaços virtuais e concretos no processo de composição do grupo. Estas foram dimensões que eu não consegui compreender com clareza apenas utilizando as ferramentas virtuais como espaço para coleta de dados.

Sendo assim, defini a página do grupo de discussão “Direitos Urbanos/Recife” do *Facebook* como a fonte principal da minha coleta de dados. Somado ao grupo, veio em seguida o blog “Direitos Urbanos / Recife: Porque a cidade é feita pelas pessoas”, por esse sistematizar em ordem cronológica textos, imagens, vídeos, que poderiam dar indícios das principais questões que orientaram o debate do grupo no período estudado. Para compreender a importância dos espaços *off-line* na articulação do grupo, também foram realizadas observações em 2 #OcupeEstelita e no 1 #OcupeAgamenon. Por fim, foram feitas 12 entrevistas, das quais 6 foram analisadas nesse trabalho. Descreverei brevemente, a partir de agora, como se deu a coleta dos dados.

1. *A página do grupo “Direitos Urbanos / Recife” no Facebook.* Iniciei em junho de 2012 observações semanais no grupo, a fim de compreender, inicialmente, a dinâmica da ferramenta, as suas possibilidades de usos, o tipo de material publicado e a velocidade, a forma como as discussões ocorriam e, assim, perceber as principais temáticas discutidas, as ações propostas, a construção coletiva de conteúdos, como cartas, abaixo-assinados e como, de maneira geral, a multiplicidade de vozes se posicionava sobre os temas debatidos. Observei que a ferramenta “grupo de discussão” do *Facebook* oferecia um espaço para a descrição do grupo (suas regras de funcionamento e moderadores), disponibilizava uma “barra de busca”, para localizar a partir de palavras-chave conteúdos mais antigos, também as possibilidades de arquivamento de documentos e de registro de álbuns de fotografias, além do *mural* aberto para publicação/compartilhamento de diversos tipos de arquivos, como link de textos (conteúdos de jornais, *blogs*, sites, textos pessoais produzidos no próprio *Facebook*), de vídeos e fotografias. No primeiro momento, o que me chamou a atenção foi o fato de o grupo ser público, ou seja, quem desejasse ser membro teria livre acesso, e quem quisesse realizar visualização dos debates, também não seria impedido de acessar os conteúdos. A moderação dos debates, no entanto, é anunciada como rigorosa, não aceitando propagandas, nem ofensas. Notei também que o grupo crescia rapidamente em número de membros, mês a mês.

Percebi que os conteúdos compartilhados no mural do grupo eram o foco da interação entre os participantes. A partir das opções “curtir”, “comentar” e “compartilhar”, os membros estabeleciam as relações. As publicações feitas no mural eram classificadas por tempo, as mais recentes no topo da página e as mais antigas abaixo e em sequência, mas também classificadas por relevância do conteúdo, o que fazia com que certos conteúdos mais

“antigos” aparecessem na parte de cima do mural. Assim, conteúdos com maior número de “curtidas” e comentários subiam na linha do tempo, ou seja, tornavam-se mais relevantes.

Os debates ocorriam, assim, a partir dos conteúdos sugeridos pelos membros e se desdobravam a partir dos comentários. Os conteúdos com debates mais intensos costumavam se localizar no início da mural, seguidos de outros relevantes e das publicações mais recentes. Uma das coisas que mais me chamou a atenção foi o volume de publicações diárias. Como minhas visitas semanais não passavam de algumas horas, pude perceber, no tempo em que me mantinha conectada, a constante publicação de novos conteúdos, e as discussões em paralelo, que ocorriam com os comentários em distintas publicações. A sensação que me dava era a de que várias salas se abriam e nelas entravam e saíam usuários dispostos a debater. Do ponto de vista da coleta de conteúdos, comecei a perceber a dificuldade que teria em delimitar o material que seria posteriormente analisado. O que deveria ser o foco das minhas escolhas?

Dado esse cenário múltiplo em focos, decidi acompanhar o grupo por um número maior de meses, compreender o processo de funcionamento, perceber se havia nesse período alguns temas que se tornavam mais centrais, diante da profusão de questões pontuais. Em torno de que temas o grupo negociava novos sentidos? Quem são os adversários nas disputas por fixar novos sentidos para a cidade? Dentre os diversos conteúdos publicados, existem aqueles centrais? Ficam claros os objetivos a serem alcançados? A partir deles o grupo articula ações e propõe estratégias políticas? O grupo usa a internet para articular e organizar suas atividades? Há conflitos internos, como eles são administrados? É possível perceber a existência de lideranças? É possível perceber, diante de um número grande de usuários, a recorrência da participação de pessoas específicas? Fica claro o tipo de cidade que os membros do grupo desejam?

Todas essas questões foram tomadas como foco das minhas observações, quando das visitas à página do grupo no *Facebook*. A partir dessas observações foram feitos relatos das principais impressões. Com o transcorrer de algumas semanas, e leitura sobre os processos de personalização dos usos de ferramentas como o *Facebook*, passei a achar que a *bolha de filtro*²⁷ poderia estar localizando informações e conteúdos em minha página de visualização dos debates. Como percebi, naquele momento, que essa dúvida permaneceria sem respostas e que isso quebrava com a minha crença na transparência do acesso a todas as discussões do grupo, decidi, mais do que nunca, somar a essa observação os dados de outras fontes, como o *blog*, a participação nas ocupações e as entrevistas. O espaço virtual correspondente ao grupo

²⁷ O tema das *bolhas de filtro* foi discutido no capítulo 2 (ver PARISER, 2012).

de discussão no *Facebook* foi, assim, uma das principais fontes de dados, operando como unidade de observação.

2. O Blog “*Direitos Urbanos / Recife: Porque a cidade é feita pelas pessoas*” foi outra das fontes de coleta de dados. A escolha se deu porque, desde seu surgimento, o *blog* se colocou com o objetivo de agrupar e organizar conteúdos centrais para o grupo, fruto das discussões lá ocorridas (sejam reportagens, vídeos, pesquisas, eventos e mobilizações etc.), sendo estes produzidos por fontes as mais diversas e também por membros e colaboradores do grupo. O *blog* apresenta um espaço para a sua definição, permite a publicação de textos, imagens, vídeo e áudio e classifica suas publicações por mês e por temáticas. As publicações feitas podem também ser comentadas pelos visitantes. Percebi no *blog* a possibilidade de analisar mais precisamente os conteúdos: os principais temas e os respectivos posicionamentos do grupo diante deles. Também tive uma melhor delimitação do fluxo de acontecimentos que nortearam as ações do grupo no período da análise, pude avaliar o número de acessos aos conteúdos do *blog*, as publicações que se comunicam diretamente com os veículos de informação de maior repercussão do estado, tive acesso aos documentos produzidos, como cartas a serem entregues a representantes do poder público, e tudo isso foi importante, tendo em vista que a velocidade da publicação da interação no blog é menor do que nos grupo.

Analisei, então, as publicações de março de 2012, quando o blog foi criado, até dezembro de 2012. Todas as publicações foram lidas e delas foram selecionadas 50, pela relevância que apresentaram para os objetivos dessa pesquisa. Foi criada uma tabela de análise, onde foram registrados os títulos das publicações, os temas tratados em cada matéria segundo a própria classificação do grupo, a sua natureza segundo o *blog* (1. Ações e Mobilizações; 2. Artigos; 3. Audiovisual; 4. Clipping; 5. Documentos; 6. Entrevistas; 7. Estudos; 8. Eventos; 9. Outros Grupos e Entidades; 10. [Uncategorized](#)), a natureza segundo os critérios da pesquisa (1. Ação/Mobilização; 2. Estudos/Pesquisas; 3. Denúncias; 4. Enquetes; 5. Eventos/Atividades; 6. Notícias/Informativos; 7. Outros), por tipos de arquivos (1. Texto de Jornal/Blog; 2. Imagem/Fotografia; 3. Vídeo; 4. Texto Acadêmico/Científico; 5. Texto independente; 6. Outros) e, por fim, a fonte (se de jornal, qual o jornal, se de um professor, o nome e instituição e assim por diante). Foram selecionados também os trechos das publicações que ajudam a analisar as respostas às questões que norteiam esse trabalho.

3. As observação nos *#OcupeEstelita* e *#OcupeAgamenon* também foram incluídas como fontes de dados. Eu não participei do primeiro *#OcupeEstelita*, que foi um marco de articulação do grupo fora dos espaços virtuais. A relevância da observação das ocupações se deu porque estas manifestações realizadas pelo grupo estiveram entre as de maior repercussão pública, junto com as audiências públicas. Desde a primeira ocupação, o “Direitos Urbanos/Recife” ficou conhecido por encabeçar o movimento *#OcupeEstelita*, o qual teve repercussão tanto na mídia local, como nacional. Os *#Ocupes* também eram colocados pelo grupo como uma de suas formas mais concretas de articular o ativismo virtual com a vivência dos espaços públicos da cidade. Era demonstrado assim que os espaços virtuais de articulação política não tinham surgido em detrimento dos espaços concretos, ainda mais porque vivenciar o espaço público coletivamente se colocava como necessidade diante de uma cidade que se torna cada dia mais privatizada. A participação nessas atividades foi registrada em forma de relatos, com anotação das minhas impressões pessoais e das conversas informais realizadas.

4. A realização das entrevistas semi-estruturadas constituiu a última etapa. No início do processo de coleta de dados, eu tinha por objetivo compreender como os membros percebiam a dinâmica interna do grupo, a diversidade de questões e posicionamentos, a presença de temas centrais e as formas de mobilização e articulação de ações fora do meio virtual, se havia conflitos e presença de lideranças. No decorrer do trabalho de campo, percebi que as entrevistas poderiam também contribuir para eu perceber as motivações das pessoas em participar do grupo, como se davam os usos feitos das redes sociais para, por exemplo, o ativismo político, e como os usuários percebiam o papel dos espaços *on-line* e *off-line* na articulação do grupo. Como dito, foram realizadas 12 entrevistas, das quais 6 foram analisadas nesse trabalho. A escolha dos entrevistados foi feita de maneira intencional, a partir do tempo e frequência de participação no grupo e pela organização e presença nas atividades fora do espaço virtual, por desempenharem papel de estimuladores e articuladores de debates tidos como relevantes e ações concretas no espaço *off-line*.

Por fim, escolhi a Teoria do Discurso (TD) para aplicar aos objetos empíricos definidos a partir dos registros acima apontados. Apontarei brevemente os princípios que

orientam a TD e a relevância dela para esse trabalho. Inicialmente se faz necessário realizar uma distinção entre Teoria do Discurso (TD) e Análise do Discurso (AD) (BURITY, 2007), com o objetivo de demonstrar nossa adesão à TD como estrutura narrativo-conceitual de análise da política. A TD tentou ir além da AD, uma vez que mesmo tomando a questão da linguagem como central, elegeu como o sentido de sua intervenção a constituição de uma teoria da política. Como afirma Laclau (1993), a TD contribui para o campo da política através da sua conceituação do poder. Foi a partir do diálogo entre a linhagem gramsciana do marxismo e da desconstrução derridiana que se partiu para a formação de um marco analítico para a TD (BURITY, 2007, p.73).

A TD traz, em contraposição à AD, uma definição formal de discurso que ultrapassa o domínio da linguagem. É com a formalização por que passa a linguística estrutural que as estruturas linguísticas se tornaram menos dependentes da materialidade da língua e da fala (BURITY, 2007, p.75). Segundo Laclau (1993), é com essa formalização que qualquer sistema de significado na sociedade pode ser descrito em termos de sistemas abstratos de regras formais, que podem gerar combinações e substituições entre elementos, uma vez que estes não possuem uma substância particular. O discurso passa então a ser pensado como um sistema relacional que pode ser aplicado a qualquer objeto possível.

A TD reforça também a necessidade de eliminar a distinção entre o linguístico e o extralinguístico, compreendendo o discurso como uma totalidade significativa, como uma relação entre linguagem e ação (LACLAU, 1993). Laclau (2003) identifica com a sua concepção de discurso a noção de *jogos de linguagem* de Wittgenstein, uma vez que essa compreende de maneira inseparável uma dimensão linguística e uma não linguística. O que disso decorre é a compreensão de que a ação é inerente ao discurso, sendo possível substituir a noção de discurso pela de prática. Para Laclau, “não é que o discurso produza algum tipo de efeito material, mas que o ato material de produzi-lo é o que é o discurso” (LACLAU, 2003, p.13 *apud* BURITY, 2007, p. 76), sendo a dimensão performativa inerente à operação discursiva. Segundo Burity (2007), essa articulação leva a uma pluralização de objetos que exige tomá-los tanto no nível constativo como performativo.

Sendo assim, é possível a aplicação da estrutura narrativo-conceitual da TD a objetos empíricos como falas, manifestos, relatórios, manifestações, entrevistas, ideias, estruturas de organização etc. A TD é tomada como uma metalinguagem que funciona heurísticamente para ressaltar a percepção dos processos de “delimitação de fronteiras, construção de identidades relacionais, expressões de antagonismo, contingência e deslocamento ou crise estrutural”

(BURITY, 2007, p. 80). É a partir dessa perspectiva que este trabalho se utilizará dessa estrutura narrativo-conceitual, uma vez que esta toma como foco a forma como a constituição da realidade social se dá a partir de uma pluralidade de discursos em disputa, “expondo as condições de possibilidade (e de impossibilidade) para a emergência de projetos e modelos de sociedade, organização e ação coletiva” (BURITY, 2007, p. 80). Ao tomar a TD para abordar o poder político, pretendemos observar como forças políticas rivais competem pela fixação parcial dos significantes e geram configurações significativas particulares (LACLAU, 1993). A partir dessa constatação, algumas passaram a orientar a análise: na disputa pela fixação de sentido, em torno de que significantes o grupo articula suas práticas? E quais os adversário emergem nessa disputa? Diante de que configuração discursiva ocorre a disputa de sentidos? Surge uma nova configuração discursiva que põe em questão a configuração hegemônica?

De maneira mais precisa, a TD ajudou na análise dos limites e das possibilidades de articulação de identidades políticas a partir de redes sociais na internet. Como afirma Laclau, a categoria de sujeito é colocada em risco pela TD, pois se passa a reconhecer a existência de uma pluralidade na formação do sujeito que não pode ser reduzida a uma unidade. Embora compartilhe o clima anti-subjetivista, a TD não caminha para uma morte do sujeito como na AD, mas apenas questiona a ideia de um sujeito subjacente à ação, previamente constituído e posicionado na estrutura social. O que se pretende é perceber que a articulação de uma relação de *subordinação* em uma relação de *opressão*, e consequente questionamento da hegemonia dada, só ocorre a partir de uma *tomada de posição* no processo de articulação das diferentes demandas e que só assim se define o sujeito.

A constituição de discurso, a construção de um projeto, a institucionalização de um campo de práticas e o desafio a um poder constituído traz a necessidade de formação da significação. Esta, por sua vez, necessita nomear o que é novo, o adversário etc., além de localizar as demandas, desde as quais o movimento se dá e a partir do qual um elemento particular assume a representação do todo. Ou seja, é necessário analisar se é operada a formação de uma sutura hegemônica.

É a articulação entre universalidade e particularidade, própria da operação hegemônica, que torna possível a construção de uma identidade política. Esta fixação nodal está inserida em práticas materiais que podem adquirir fixidez institucional, tornando possível a análise de práticas localizadas em algumas esferas do social. Acreditamos que a partir dessa constatação podemos estudar as práticas do grupo “Direitos Urbanos/Recife”.

Sendo assim, para analisar a possibilidade de um projeto para a cidade do Recife, partirei da ideia de imaginário, também trazida pela TD. Abandona-se, assim, uma abordagem holística e se parte para a defesa da incompletude do “todo social”, do “todo estrutural”, para a compreensão da totalidade não como um fundamento, mas como um horizonte. É a partir do reconhecimento desta incompletude que partiremos para a análise das práticas/discursos, mas reconhecendo que estas não garantem a unidade do social, que é povoado pelo antagonismo e pela negatividade. Sendo assim, o fechamento do social será analisado como constituído apenas no nível do imaginário.

Dessa forma, acredito que tomar como referencial analítico os conceitos de *configuração discursiva*, *prática articulatória*, *antagonismo* e *pontos nodais*, desenvolvidos pela TD, possibilita observar como ocorrem os deslocamentos a partir de uma pluralidade de sentidos dispersos, e a formação de identidades relacionais. A partir da TD, reconhece-se o caráter sobredeterminado do discurso e a constante possibilidade de disputas em torno de que sentido deve ser fixado. Diante disso, localizo os elementos flutuantes da configuração discursiva estabelecida, a partir dos quais a disputas se estabelecem. Ainda, mediante o pressuposto do caráter conflitual na constituição das formações discursivas, localizo a emergência de *antagonismos*, de delimitação de fronteiras, necessárias à construção das identidades relacionais. As práticas articulatórias estabelecidas diante da presença desse exterior constitutivo também indicam a necessidade de identificar os *pontos nodais* em torno dos quais a pluralidade do social se articula. Sendo assim, acredito que a TD oferece os referenciais analíticos que auxiliam na tentativa de responder as questões acima elaboradas.

5. ARTICULAÇÃO DE IDENTIDADE POLÍTICAS A PARTIR DE REDES SOCIAIS NA INTERNET: O GRUPO “DIREITOS URBANOS/RECIFE” DO *FACEBOOK*

Tendo como quadro geral o exposto acima, apresenta-se a análise em que se destaca a articulação da identidade política do grupo “Direitos Urbanos/Recife” do *Facebook*, a partir do estabelecimento de uma cadeia de equivalências em torno do ponto nodal *direitos urbanos*. Para a afirmação dessa cadeia, observa-se o estabelecimento de antagonismos com projetos que se opõem diretamente a formam como o grupo acredita que deve ser a vida na cidade. Na segunda parte desse capítulo, discute-se mais precisamente a formação da rede de movimento social a partir do grupo “Direitos Urbanos/Recife” do *Facebook*, levando em consideração o papel das redes sociais da internet e de como esse espaço se relaciona com os espaços *off-line* de participação, ação e intervenção da rede.

5.1 Configuração discursiva, Antagonismos e Articulações na emergência do “Direitos Urbanos/Recife” do *Facebook* como identidade política

Para que se compreenda o processo de articulação da identidade política do grupo “Direitos Urbanos/Recife” do *Facebook*, faz-se necessária apresentar a configuração discursiva presente no campo social, a emergência dos antagonismos e do ponto nodal a partir do qual é estabelecida uma cadeia de equivalência que articula diferentes elementos que passam a constituir essa identidade. Foi possível perceber que os antagonismos na articulação do grupo “Direitos Urbanos/Recife” do *Facebook* se deu a partir de uma configuração discursiva, que tem como pontos nodais o *desenvolvimento* e a *gestão eficiente* das políticas por parte do poder público.

No ano de 2011 foram divulgadas pesquisas e matérias na imprensa apontando os números do crescimento econômico no Brasil, no Nordeste e, particularmente, no Estado de Pernambuco. A apresentação desses resultados pelo governo do Estado de Pernambuco e pela mídia deu destaque ao potencial econômico trazido com a retomada da industrialização no Estado, em especial na Região Metropolitana do Recife (RMR). Segundo a análise da conjuntura econômica do Brasil e do Nordeste da Consultoria Econômica e Planejamento

(Ceplan), divulgados no jornal Diário de Pernambuco de 27/01/2011²⁸, os dados indicam que Pernambuco foi o Estado com maior crescimento econômico, com taxa acumulada de 9,4% (janeiro/novembro de 2010). Segundo a matéria, o resultado indica crescimento acima do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, cujo índice foi de 8,4%. Para a Ceplan, o dinamismo da economia local foi puxado pela elevação de 11,2% da produção industrial, ultrapassando a média nacional de 11,1% e do Nordeste de 9,6%. Atrelado ao desempenho positivo ocorreu também o recuo da taxa de desemprego, que ficou em 8,4% na Região Metropolitana do Recife (RMR), em novembro de 2010. De acordo com os economistas da Ceplan, ainda que prevista uma queda do crescimento para todo o país em 2011 (projeção de 4,5% para o Brasil e 5,4% para o Nordeste), estimava-se que Pernambuco crescesse além das projeções nacionais e regionais, numa margem de 7%.

O crescimento econômico em Pernambuco é colocado em destaque, tendo em vista os investimentos realizados no Complexo Portuário de Suape, especialmente na indústria de transformação, a elevação de investimentos na Região Nordeste e o crescimento do salário mínimo real. Na mesma matéria, afirma-se que é possível constatar o crescimento econômico no Estado pelo dinamismo alcançado pelo comércio varejista, puxado pelo aumento da renda, pelas transferências dos programas sociais e pela ampla oferta de crédito. Aos resultados das pesquisas divulgadas pela imprensa se atrelam ao discurso oficial do Governo do Estado de Pernambuco, que trás como marca da gestão do governador Eduardo Campo²⁹ (2007-2010 e 2011-2014 em andamento) o mérito pelos investimentos que deram suporte ao crescimento econômico.

No site do governo do estado de Pernambuco encontram-se evidências de um discurso que reforça o desenvolvimento econômico como um dos alvos estratégicos³⁰ da gestão feita pelo governo de Eduardo Campos. Segundo essas informações oficiais, Pernambuco se destaca hoje no cenário nacional como um dos maiores centros de desenvolvimento econômico do Brasil. A comparação da taxa de crescimento estadual com a taxa de crescimento nacional é colocada, evidentemente, em destaque, além de ser reconhecido o esforço da gestão na captação sempre crescente de empresas para se instalarem em território estadual, mediante o

²⁸ Matéria disponível no site da Universidade Federal de Pernambuco, na página do UFPETRO: acessado em 20/07/2013: http://www.ufpe.br/ufpetro/index.php?option=com_content&view=article&id=325:pernambuco-e-o-estado-que-mais-cresce-no-brasil&catid=33:noticias&Itemid=122

²⁹ O governador Eduardo Campos é também presidente do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

³⁰ Site oficial do Governo do Estado de Pernambuco com informação sobre os focos estratégicos da gestão de Eduardo Campo, acessado em 20/07/2013: <http://www.pe.gov.br/governo/focos-estrategicos/desenvolvimento-economico/>

pacote de incentivos fiscais³¹ do Prodepe (Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco). Como informado no *site* do Governo do Estado de Pernambuco:

O Estado tem crescido acima da média nacional (9,3% em 2010, enquanto a nacional foi de 7,5% nesse ano) e batido sucessivos recordes de investimento. Nos últimos quatro anos e meio, a Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (AD-Diper) atingiu a marca de 397 projetos de indústrias captadas para o território estadual (SITE DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, acessado em 20/07/2013).

O Governo do Estado dá relevo ao crescimento econômico ao apontar a importância do programa de recuperação dos distritos industriais do Estado e também os setores que se destacaram nos anos da gestão:

O crescimento atinge os setores da indústria, serviços, comércio, construção civil, tecnologia, educação. Os recentes investimentos do Governo do Estado nos setores petroquímico, biotecnológico, farmacêutico e automotivo, estão impulsionando a economia do Estado, transformando Pernambuco na nova locomotiva do Nordeste. O periódico “Sinal Econômico”, produzido pela Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (AD-Diper), aponta a implantação de 1.049 novas empresas no Interior, no período 2007/2010. Um programa de recuperação dos distritos industriais do Estado vem sendo implementado. Foram revitalizados e ampliados os distritos industriais de Araripina, Garanhuns, Caruaru, Vitória de Santo Antão e Petrolina. Na recuperação desse último, foram investidos R\$ 2,7 milhões de reais e instaladas 11 novas empresas. Foram implantados ainda os distritos industriais de Arcoverde em uma área de 90ha, com investimento público de R\$ 200 mil, e de São Lourenço da Mata, com área de 67ha e investimento público de R\$ 1,5 milhão. Para reduzir impostos para empresas que decidam se instalar no Interior foi feita uma mudança da lei do Programa de Pernambuco (Prodepe) (SITE DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, acessado em 20/07/2013).

O discurso que tem como ponto o *desenvolvimento*, o qual articula principalmente os elementos que fazem referencia ao seu aspecto econômico, como o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a retomada do processo de industrialização, vem sendo a marca do governo de Eduardo Campos. Além do *desenvolvimento*, outro ponto nodal dessa configuração discursiva se refere à valorização de um modelo gerencial de política, centrado na *eficiência da gestão* na execução das propostas de governo. Um dos argumentos da relevância desse modelo de planejamento e execução das políticas foi o alto índice de aprovação popular alcançado por Eduardo Campos, o qual foi reeleito para o seu segundo mandato (2011-2014),

³¹ O Pacote de incentivos fiscais prevê principalmente a redução de impostos para as empresas que têm interesse em se instalarem no Estado.

como o governador mais bem votado do país, com 82,83% dos votos válidos. Dentre os principais feitos da gestão, nos sete anos de governo, indica-se:

Um dos destaques do governo de Eduardo é a remodelação do serviço de saúde pública com a construção de três novos hospitais e 14 Unidades de Pronto Atendimento (UPAs). Entre os projetos de qualificação profissional está a implantação de 13 escolas técnicas em todas as regiões do Estado. A redução dos índices de violência também tem grande destaque. Com o Pacto Pela Vida, programa do Plano Estadual de Segurança Pública, o índice de criminalidade (junho/2011) caiu em 27% em todo o estado, 36% na Região Metropolitana e 40% no Recife. Durante o Governo Eduardo Campos, Pernambuco tem crescido acima da média nacional (3,5% em 2009) e batido sucessivos recordes de investimento (mais de R\$ 2,4 bilhões em 2009, contra média histórica de R\$ 600 milhões/ano) e a administração de Eduardo Campos é reconhecida como uma das mais eficazes do país, premiada pelo Movimento Brasil Competitivo, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que busca contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, por meio do aumento da competitividade no país (SITE DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, acessado em 20/07/2013).

Como citado, as áreas da saúde, da educação/qualificação profissional e da segurança pública também foram destacadas como indicadores do desempenho positivo da gestão, para além do aumento da taxa de crescimento econômico. Atrelado a este, destaca-se também o aumento da geração de empregos em Pernambuco, que apresentou índices acima da média nacional. Segundo informações oficiais³² o Estado apresentou um crescimento de 7,31% na geração de empregos formais em 2011, tendo a quinta maior taxa do país. Destaca-se também que a renda do trabalhador pernambucano teve aumento, registrando a maior taxa de crescimento do Nordeste e a segunda maior do Brasil. Esse resultado é atribuído, então, à manutenção do nível de investimento do Estado. Nas palavras do governador:

Os dados divulgados só comprovam que Pernambuco está no rumo certo e que, mesmo com a crise que estamos vivendo, com o Brasil apresentando uma desaceleração no nível de atividade econômica, nosso estado continua crescendo tanto em empregos formais quanto no rendimento dos trabalhadores. Saltamos em quatro vezes a capacidade de investir no estado de Pernambuco sem aumento de impostos, mas como racionalização dos gastos públicos. Atraímos diversas empresas e também acertamos na escolha dos quatro setores estratégicos da economia: siderurgia, Petróleo e Gás, automotivo e serviços (SITE DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, acessado em 21/07/2013).

³² Site do Governos do Estado de Pernambuco: <http://www.pe.gov.br/b/2142>

No panorama estadual de crescimento econômico, baseado na ampliação da industrialização em setores estratégicos, como citado acima, percebeu-se também o sobressalto do setor de construção civil. O seu aquecimento também foi destacado por contribuir com o aumento do dinamismo da econômica estadual, por sua capacidade de ofertar empregos e pelas demandas geradas para uma série de empresas que compõe a sua cadeia produtiva³³. Na matéria especial do Jornal do Comércio de 13/11/2012³⁴, sobre o setor da construção civil no Estado de Pernambuco, afirma-se que o seu desempenho é o resultado de três fatores: das obras de infraestrutura feitas pelo Estado, da construção dos novos parques industriais e ainda do aquecimento da indústria imobiliária. Como indicado na matéria:

“Esse bom momento do setor, que está gerando tantos empregos, está relacionado aos grandes investimentos públicos viários e de saneamento, a instalação de indústrias como a Refinaria Abreu e Lima e de diversas plantas industriais, além da demanda do mercado imobiliário, que foi impulsionada com o aumento do consumo das famílias”, aponta Rodolfo Guimarães, diretor de estudos e pesquisas socioeconômicas da Agência Condepe/Fidem (JORNAL DO COMÉRCIO, acessado em 21/07/2013).

A importância do setor para Pernambuco, no que se refere ao crescimento da taxa de empregos, é também destacada na matéria. De acordo com os dados publicados, tendo por base o estudo da Ceplan, entre junho de 2011 e 2012, a construção civil em Pernambuco gerou 18 mil novos postos de trabalho, apresentando um crescimento na quantidade de empregos de 13,5% em um ano. Ainda é colocado em evidência que nos últimos anos uma grande parte do crescimento do PIB do Estado está relacionada à construção civil.

E com esse desempenho o setor é responsável por 8% dos empregos formais de Pernambuco. Enquanto os parques da indústria de transformação não ficam prontos, a construção é quem tem puxado o PIB industrial para cima. (...) Na análise de Valdeci Monteiro, com o conjunto de empreendimentos em curso, o setor e a economia pernambucana, em geral, têm o crescimento garantido por alguns anos. “Pernambuco segue nesse ciclo econômico positivo, que se reflete diretamente na construção civil, pelo menos até o final da década. A década seguinte depende muito dos efeitos da crise internacional no cenário brasileiro, entre outros fatores”, diz (JORNAL DO COMÉRCIO, acessado em 21/07/2013).

Como um dos resultados do aquecimento do setor da construção civil em Pernambuco, a série de reportagens especiais do Jornal do Comércio destaca também o crescimento do valor

³³ Como exemplo, podem-se citar as imobiliárias, as construtoras e escritórios de engenharia e arquitetura.

³⁴ Construção aquece economia, por Rafael Dantas, disponível em: http://especiais.jconline.ne10.uol.com.br/construcaocivil/materia_01.php

dos imóveis na capital Recife. Segundo a matéria, o metro quadrado dos imóveis na cidade foi um dos que mais aumentou o preço nos últimos anos, ficando atrás apenas do Distrito Federal, Rio de Janeiro e São Paulo. Segundo os dados divulgados do Instituto Maurício de Nassau (IPMN), o metro quadrado havia subido 22,8%, nos primeiros meses de 2012. A alta nesse custo nos últimos anos, de acordo com o instituto, resultou das ofertas de financiamento e do crescimento de renda da população, dos altos custos dos terrenos na cidade e da presença de um novo padrão de consumo de imóveis, associado à atração para o Estado de uma classe média alta, que vem trabalhar nos grandes empreendimentos.

A valorização imobiliária no Estado nos últimos anos foi motivada por um novo perfil de trabalhador que começa a surgir atraído pelos grandes empreendimentos que desembarcaram em Pernambuco. (...) para o economista do IPMN, Djalma Guimarães (...) “A região atraiu muitos investimentos de grande porte que trouxeram mão de obra qualificada. Gente que vem para ocupar cargos de chefia nessas indústrias e novas empresas. Com isso houve um aumento da procura de imóveis para a classe média alta”, diz. (...) Outro motivo da elevação do valor do metro quadrado, de acordo com o presidente da Ademi-PE, Eduardo Moura, é o preço dos terrenos na cidade. “A urbanização do Recife, com investimentos na melhoria da qualidade de vida da população, trouxe num primeiro momento o aumento do custo desses espaços (...)”, avalia (JORNAL DO COMÉRCIO, acessado em 21/07/2013).

A matéria indica ainda que os espaços com maior elevação do metro quadrado na cidade são justamente aqueles que estão recebendo empreendimentos que visam a melhoria em termos de serviços e infraestruturas que facilitam a mobilidade. Como exemplo, é citado o bairro do Pina, na zonal sul da cidade, o qual tem passado por requalificação e recebeu recentemente o RioMar Shopping. O setor da construção civil, como mostra a matéria, apresenta um crescimento relevante para a economia do Estado de Pernambuco e com isso trás consequências diretas para a organização do espaço urbano e para valorização dos preços dos imóveis.

De maneira geral, a partir do que foi apresentado, pode-se observar a presença de um discurso que tem como seus pontos nodais o *desenvolvimento* e a política feita com *gestão eficiente* pelo Estado de Pernambuco, através da valorização do crescimento do PIB, da industrialização, de aumento dos índices de emprego formal, do volume de obras de infraestrutura e da redução da criminalidade (elementos articulados). Sendo assim, o *discurso do desenvolvimento e da gestão eficiente* se estende na tentativa de sintetizar a dinâmica social do Estado nos últimos anos. As diversas cidades que recebem o impacto dos resultados apontados também passam a incorporar esse discurso na elaboração das suas políticas locais.

Nesse sentido, a cidade do Recife, capital do Estado, se tornou uma das cidades onde os resultados do crescimento econômico de Pernambuco mais repercutiram.

Segundo o site da Prefeitura da Cidade do Recife³⁵, o município representa o núcleo da Região Metropolitana e mantém uma estreita relação com os espaços da região. As informações oficiais salientam que a cidade é a síntese mais significativa do contexto, nos diversos aspectos que se possa destacar: demográfico, cultural, econômico, político-institucional, ambiental, patrimônio histórico, etc.. Do ponto de vista do desenvolvimento econômico, o município e toda a Região Metropolitana vêm acompanhando o crescimento advindo da consolidação do Complexo Portuário de Suape, localizado nessa área. Como consequência, a cidade fortaleceu, nos últimos anos, o seu potencial econômico principal, o setor terciário, e passou a ser o principal município a oferecer o suporte humano e material necessários ao funcionamento do Complexo.

Hoje, as atividades comerciais e de prestação de serviços são predominantes e respondem por 95% de todo o valor da riqueza gerada. São atividades ligadas ao terciário moderno, de comércio e de serviços, em que se destacam shoppings e grandes supermercados, serviços médicos, de informática e de engenharia, consultoria empresarial, ensino e pesquisa, atividades ligadas ao turismo, entre outras (SITE DA PREFEITURA DO RECIFE, acessado em 20/07/2013).

A cidade passa, então, a desenvolver, para além do setor de serviços, novos projetos de infraestrutura, com o objetivo de oferecer os subsídios necessários ao crescimento econômico. Nesse sentido, o aquecimento do setor da construção civil acaba por alcançar o destaque acima já referido. Para além dos resultados previstos e não previstos com o crescimento econômico, advindo dos impactos do Complexo Portuário de Suape, o município do Recife e os demais da Região Metropolitana³⁶ também são atualmente atingidos por um conjunto de obras de infraestrutura e de projetos, como os do Governo Federal, resultantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC e PAC2). Esse programa tem por objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico para a população brasileira por meio de ações que estão divididas em três eixos: infraestrutura logística (rodoviária, ferroviária, portuária, hidroviária e aeroportuária), energética (geração e transmissão de energia elétrica, petróleo, gás natural e energias renováveis) e social e urbana (Luz para Todos, saneamento, habitação, metrô, recursos hídricos). As obras do PAC também se destacaram no cenário das mudanças recentes

³⁵ Prefeitura da Cidade do Recife, acessado em 20/07/2013: <http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/inforec/>

³⁶ Além de Recife, [Jaboatão dos Guararapes](#), [Olinda](#), [Paulista](#), [Igarassu](#), [Abreu e Lima](#), [Camaragibe](#), [Cabo de Santo Agostinho](#), [São Lourenço da Mata](#), [Araçoiaba](#), [Ilha de Itamaracá](#), [Ipojuca](#), [Moreno](#) e [Itapissuma](#).

na cidade do Recife e na Região Metropolitana, dentre essas a de maior destaque é a construção da Refinaria Abreu e Lima e em Recife, propriamente, as obras para melhoria da mobilidade urbana (construção de corredores de ônibus e a Via Mangue).

A gestão da prefeitura do Recife, de 2009 até 2012, foi executada pelo prefeito João da Costa, do Partido dos Trabalhadores (PT), com vice-prefeito do partido do governo estadual, o Milton Coelho (PSB). Para além do discurso que orienta a política do Estado, o qual tem como ponto nodal o desenvolvimento, o governo municipal petista apostou na marca da gestão municipal do PT dos dois governos anteriores, do prefeito João Paulo. A marca principal da gestão do PT no município foi a da defesa de um modelo participativo na elaboração das políticas. Os princípios políticos que fundamentaram a implementação do Orçamento Participativo em Recife, nas gestões de João Paulo, foram retomados pelo governo de João da Costa para o período de 2009-2012 e a mensagem central utilizada para caracterizar o governo foi “a cidade é a gente quem faz”. O modelo de gestão participativa tinha por objetivo inserir as pessoas nos processos decisórios das políticas para cidade, com a finalidade de se ter uma cidade para todos. Observa-se, no discurso oficial como esse princípio é colocado em destaque:

O Recife se destaca historicamente pelas suas lutas, envolvendo grande parte da população carente de infra-estruturas e serviços urbanos. Essa tradição se revela forte, desde as lutas libertárias aos conflitos pelas terras urbanas dos mangues e da planície. Uma outra forte característica do Recife, e que está associada à tradição referenciada, é o seu poder de organização, de reivindicação e de negociação, atribuindo marca emblemática à cidade. O Recife possui grande número de organizações e movimentos populares que se fazem presentes nas várias instâncias de poder, procurando influenciar na concepção, formulação, implementação, monitoração e controle das políticas públicas. Portanto, a tradição do Recife é de um povo que se envolve nas lutas pela liberdade e pelo direito à vida, pela democracia, pelo desenvolvimento sem exclusão. Isto revela um forte compromisso com as causas coletivas e assegura o apoio à gestão que tem por base a participação e o controle social (SITE DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE acessado em 20/07/2013).

Assim, os discursos do Governo do Estado que tem como pontos nodais o *desenvolvimento* e a *gestão eficiente*, estiveram, nos últimos anos, presentes na política desenvolvida pelos governos do Estado de Pernambuco e da Prefeitura da Cidade do Recife, só que a essa última se acrescenta a dimensão participativa na elaboração das políticas. Todavia, a multiplicidade de práticas sociais, articulada nas vivências das mudanças recentemente ocorridas, colocaram a todo o momento em questão os sentidos atrelados aos

significantes vazios *desenvolvimento* e *gestão participativa*, ou seja, coloca sempre a possibilidade de subversão da pretensa transparência desse discurso. É a partir dessas práticas, que se pode refletir sobre a emergência de um conjunto de disputas de sentido, que ocorrem em paralelo à presença dessa configuração discursiva. A cidade do Recife é reconhecidamente marcada por uma diversidade de lutas sociais pela conquista e garantia de direitos. No presente, mesmo com o estabelecimento do discurso que tem no *desenvolvimento* e na *gestão eficiente* os seus pontos de articulação, um conjunto amplo de grupos continuam a reclamar por espaços de participação na gestão das políticas, e que esses sejam representativos dos diferentes interesses envolvidos, para além da concepção de política como gestão eficiente, e a tentar redefinir o *desenvolvimento*, para além da perspectiva do crescimento econômico.

É diante da presença dessa configuração discursiva e das diversas práticas, que as tentam subverter, que se pretende apresentar a emergência do grupo “Direitos Urbanos/Recife” do *Facebook*, a partir das redes sociais na internet. Essa identidade política se articula na medida em que emergem os *direitos urbanos* como ponto nodal de articulação de uma cadeia de equivalências que, além de tenta fixar novos sentidos para o que está posto como *desenvolvimento* e *gestão eficiente*, insere novos elementos para compor um discurso que se opõem a configuração discursiva hegemônica. Para compreender esse processo de articulação, faz-se necessário apresentar o surgimento do grupo “Direitos Urbanos/Recife” do *Facebook* a partir de um conjunto de antagonismo que deram início ao processo contínuo de disputa de sentidos. Nesse sentido, o Projeto de Lei 130, apresentado pela vereadora do Recife Marília Arraes, e o empreendimento Projeto Novo Recife, do consórcio de empresas de construção civil (Moura Dubeux, Queiroz Galvão, GL Empreendimento e Ara Empreendimentos), se colocaram como aquilo que se nega, tornando possível pensar a formação de identidades relacionais.

No segundo semestre de 2011, a vereadora da cidade do Recife, Marília Arraes (PSB) elaborou os Projetos de Lei (PL) 128, 129 e 130 que tinham por objetivo geral regulamentar a venda e o consumo de álcool nas ruas do Recife e o horário de funcionamento de bares. A referida vereadora, a partir do seu perfil na rede social de relacionamento *Facebook*, travou um intenso debate com diversos usuários da rede, alguns a favor e outros contra o projeto, que levantavam questões a fim de que se justificassem os fundamentos principalmente do PL 130.

O PL 130, especificamente, tinha por objetivos delimitar um período em que não se poderia consumir bebidas alcoólicas em via pública (das 18h às 6h). De acordo com o projeto, compreende-se como vias públicas: ruas, calçadas, praças, pontos de ônibus, entradas de

edifícios e estabelecimentos, feiras, postos de gasolina, pátios e estacionamentos que tenham ligações com vias públicas e que não fossem cercados. As exceções seriam os eventos especiais autorizados pela Prefeitura e os períodos festivos e datas comemorativas. Em uma das entrevistas realizadas foi relatado o conflito sobre o PL 130 no perfil do *Facebook* da vereadora:

(...) teve um projeto de lei horroroso aqui em Recife que era uma espécie de lei seca, que era proibir, limitar os horários de funcionamento do bar, limitar a cadeira na rua, bar que tivesse coisa na rua, de beber na rua, andar com bebida na rua, feito em certos lugares dos Estados Unidos. E aí a gente pegou, alguém achou isso, que ia pra votação ou que tinha passado na votação, saiu no *Facebook*, aí todo mundo: “ah, que absurdo”. E aí alguém achou o perfil da vereadora que tinha proposto a lei e ela comemorando a aprovação na primeira votação, que ia ter a segunda ainda. Aí acho que o perfil era aberto pra comentário, todo mundo correu pro perfil da vereadora e tá, meteu o pau, começou a discutir, não sei o que. Aí soltei até uma frase de Kant, sabe, sobre o Estado paternalista, Estado que quer tomar conta do cidadão como se ele não fosse capaz de se tratar, e aí foi super curtido e tal, e foi aquela confusão (L. C.).

A dinâmica da discussão no perfil da vereadora Marília Arraes no *Facebook* trouxe à tona a necessidade daqueles que debatiam de se informarem sobre o projeto, de opinarem de modo direto, de estabelecerem um diálogo permanente com a vereadora. O compartilhamento de informações entre os diversos perfis que discutiam com Marília Arraes em seu perfil no *Facebook* é relatado por L. C., o qual coloca em evidência como o processo de troca de informações alimentou a discussão e foi responsável pelo processo de elaboração dos argumentos colocados em debate:

É, e assim, o problema, a lógica, porque o problema era assim, a grande sacada, pronto, o que rendeu meu texto, eu joguei isso lá, aí teve uma discussão, a gente começou a ler o projeto, e aí foi pelas redes sociais de um jeito lindo, porque foi, isso no mural dela, todo mundo: “cadê o projeto?” Alguém: “ah, achei o projeto”. Apresenta-se numa pesquisa da SDS. Aí alguém: “achei a pesquisa”. Aí a gente começava a ler, aí fez: “olha a página tal, o erro que tem. Olha isso aqui, tal e tal”. Então, todo mundo vasculhando, rendeu bastante o negócio assim. “Não, a lei seca da cidade tal que não deu certo”. “Ah, não sei o que”. Todo mundo de plantão. Aí eu peguei um bocado dessa informação e fiz um texto mostrando que tinha um erro científico, assim, devastador na origem do projeto (L. C.).

A partir do direcionamento tomado pela discussão, alguns usuários da rede, que debatiam com a vereadora e se posicionavam contrários ao PL 130, tiveram sua participação bloqueada, com a alegação de estarem desrespeitando o campo do debate.

E aí eu sei que, claro, entre ofensas e discussões legítimas, teve um bocado, e aí em algum momento, a gente pensou em dar *print screen* das conversas, pra garantir, e aí aconteceu que ela censurou os mais ativos, que era justamente tipo eu, não sei se A. P. também já tinha caído nessa da censura. Um bocado de gente que tinha batido mais sério foi censurado, aí a gente pegou e deu o *print screen* e depois mandou pro, mandou pro Jamildo, que hoje em dia, né, não curte a gente. Jamildo publicou logo de cara, assim, “vereadora tal”. E foi pra terceira página do jornal inteira, que é um destaque absurdo: vereadora censura debate em redes sociais (L. C.).

Tendo em vista o fato da censura, foi criado no *Facebook*, a partir das ferramentas por esse disponibilizadas, o grupo “Lei Seca Marília Arraes – Eu digo não!”³⁷. O grupo realizou diversos debates internos sobre o PL 130, com o objetivo de refletir sobre as possíveis implicações do mesmo na dinâmica social da cidade. Foi também a partir da rede social que se organizaram mobilizações *off-line*, como afirma A. P. em entrevista, como uma audiência para conversar com a vereadora Marília Arraes sobre o PL 130. Como afirma A. P. o grupo se tornou um espaço de discussão e trocas para subsidiar ações fora da internet.

E aí a partir dessa... dessa história do projeto de Marília Arraes a gente começou, a gente solicitou uma audiência com a Marília Arraes para discutir o projeto. Marília Arraes recebeu a gente, aí fui eu, foi F., acho que A. R. foi também, um menino chamado P., não me lembro mais onde ele tá, acho que C., J. foi (...), mas a gente foi falar com Marília Arraes (...) E aí mais ou menos ficou uma prática estabelecida, (...) a gente não era um grupo que tava agindo dentro do *Facebook*, a gente tava conversando pelo *Facebook* pra abrir, fazer ações fora do *Facebook*. (...) Afinal é um lugar aonde reúne uma plenária, é um lugar onde você tá ali discutindo, quem que tá? Sempre tem alguém, nunca falta alguém, mesmo na madrugada sempre tem alguém querendo discutir, (...) nunca se perde, porque você pode tá vindo de uma ação hoje de tarde, joga lá, ninguém comentou, mas amanhã a conversa tá lá e então alguém vai comentar, né? É diferente do que você tá numa reunião presencial, pra quem, pra quem tá ali, a conversa fica (...), né? E depois o pessoal começou a instituir essa prática e o desabafo começou a se fortificar (A. P.).

O Projeto de Lei, que tinha sido aprovado na primeira sessão da Câmara dos Vereadores de Recife, foi cada vez mais pressionado, de maneira que a vereadora Marília Arraes resolveu retirá-lo da segunda sessão de discussão e colocá-lo novamente para as comissões temáticas da Câmara de Vereadores, para ser estudado e debatido mais profundamente. Pôde-se observar, a partir desse caso, o poder de pressão exercido pelas discussões permanentes nas redes sociais da internet, as quais geraram um discurso com posicionamento claramente demarcado e articulado a partir de uma diversidade de pontos de vista. Além disso, o poder de

³⁷ <https://www.facebook.com/groups/204096093007548/>

mobilização, já que foi a partir daí que se marcou uma audiência com a vereadora. Somado ao papel das redes sociais da internet há ainda aquele desempenhado pela mídia de maior circulação e poder de influência da opinião pública local, na medida em que foi a partir da repercussão do caso no *blog do Jamildo* e no jornal, que o caso do PL 130 alcançou maior repercussão.

E aí a repercussão foi tão pesada que levou os vereadores a tirar o apoio e a apresentar a emenda no supressivo, e aí saiu de pauta, e até hoje, ninguém. É, não morreu, mas tá no ar, assim. Tipo, não voltou mais, ninguém teve mais coragem de botar pra votar. Todo mundo na hora: “não, ela errou, não podia censurar o debate”, na hora todo mundo correu de perto dela e, e aí, assim, teve um grupo que tava, que é esse grupo que falava mais, né, tal, aí teve uma menina que hoje em dia não participa tanto do Direitos Urbanos (DU), mas que também foi censurada, criou um grupo de discussão (L. C.).

O intenso debate no perfil da vereadora no *Facebook* teve certa repercussão, como citado na fala acima, uma vez que se tornou mais ampla a discussão sobre os processos de participação social e censura através das redes sociais da internet. Foi também por causa da censura que um conjunto de perfis sociais que estava em debate com a vereadora decidiu criar o grupo “Lei Seca Marília Arraes – Eu digo não!” para dar continuidade ao diálogo, desenvolver argumentos, alimentar de informações as discussões, mesmo que já estivesse marcado de início o posicionamento contrário ao PL 130. No grupo “Lei Seca Marília Arraes – Eu digo não!”, que chegou a alcançar um pouco mais de 800 membros, foram desenvolvidos os principais argumentos contrários ao PL 130, através de um conjunto amplo de informações compartilhadas e de visões diversas, muito embora convergentes. Uma das razões trazidas contra o projeto era a tendência que esse tinha de gerar na cidade do Recife um esvaziamento das ruas, podendo aumentar a sensação de insegurança, além do mesmo reforçar as tendências à formação de uma sociedade enclausurada. Na fala de L. C. são citados alguns dos problemas da argumentação do PL 130, o qual fazia uma relação direta entre consumo de álcool e violência urbana:

É, que a argumentação era como se fosse uma coisa calamitosa, assim, a grande parte da violência era em cima do que o projeto tava fazendo, sendo que tinha um erro de conta, de estatística, de matemática, que invertia tudo. Na verdade, o projeto, assim, direcionava-se a tipo 7% dos tipos de homicídios que acontece em Recife, entendeu? Enquanto ela falava que era metade, na argumentação, entendeu? Então, assim, do jeito que ela falava, parecia que era metade. Mas o jeito que fazia a conta certa, dava 7%. Então era uma coisa completamente devastadora pra economia, pra sociabilidade. Aí o argumento era esse, ou seja, o problema do, da estatística tá errada, aí depois vinha uma coisa sobre o combate à violência municipal e tinha uma

discussão muito boa, que aí tem muito a ver com o Direitos Urbanos (DU) hoje em dia, que foi tipo assim, R. até que puxou, que foi a questão da sociabilidade do espaço público e tudo mais (L. C.).

O grupo chegou a iniciar a elaboração coletiva de um texto que reunia os argumentos centrais contrários ao PL 130, mas o mesmo não chegou a ficar pronto e ser divulgado. No entanto, boa parte do conteúdo é capaz de representar o conjunto dos argumentos levantados pelo grupo. O documento se organizava a partir dos pontos abaixo citados:

1. Fundamentos científicos frágeis, 2. O fracasso de outras experiências de restrição, 3. Criminalidade, ordenamento urbano e abandono do poder público, 4. Impactos na Economia: redução de empregos formais e informais, 5. Impactos na vida social e na cultura, 6. Conclusão: questões de princípio e os limites do poder interventor do Estado (documento do grupo).

Em relação ao ponto três, referente ao abandono do poder público, o texto argumenta que não se faz necessário a criação do referido projeto, tendo em vista a existência de um ordenamento jurídico suficiente para dar conta das questões colocadas como problemas pelo PL 130. O que ocorria, na verdade, era a falha do poder público em sua aplicação:

A inadequação do projeto se torna mais clara quando se observa que se insere num contexto de falhas do poder público em aplicar a legislação já existente relativa aos problemas relacionados à criminalidade e ao ordenamento urbano. É essa situação de abandono do poder público que encontra no álcool um possível catalisador para se transformar em violência. Além dos casos de violência física tipificados pela lei penal, todas as demais perturbações da ordem pública citadas como alvo do projeto de lei, tais como a poluição sonora, ocupação irregular de espaço público ou risco de comportamento antissocial, também dispõem de regulamentação pela legislação vigente, tanto na esfera municipal, quanto na esfera federal. Os artigos 42 e 62 da Lei de Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3688/1941) já criminalizam perturbações da ordem pública, motivadas ou não por embriaguez, enquanto que seu artigo 63, tipifica como contravenção a venda de bebidas a menores ou a quem já esteja embriagado, independentemente de local de consumo (documento do grupo).

Sendo assim, a argumentação põe em relevo as consequências do PL para a vida social e cultural na cidade do Recife (ponto cinco):

Os problemas sociais relacionados ao consumo abusivo de álcool são um problema grave, e que merece a atenção do poder público; entretanto, a proibição nos horários especificados, além de não atingir o objetivo a que se propõe, (...) traz consigo uma série de impactos negativos do ponto de vista

político, social e cultural. A proibição e o controle estatal dos comportamentos, além de ineficazes, como a História e a vida cotidiana tão bem demonstram, ferem covardemente a liberdade e, com isso, a alegria e o prazer de viver em sociedade. Proibições desse tipo refletem uma concepção tutelar e autoritária do papel do Estado na vida das populações. Com essa proibição, não se está contribuindo para uma diminuição do consumo de álcool nem da violência, mas para a estigmatização dos cidadãos que se utilizam do espaço público como local de diversão, tratando-os como "danosos", surgindo, daí, a necessidade de serem limados. Se observados os bairros em que as pessoas se reúnem com maior frequência na rua para se divertir, serão encontrados, além dos bairros de classe média e de "potencial turístico", diversos bairros considerados pelo Governo como "de maior vulnerabilidade social". No caso do efetivo cumprimento dessa fiscalização, haveria uma outra consequência negativa: um esvaziamento ainda maior das ruas. É sabido que a ocupação amistosa das ruas se constitui como um elemento importante de revitalização do espaço público e fortalecimento de vínculos sociais; é sabido, também, que ruas vazias são propiciadoras de atividades criminosas. (...) Aprovado o Projeto e sancionada a Lei, a população do Recife viverá numa cidade que recua diante da violência e tende a se fechar nos espaços privados para se preservar: não se quer caminhar mais ainda nessa direção (documento do grupo).

Como é possível perceber, no argumento referente aos impactos do PL 130 na vida cultural e social da cidade, fica evidente a preocupação do grupo com a revitalização do espaço público a partir da ocupação amistosa das ruas e com o fortalecimento de vínculos sociais. As discussões iniciadas para sedimentar os argumentos contrários ao PL 130 passaram, então, a englobar um conjunto de questões referentes às formas de se viver na cidade. Sendo assim, ao mesmo tempo em que o grupo “Lei Seca Marília Arraes – Eu digo não!”, levantava argumentos que tinham por foco a questão do PL 130, outros eventos ligados à dinâmica de vida na cidade começaram a se tornar relevantes para o grupo. A partir das muitas mudanças ocorridas na cidade do Recife nos anos recentes, como os problemas de mobilidade urbana, os processos de verticalização e aquecimento da cidade, a especulação imobiliária e as formas de utilização do solo urbano, os projetos de infraestrutura ligados às mudanças necessárias para receber a Copa do Mundo de 2014, além dos impactos do processo de crescimento econômico do Estado de Pernambuco na cidade do Recife e Região Metropolitana, articulou-se um conjunto mais amplo de debates que teve por foco estas mudanças, extrapolando o objetivo pretendido quando da formação do grupo “Lei Seca Marília Arraes – Eu digo não!”, que eram a rejeição e retirada de votação do PL.

É importante destacar que, a partir das entrevistas, foi possível perceber que redes de relacionamento virtuais também eram alimentadas por laços sociais existentes *off-line*. Pessoas que se conheciam fora das redes e se articulavam a partir do *Facebook* para discutir a cidade, também realizavam encontros face-a-face para conversar sobre os temas. Esses

encontros fora das redes virtuais tinham, então, continuidade e ampliação *on-line*, com troca de informações e em forma de debates. A partir da fala de P. J., pode-se perceber como o PL 130 também foi discutido fora da internet e como, a partir das discussões geradas, as questões se tornaram mais amplas, sobre a forma de se viver a cidade.

E a gente tinha um grupo que, é, tinha começado a conviver um pouco mais juntos, que era um pessoal que tinha participado de uma coisa já na internet. Se eu não me engano, a coisa do prédio Caiçara, uma história assim. E que vinha se encontrando na *Mamede* pra conversar, pra discutir coisas e tal, e começou a perceber que por trás daquela PL tinham problemas que tavam relacionados com, com algo que a gente sentiu que de alguma forma era mais amplo do que apenas aquilo. Então... É... Num dá pra saber quem era na época, mas eram poucas pessoas, eram de seis a oito pessoas, eu acho que, que fizeram parte dessa articulação. É... Eu acho que é isso. No início figuras muito importantes assim do início, você tinha A. P., C., que tava/foi muito atuante na coisa do Caiçara. É... Puxando pela memória assim, deixa eu ver. É isso. (...). A gente discutiu muito a questão da violência com relação ao uso do espaço público, né. Isso eu acho que criou uma sensibilidade com relação a outras coisas que apareceram mais na frente. Então, o fato de discutir o controle da violência, pelo fato de existirem pessoas na rua, né, e que isso gerava um controle social da violência e tal. Foi um debate que girou em torno disso, por que proibir algo que é tão característico do Recife etc, etc. (P. J.).

Com o desfecho do PL130, que foi recolocado no plano da discussão pública, e a emergência de questões diversas que versavam sobre eventos ligados aos processos de transformação do cenário urbano do Recife, foi gerada uma discussão interna ao grupo sobre o alargamento dos seus propósitos. Segundo o entrevistado L. C., no grupo existiam pessoas que faziam parte de outros grupos do *Facebook* que discutiam acontecimentos relacionados às transformações urbanas na cidade do Recife e, a partir, desses perfis e dos temas que eles colocavam em debate, trazidos de outros espaços de discussão, novos eventos se tornaram centrais.

É, e, mas tinha esses grandes projetos, essas grandes coisas e tal, e aí foi articulando, a conversa foi crescendo, descobriu outros grupos, aí a gente começou a interagir nos outros grupos (...).É, que era, tinha o, tem um em defesa do Cais José Estelita. Teve um que meio que pararam mesmo (...). Tem um contra o projeto Novo Recife e um em defesa do Cais José Estelita, uma coisa assim. Acho que tem lá ainda (L. C.).

O caso do PL 130 da vereadora Marília Arraes constituiu, assim, um primeiro *antagonismo*, que tornou capaz a articulação de diversos elementos que tornaram possíveis a emergência dos *direitos urbanos* como ponto nodal (significante vazio). A partir da negação do PL 130 e do consequente surgimento do grupo “Lei Seca Marília Arraes – Eu digo não!”

uma cadeia mais ampla de elementos se articulou. Questões relativas ao papel do Estado no controle da vida dos cidadãos e à forma de se vivenciar os espaços públicos na cidade foram colocadas, como pode ser visto no trecho da carta do grupo acima citado, e a questão central das restrições de venda e consumo de álcool foi ampliada para englobar esses novos elementos. A partir de então, passou-se a articular o *direitos urbano* a partir do reconhecimento da importância dos espaços públicos na cidade do Recife, da gestão democrática do Estado e ainda da participação da população nas decisões sobre as políticas de transformação do espaço urbano.

Dado o surgimento do debate de múltiplos temas e questões no grupo, e a retirada do PL 130 de cena, o caso que se tornou antagonismo o central para a articulação da identidade política do grupo “Direitos Urbanos/Recife” do *Facebook* foi o Projeto Novo Recife (PNR a partir daqui).

Aí pronto, aí ficou isso, quando morreu, ficou discutindo, esse texto cansou, ninguém aguentava mais, aí, como é que se diz, aí ficou o grupo lá, que ainda, assim, aí certa altura, quando foi, bom, que o projeto de lei não ia votar mesmo, não sei, teve algum, tinha o pessoal que... Mas sim, teve um bocado de coisa de ir atrás, de investigar, tal, aí tem um bocado de discussão do edifício Caiçara mesmo pra lá, aí começou a ligar um bocado de discussão de patrimônio, e um bocado de coisa de patrimônio histórico da cidade, não sei o que. Até que alguém jogou, se jogou esse projeto sobre o Estelita (PNR), aí começou a ser discutido lá. E tinha outros grupos, que eu não sabia, até um certo momento que: “ah, tem os grupos tais” e as discussões eram em todos os lugares. Mas, assim, ficou coisas de um lugar pra reclamar de coisas do plano da cidade. (L. C.).

Aí ao mesmo tempo apareceram outras questões na cidade ao mesmo tempo, é, ficava lá, então, como aquele programa do, aquele do Caiçara, em Boa Viagem, que aí abriu um outro grupo pro Edifício Caiçara. Aí depois teve o problema da pracinha da Casa dos Frios, aquela pracinha que tava abandonada para estacionamento. Fizeram um vídeo denunciando. Aí começou a surgir outros probleminhas, outros probleminhas, outros probleminhas e aí de vez em quando alguém dizia: “olha, mas não era melhor se a gente fizesse um grupo pra discutir todas essas questões da cidade?” “Porque é”, “Quem sabe?”, “Pode ser”, “É verdade”, é, mas ninguém fazia nada. (...) e a gente já conversando, num é? Aí todo mundo: “Rapaz, a gente tá precisando juntar”. E a gente tava querendo um tema (...) Aí um monte de gente, a notícia foi correndo. Aí a gente meio que ia fundando pra ver qual era a de cada um, aí surgiu a história do Projeto Novo Recife. Quando surgiu a história do Novo Recife aí estourou, porque aí era um projetão. Aí então a gente copiou no *Facebook*. O projeto de Marília Arraes (...) ela voltou atrás muito rapidamente, é, e a história do Edifício Caiçara era relativamente pequena, um *post* só, a história da pracinha era mínima e a prefeitura respondeu imediatamente, né? O edifício Caiçara também foi impedida a demolição. A gente teve vitórias muito rápidas, essas três vitórias foram encadeadas, em menos de 15 dias a gente já conseguiu o que a gente tava querendo, (...) e o projeto de Marília Arraes foi retirado inteiro (A. P.).

O PNR se refere a um empreendimento imobiliário do consórcio de empresas formado pela Moura Dubeux, Queiroz Galvão, GL Empreendimento e Ara Empreendimentos, que prevê a construção de um novo bairro planejado, com áreas residenciais e empresariais, onde fica o Cais José Estelita, parte do patrimônio histórico do Recife por abrigar galpões da extinta Rede Ferroviária Federal. De maneira geral o projeto consiste em:

13 torres (sendo duas delas duplas, então você veria 15 edifícios) entre 36 e 45 andares, divididas em cinco grandes quadras. As torres residenciais ficam em grandes condomínios que tomam a quadra respectiva inteira, isolados da rua e sobre bases de estacionamento de quatro andares ou mais. O terreno original que deverá ser loteado tem 101.754m² (10,1 ha) e a área construída total, em cima dos 65% desse terreno que restarão como área privada depois de seu loteamento, é de 355.000m². A população residente prevista, segundo o Memorial Justificativo, é de quase 16 mil pessoas, e a população flutuante, de 75 mil. O empreendimento contará com 810 unidades residenciais e exatamente 5072 vagas para carros, somando todas as quadras. (BLOG - DIREITOS URBANOS/RECIFE³⁸).

A divulgação do referido projeto para a área do Cais José Estelita no grupo “Lei Seca Marília Arraes – Eu digo não!” colocou novamente em evidências o conjunto de elementos que começaram a ser articulados com os acontecimentos do PL 130. No caso do PNR, as questões colocadas como centrais foram as de que o projeto foi elaborado a partir de um ponto de vista puramente privado, sem a devida preocupação com seus impactos ambientais, urbanísticos e sociais e que não levaram em conta o uso social/coletivo da propriedade. Essas preocupações começaram a se articular a toda discussão sobre as formas de vivenciar o espaço público, sobre a forma do Estado governar a vida dos cidadãos e os processos de transformação urbana da cidade. A preocupação em intervir nas políticas propostas pelo poder público para a cidade, já apresentadas no caso do PL 130 e em outras questões citadas, colocou também como central a reflexão sobre a importância da participação política do grupo, na definição dos rumos das políticas urbanas desenvolvidas na cidade.

A partir de então, o PNR se tornou o antagonismo central, a partir do qual o grupo passou a articular uma discussão mais ampla a fim de trazer novos sentidos à *gestão eficiente* e ao *desenvolvimento*, tendo em vista a necessidade de fixar à ideia de gestão a importância da participação política para a definição das políticas urbanas em Recife, e ao *desenvolvimento* o uma noção mais inclusiva. Com as discussões no grupo no *Facebook* e também fora dele,

³⁸ <http://direitosurbanos.wordpress.com/faqs/>

surgiu a proposta de tentar marcar uma audiência pública para discutir o PNR. A partir de um dos relatos de entrevistas, pode-se observar como se deu o processo:

A gente começou com essa história de... Será que não dava pra gente debater isso, saber do que se trata, o que é que tá por trás etc, etc. Já aparecia como algo certo, que tava pra acontecer nos próximos meses, e que se caracterizava assim como um grande empreendimento que ia mudar a cidade de uma forma mais (...). Nas conversar apareceu a ideia da gente tentar articular a audiência pública, que aí eu fiquei responsável de falar com Múcio, que era vereador na época (...). A gente conversou com ele, ele articulou audiência (...). E naquele momento pessoas que vinham discutindo muito apaixonada questões urbanísticas, pouca gente tava habituado a debater daquele jeito, se encontraram e começaram a vislumbrar possibilidade daquela articulação virtual se transformar também num movimento de uma luta bastante concreta. A gente tinha visto, nas experiências anteriores do Caiçara e da PL 130, que algumas coisas muito simples começavam a funcionar com respostas muito concretas, então acionar as instituições através das vias legais (...) é essa consciência de certos agentes específicos dentro do grupo que já vinham participando/ que eram participantes de movimentos sociais e que sabiam como articular e mobilizar esse capital pra fazer as coisas acontecerem de fato (P. J.).

Como dito, foram feitos os contatos necessários para a realização da audiência, tanto com o Legislativo Municipal, através do vereador Múcio Magalhães, como com o Ministério Público, através do promotor do Meio Ambiente José Roberto.

A gente foi no Ministério Público falamos com Zé Roberto (...). Zé Roberto abriu toda a documentação do projeto Novo Recife, mostrou os mapas, mostrou tudo que o Ministério Público tava exigindo à prefeitura, o que a prefeitura exigia, foi um processo de mais de dois anos que vinha sendo questionado. Como ele não pôde dar o material para a gente, mas a gente teve acesso a tudo, a gente ficou lá estudando. Foi quando a gente voltou pro grupo, a gente disse: “Olha, o negócio é enrolado, o negócio é enrolado, tá cheio de pepino então tem brecha pra a gente entrar, não é um projeto aprovado, não é um projeto que tá tranquilo, a prefeitura tem ressalvas, agora depois, se antes não tivesse, mas tem, as equipes técnicas da prefeitura tem ressalvas muito sérias com relação ao projeto” (...) aí procuramos Múcio Magalhães e pedimos a ele para que ele junto ao Ministério Público (...) pra que a gente pudesse ampliar o debate e ao ampliar o debate a gente pudesse trazer novos sujeitos pra junto da gente. Então a gente também não sabia quem tava contra ou a favor, então a gente imaginava, né, que, por exemplo, pudesse haver movimentos sociais (...), mas não tinha certeza. Então era necessário, assim, material mesmo concreto na rua pra, sei lá, as pessoas chegarem (...). Aí marcamos essa audiência. Do, da conversa (...) a data da audiência, a gente confirmou logo o que era a natureza do projeto e o que fazia nos ambientes, a gente já lançou a coisa, o debate dentro do grupo... (A. P.).

Aí sim, aí, vamo lá, aí o povo, eu nem tava nisso, eu acho que eu tava viajando e tal, J. C. e depois que não participou tanto da conversa, A. P., um

bocado de gente, marcou, tinha primeiro um link com Múcio Magalhães, vereador com uma audiência, e também marcaram uma conversa no Ministério Público, com José Roberto, que é de urbanismo. É que tinha aberto uma investigação. (...) E aí foram atrás de investigar, saber em que pé tava, se tinha investigação, o Ministério Público falou lá mais ou menos as coisas, e aí eu não sei bem como foi exatamente a situação que se fez, mas acho que A., C. ou F., não sei, que fez essa chamada junto com Múcio Magalhães, certo, e o Ministério Público, da audiência, certo? (L. C.).

Depois de marcada a audiência, foi ampliado o debate no grupo sobre o PNR e feita ampla divulgação na internet a fim de alcançar uma participação significativa. Ao mesmo tempo já se colocava a possibilidade da mudança do nome do grupo, de forma que fosse possível abarcar o conjunto mais amplo das temáticas discutidas. Foi realizada uma votação no grupo “Lei Seca Marília Arraes – Eu digo não!” para realizar a mudança, mas não houve um debate consistente sobre essa questão:

Eu lembro que teve uma votação também relacionada a nome lá. Porque eu lembro que na época eu acompanhava o Marília e tinha algumas sugestões de nome, mas não foi uma conversa que deu muito caldo não (...). E eu lembro que Direitos Urbanos era um dos nomes que tinha lá na votação (L. C.).

A discussão sobre a necessidade de um novo nome capaz de representar o conjunto mais amplo dos temas que passaram a ser pautados, não se deu de forma ampla dentro do grupo no *Facebook*, mas através da rede de pessoas que tinham laços sociais mais fortes, para além do meio virtual, e que estiveram no desdobramento do caso PL 130. Percebeu-se, ainda no período de votação *on-line*, a impossibilidade operacional da ferramenta para trocar o nome do grupo. Em reunião *off-line* desses membros entre diversos membros que já tinham relações sociais estabelecidas, foi conversado sobre a possibilidade de mudança do nome e as implicações em se criar um novo grupo:

É... E aí, enquanto a gente tava fazendo isso continuava discutindo qual deveria ser a matéria do grupo. E continuava... não a gente tem que montar outra, tem que montar outra. Aí alguns de nós tinha um receio, um receio muito grande de que ... Muitas vezes na página do grupo, do grupo novo, a gente deve erguer o número de pessoas que a gente jamais iria recuperar de uma maneira como essa, porque você ficar e somar 50, 60 pessoas, e... tudo ia por água abaixo. Porque L. era uma dessas pessoas. L. dizia: “Ah não, não vai dá certo! Porque nunca que a gente vai conseguir. Depois desses 2 meses a gente conseguiu juntar 800 pessoas. E não vai dá, não vai dá certo.” Mas a gente sabia que era necessário, sabia. E enquanto a gente ia nesse embate faz, não faz, faz, não faz, nas vésperas da audiência (...). No domingo a gente foi fazer um passeio pelo centro, a gente... o grupo tem isso também, ele tem muitas atividades juntas, é um grupo que faz muita farra, todo

mundo bebe, todo mundo passeia e não sei o que e... e tem muitas amizades. É... muitas amizades foram construídas. Ai a gente foi passear de tarde. Foi pro Pátio Santa Cruz, eu, B. N., L. G., J., P. O. e F. (...) eu acho que foi um número bom... (...) E ai gente saiu pra fazer o passeio, 13h30min da tarde e não sei o que e conversando (...) sobre o que tava acontecendo na cidade, falamos mal da cidade, falamos mal do PT, falamos mal da prefeitura, e que desgraças. A gente estaria andando né e a cidade deserta e a gente olhando o lixo, a cidade vazia sem pessoas na rua né, os prédios, a degradação e tudo isso era tema. Ai L. ia lá e fotografava, J. filmava e num sei o que, e (...). E a gente ficou na nossa mesa conversando, no por do sol um dia lindo, ai começamos a pensar seriamente na história do grupo, e ai, a essa altura a gente já tinha se convencido que tinha mesmo que fazer. A gente já tava nas vésperas da audiência, a gente já tava encontrando um tema que era muito maior que nós, muito maior que tudo que a gente tinha discutido no grupo do PL. E a gente tinha... era, era quase um dever, a gente tinha que assumir a responsabilidade pelo que a gente tinha criado. (...) A gente não sabia exatamente aonde esse debate ia, se ia ser um fracasso, mais a gente tinha o dever de chegar naquela audiência, que a gente achava que ia ser pequena, pouquíssima gente. Mais a gente tinha o dever de se apresentar diante daquela plateia que fosse (...) a gente tinha o direito de se apresentar como sujeitos consolidados. Mas ai, a gente já acordou que sim, que precisava e o que a gente poderia fazer (...). Então a gente ficou brincando com o nome. Qual vai ser o nome? (...) eu sei que ficou um clima bom na mesa. Ai né, B. N. muito elegante, olho assim e disse: “E os direitos urbanos? Os direitos humanos na cidade?”. Ai eu: “Gente, os direitos urbanos”, ai todo mundo parou. É... ai todo mundo é mesmo, esse tá massa, tá massa, mais ficou todo mundo assustado porque o nome era tão bom, que ninguém queria assumir na hora que era bom, é... direitos urbanos é bom, mais vamos pensar vamos decidir agora não, vamos pensar, que depois da audiência a gente decide. E ai chegou a audiência (...). A audiência foi um sucesso, aquela multidão, ninguém entrava na sala, nem via nada. E quando a gente olhou aquilo, tomou um susto, e eu disse: “rapaz tem alguma coisa na cidade que tava chamando isso. E a gente tomou a iniciativa, e as coisas agora estão agradando, o negócio agora, o bicho vai pegar, espera que o bicho vai pegar..” (A. P.).

Na audiência pública, marcada para o dia 22 de março de 2012, estavam presentes representantes da Moura Dubeaux e Queiroz Galvão, responsáveis pelo projeto e representantes do IPHAN, UFPE, MPPE, Fundarpe, Prefeitura do Recife, da sociedade civil e dos principais jornais da cidade. Foi nesse momento que se apresentou o nome “Direitos Urbanos/Recife” para representar o grupo que havia convocado a audiência:

Aí pensou num nome em congelado, aí ficou, assim, vamos bater o martelo não. Mas quando chegou na audiência, a gente viu aquela coisa, aquele ímpeto, a coisa toda, assim, a confusão toda. Aí na hora de fechar, aí o vereador olhou pra gente e fez assim: “vocês que chamaram a audiência, vocês que fecham, a pauta final é pra ser de vocês”. Tava alguém falando, se despedindo, sei lá e tal, aí ele: “vocês chamaram, sobrou pra vocês, vocês fecham”. Aí F., aí botei F. pra falar. Aí fui pra ela e disse assim: “olha, bate o martelo”. E passou tempo discutindo, ninguém chegava a uma conclusão, e

eu era meio contra, assim, tipo, sei lá e tal, e fiz assim: “é, bate o martelo, bota esse nome agora porque, pras pessoas acharem a gente, entendeu? Então, assim, disse o nome do grupo sem ele existir. (...) Aí quando chegar em casa, o primeiro que chegar em casa, corre e cria um grupo com esse nome, porque se não, ninguém vai achar” (L. C.).

Como expresso na fala acima de L. C., o espaço aberto pela audiência pública se mostrou fundamental para o fortalecimento dos sentidos que já se articulavam *on-line* e para perceber como o discurso proferido pelo grupo tinha alcançado certo nível de ordenação dos diversos pontos de vista compartilhados nos debates. No relato sobre a audiência se pode perceber:

Porque o negócio é grande, além do debate ser intenso, tinha um monte de gente na plateia, agente não conhecia. Alguns eram do grupo, outros não eram. É que não eram do grupo do PL, que vieram de outros lugares, começaram a fazer falas sensacionais, de repente, começaram a aparecer um monte de gente. C., por exemplo, que hoje é, é uma liderança. É, C. né, que primeira vez que a gente viu C. foi na audiência, ela fez uma fala maravilhosa. A partir dali ela entrou no grupo e já virou liderança. E A., que não era do grupo de Marília também fez uma fala maravilhosa, que como elas duas, muitas outras pessoas apareceram, e a gente ficou encantado. É... (...) em completa sintonia do que tava falando ali, era uma coisa muito bonita de ver, assim... eu nunca tinha visto, nem em melhores tempos, aliás, vi claro esses grandes movimentos nacionais, Fora Collor, Diretas Já, eleição de Lula, num sei o quê, mas isso é uma puta estrutura por trás disso, de partido, não sei o quê taralarala. A gente não tinha nada, a gente mal tinha começado a dar um passo, de repente aquela quantidade de gente pensando do mesmo jeito e querendo ir pro mesmo lugar. Quando acabou a audiência a gente foi almoçar no Central, aí a gente chamou pessoas que tinham falado. A gente chamou C., a gente chamou A. L., chamou J., ficou chamando A. R. e não sei o quê. E aí, sentamos numa grande mesa na Central e nos apresentamos, “eu sou fulano”, “eu sou fulano”, “eu sou fulano”... Alguns eram do grupo outros não eram... “ah, é você que é do grupo de não o quê, não sei o quê”, e ali a gente se reconheceu. E teve um processo, um momento bem bonito de reconhecimento, de sentar no lugar e dizer: “eita, do *Facebook*, que legal”. E todo mundo muito entusiasmado, assim muito feliz com o resultado da gente. Morremos de dar risada e disse: “bom agora tem que criar o grupo, porque o grupo não existe” (A. P.).

A problemática do PL 130 e do PNR foram, assim, os antagonismos que levaram à emergência, no fim do mês de março de 2012, do grupo “Direitos Urbanos / Recife” no *Facebook*. O grupo afirma em seu perfil, que surgiu na rede social com o objetivo de ser um espaço para a discussão não só dos problemas da cidade, mas também de novas ideias, propostas e rumos possíveis para o Recife. Dada a conquista alcançada com a retirada do PL 130, através da pressão exercida pelas redes sociais da internet, cujo debate dos principais pontos do projeto veio a desarticular sua fundamentação e retirá-lo de votação, o grupo deu continuidade as discussões dos acontecimentos relacionados à forma de viver o espaço

público na cidade do Recife. Várias queixas, denúncias e compartilhamento de experiências foram feitos no grupo, todos eles norteadas pela tentativa de fixar novos sentidos ao *desenvolvimento* e à *gestão eficiente*, e colocar novos elementos em articulação, como o papel do poder público e da participação da população na gestão da cidade e a forma de viver o espaço público, dos quais emerge um novo ponto nodal: os *direitos urbanos*.

Na audiência pública, espaço democrático para o debate, que ocorreu com a presença dos vários setores envolvidos na questão, a saber, os órgãos do poder públicos, os representantes das empresas de construção civil e a sociedade civil, o debate sobre o PNR, que havia sido iniciado na rede social da internet, pôde se dar entre todas as partes envolvidas. A audiência foi também o espaço onde foram fortalecidos laços surgidos na rede virtual e também onde se formaram novos contatos. Foi nesse espaço, mais ainda, que a configuração discursiva que tem como pontos nodais o *desenvolvimento* e a *gestão eficiente*, começou a entrar e a ser questionada, diante das diversas falas apresentadas.

O representante do consórcio, Eduardo Moura da empresa Moura Dubeux, apresentou o Projeto a partir de um vídeo, que é ilustrativo do discurso que justifica e fundamenta o projeto. Nesse também se pode observar a alusão ao discurso do *desenvolvimento*.

Pois é dos sonhos dos homens que a cidade se inventa (Carlos Pena Filho) (...) Recife nasceu como porto, e como porto nasceu aberta para o novo, para a mudança. Nasceu virada para o mar, virado para o mundo moderno e cosmopolita. Uma vocação que está marcada no desenho da cidade, ao longo dos séculos (...). Hoje Pernambuco vive um momento de crescimento econômico, com a chegada de novas indústrias, infraestrutura e melhoria social. É nesse novo ciclo que um projeto urbanístico vem sendo delineado para a cidade, através de um conjunto de obras que estão mudando a cara do Recife e criando novos vetores de desenvolvimento. A começar pelo Pina, que vem crescendo com diversos empresariais construídos ao longo da Av. Antônio de Góes, além de edifícios residências, hotéis, bares e restaurantes. Já no lugar onde funcionava a fábrica da Bacardi, será erguido um novo centro comercial e de entretenimento, que conta com a construção do Shopping Riomar, um dos maiores do país, além de três torres empresariais. Logo em seguida, na Ilha do Leite, está o segundo maior polo médico do Brasil, que se encontra em franco desenvolvimento. É nesse contexto que será implantado um novo projeto, que vai trazer vida nova ao centro da cidade. Um marco para o século XXI, que resgata a tradição e constrói o futuro, assim como Barcelona, Lisboa, Londres, Genova, Buenos Aires... cidades em que espaços não utilizados se transformaram em polos de desenvolvimento econômicos e culturais de repercussão mundial. As pernambucanas Ara Empreendimentos, GL Empreendimentos, Moura Dubeux e Queiroz Galvão se unem à prefeitura do Recife e ao Governo de Pernambuco para construir um novo bairro na cidade. Inserido no complexo Recife-Olinda, que tem por objetivo valorizar e dar visibilidade ao patrimônio cultural, material e imaterial dessas cidades através de um grade plano estruturador, que será viabilizado pelo poder municipal, estadual e

federal, este projeto propõe retomar a vocação natural do Cais José Estelita. O local surgiu como área de aterro para interligar o Forte das Cinco Pontas e Príncipe Guilherme, abrigou moradias e serviu ao desenvolvimento do Estado com a construção da linha férrea e, tempos depois, da avenida e do Cais propriamente dito. Mas no final do século XX, o grande crescimento da cidade acabou tomando outros rumos e o Cais se tornou apenas um lugar de passagem. E é neste lugar que surge o *Novo Recife*. Empresariais, condomínios, novo sistema viários, amplas áreas verdes, além de equipamentos de lazer para toda a população. O *Novo Recife* vai resgatar esse espírito cosmopolita, implantando no local um projeto pioneiro e arrojado. Instalado numa área de 100 mil metros quadrados, o *Novo Recife* será dividido em cinco polos. Polo hoteleiro e comercial: numa extremidade, um moderno centro comercial e um *flat* de alto padrão, e na outra extremidade, um empresarial e outro *flat* com operação hoteleira. Desses lugares, a Bacia do Pina e o Recife Antigo se descortinarão para os olhos dos visitantes, é um novo visual para o Recife. As áreas ainda contarão com restaurantes, lojas e auditórios e uma completa estrutura para receber grandes empresas, além de ampliar o número de leitos na cidade, como para consolidar o turismo e a abrir as portas para grandes eventos como a *Copa do Mundo* de 2014. Polo residencial: o polo residencial será composto de 10 torres, com imóveis de diversos perfis. Os edifícios foram projetados para se integrarem ao espaço verdes e às áreas públicas, de forma que o Recife do século XXI se integre ao Recife secular. Áreas públicas: um dos destaques do projeto está na infraestrutura oferecida à população, que vai ganhar novas áreas de circulação e lazer. Usando mais de 36 mil metros quadrados de área pública, que compreendem o Cais e a avenida, que serão ampliados para 71 mil metros quadrados, atendendo não só aos moradores do bairro, mas toda a cidade. Visando melhorar o trânsito no local, serão construídas novas vias de integração, hoje inexistentes, (...) além disso, serão abertas vias para futuras ligações com a Av. Sul e Dantas Barreto. Polo de Convivência: os bairros históricos ganharão amplo espaço de convivência, uma praça com área verde, com lindo projeto paisagístico para deixar o passeio ainda mais agradável. Dentro desse grande espaço público, quiosques e serviços também serão disponibilizados para a população, que poderá usufruir de bares, restaurantes e pontos de conveniência. Ao longo da Av. José Estelita, todos poderão passear ou se exercitar na pista de caminhada e ciclovia. Polo marítimo: já próximo ao Forte das Cinco Pontas, será construído um píer, para pequenas embarcações. (...) Polo Cultural: os armazéns próximos ao Forte serão preservados e transformados em centro cultural e de serviços para a população. E mais, o *Novo Recife* ainda estará integrado ao Shopping Riomar através de vias, que trarão mais mobilidade ao trânsito do Recife. Com tudo isso, o *Novo Recife* vai garantir diversos benefícios para a cidade e para o Estado, inclusive econômicos, com a injeção de capital e a valorização urbana da região: mais de 100 milhões em impostos e previdência, mais de 2 mil empregos fixos após o complexo ser entregue, 5 milhões por ano de IPTU, injeção de 1,2 milhões na economia do Estado e do município, 6 mil empregos diretos e indiretos, que serão criados durante a obras. E os números se refletem na vida das pessoas, ainda mais na vida dos moradores das regiões mais próximas, como o bairro de São José. A Av. Sul e a histórica Av. Imperial poderão ser urbanizadas com a chegada de novos moradores e diversos serviços. O complexo representará ainda um marco turístico para a cidade. Fontes luminosas serão implantadas na Bacia do

Pina. Uma obra de grande beleza (...) O sonho dos homens vai reinventar essa cidade (...) Esse é o *Novo Recife* (Apresentação do PNR)³⁹.



Quadro 4. Projeto Novo Recife

A fala do professo de arquitetura da Universidade Federal de Pernambuco, representante da sociedade civil, pode ser ilustrativa das divergências em relação à compreensão dos empreendedores do PNR daquilo que seja a vivência do espaço público e do desenvolvimento:

Gostaria de começar dizendo que eu como professor da Universidade Federal de Pernambuco tenho compromisso com a contemporaneidade, eu ensino os meus alunos a construir. Eu não tenho a intenção de impedir o progresso nem a transformação necessária da cidade. Mas isso deve se fazer, sobretudo segundo a ética. (...) Eu considero que a ética, que é aquilo que é bom para o cidadão e simultaneamente bom para a população, e não bom só para alguns, não só bom para os poucos (...) A cidade se transforma e nós que zelamos pela conservação estamos conscientes de que a transformação da cidade é inevitável. Então a nossa tarefa de conservação é uma tarefa de gestão da transformação (...) Então aquela é uma área específica (*aplausos*), é uma área especial para a qual nós devemos nos voltar e devemos garantir esse descortino não só, eu volto a dizer, para uma camada que tem acesso à compra daqueles imóveis, mas para a população da cidade como um todo. Então o descortino e o acesso daquela área para a população como um todo. A paisagem está em toda parte, a paisagem não é só uma imagem visual, a paisagem é algo que é feito pela participação, pela atitude, pelas crenças, pelas práticas sociais, pelo dia a dia dos cidadãos. Então aquela área não pode ficar restrita ao uso ou ao usufruto de uma pequena parcela da população. (...): a verticalização, vejam bem, é uma abstração aritmética que garante ao proprietário do terreno poder vender tantas vezes quantas forem possíveis a mesma superfície de área. Não passa disso (*aplausos*). Então a lógica de realização do capital é essa: vender tantas vezes quantas forem possíveis. A lei permite e nós temos as cidades que nós temos construídas, amparadas, e à luz dessa lei. É essa cidade que nós queremos? (...). Então eu diria o seguinte, a lógica de verticalização é uma lógica segregadora. Ela segrega as pessoas nos condomínios verticais (*aplausos*), ela elimina e comprime completamente qualquer capacidade de circulação, de mobilidade ou de acesso direto às mais banais necessidades. (...). E eu lembro a vocês que os melhores guardiões das ruas são os moradores (*aplausos*), quando eles podem circular nessas ruas, quando eles vão ao comércio que está na próxima esquina, quando eles conseguem num raio de 500m levar a criança

³⁹ Link para o vídeo no Youtube: <http://www.youtube.com/watch?v=3IkIRWKm9Sw>

na escola à pé. Então o poder público tem que zelar por uma localização geográfica e por uma distribuição equitativa das escolas no território urbano e isso me parece que não é feito (BLOG - DIREITOS URBANOS/RECIFE⁴⁰).

Na fala do professor, fica evidente a compreensão da inevitabilidade do desenvolvimento da cidade, mas para ele, de um ponto de vista ético, esse deve alcançar toda a população e oferecer não apenas a alguns a possibilidade do usufruto. Salienta, também, que se deve estar atento à lógica de operação das empresas de construção civil, do capital, as quais buscam, à luz da lei, apenas maximizar seus lucros e beneficiar especificamente uma parcela da população. A lógica arquitetônica segregadora do projeto também é questionada, tendo em vista que ela quebra com uma perspectiva integradora por não privilegia a circulação e a mobilidade das pessoas. Ele questiona ainda qual é a cidade que a população deseja e o papel do poder público em zelar por interesses coletivos, quando da avaliação e aprovação de projetos desse porte para a cidade, que trazem implicações diretas a vivência dos espaços públicos.

A fala da promotora do Meio Ambiente Belize Câmara também tenciona os sentidos do *desenvolvimento* e da forma de *gestão*, expressos no discurso das construtoras que elaboram o projeto:

A lei hoje prevê a gestão compartilhada do planejamento urbano da cidade, então todos nós podemos interferir nos destinos da cidade (aplausos). (...) que espécie de empreendimento é compatível com aquela área? Qual o empreendimento que a sociedade deseja naquela área? Porque como eu falei a propriedade não é direito absoluto de ninguém não. Quais os impactos que a edificação trará à cidade? Quais os contornos legais desse empreendimento? (...) A gente não pode ficar só em opiniões subjetivas e aí cada um tem a sua. Os interesses são diversos, tem interesse financeiro, tem interesse da sociedade, enfim, que se contrapõem a todo momento. (...) o Estatuto da Cidade tem um novo contorno e previu a gestão compartilhada dos projetos urbanos e a própria constituição prevê a função social da propriedade. É importante ressaltar aqui que a propriedade não é direito absoluto e ilimitado porque (aplausos) eu já ouvi opiniões “Ah, comprou o terreno então faz o que quiser!”. Nada disso, a propriedade está condicionada à função social, ou seja, a gestão democrática e compartilhada com a sociedade e à fruição num terreno como esse, por exemplo, que é muito nobre, à fruição de toda a coletividade. (...) E eu acho que é assim, a gente escuta em todo canto, é unânime que tá todo mundo farto desse crescimento vertical da cidade (aplausos). Eu ratifico completamente a fala do professor Tomás: ninguém aguenta mais as altas temperaturas, a obstrução da visão... (...). Aqui eu não to sendo contra o crescimento e o desenvolvimento da cidade não, mas que cresça de forma horizontal também, que se alastre pra outros bairros, que ninguém aguenta mais aqueles espigões e a cidade não tenha infraestrutura pra isso, sobrecarrega o sistema de esgotamento

⁴⁰ <http://direitosurbanos.wordpress.com/2012/03/28/fala-do-prof-tomaz-lapa-na-audiencia-publica-sobre-o-nr/>

sanitário, o trânsito e faz a cidade ser menos democrática mesmo porque todo mundo tem que pegar o seu carro. Então eu aproveito a oportunidade pra dizer que esse projeto é uma semente pra a gente repensar o modelo imobiliário que está sendo implantado na cidade do Recife (aplausos). Eu gostaria também por fim, de ler um trecho do cidadão Leonardo Cisneiros que circulou nas redes sociais. Eu acho que o promotor moderno não pode prescindir das redes sociais porque senão ele fica sozinho, encastelado no seu gabinete, na sua sala. Então eu preciso, e o Ministério Público precisa... E gostaria de ler porque eu acho que esse texto exprime o sentimento de todo cidadão recifense que não tem interesse financeiro ou direto na verticalização da cidade: “O modelo de negócio da indústria da construção civil em Recife e o modelo de desenvolvimento da prefeitura e do governo do estado são pouquíssimos sustentáveis e se assemelham à lógica do extrativismo mais bruto: obter o máximo de lucro de cada área edificada sem planejamento a longo prazo. Isso fará com que a longo prazo a indústria seja vítima dela mesma quando a atratividade da habitação na área urbana da cidade for diminuída pelo excesso de verticalização e seus problemas. Diversos projetos alternativos poderiam promover a revitalização daquela área, poderiam dar bastante lucro às empreiteiras sem tanto impacto na identidade visual da cidade e na infraestrutura local, porém não foram cogitados e menos ainda discutidos publicamente. A única alternativa apresentada foi a da máxima ocupação tecnicamente viável e o discurso que os interessados pelo projeto colocam nos jornais é uma falsa dicotomia entre ser a favor dessa única proposta ou ser inimigo do progresso”. A gente não tá, acredito, nem de um lado nem do outro. A gente quer sim desenvolvimento, a gente quer ocupação, mas uma ocupação sustentável que seja usufruída por toda sociedade. Essa é a posição do Ministério Público e farei todos os esforços necessários e tudo o que tiver ao meu alcance pra defender essa posição (BLOG - DIREITOS URBANOS/RECIFE⁴¹).

O discurso proferido por Belize Câmara, promotora do Meio Ambiente, alerta, em primeiro lugar, para a necessária atenção que deve ser dada às questões legais que envolvem o projeto. Em seguida, enfatiza que diferentes interesses estão envolvidos no crescimento e desenvolvimento da cidade, e que isso deve ser levado em consideração. Na visão da representante do Ministério Público, a participação da população no processo de decisão sobre a destinação do uso da área é fundamental, tendo em vista que a legislação prevê a função social da propriedade. A gestão democrática, segundo ela, é um princípio que deve ser observado e respeitado. No que se refere à compreensão do desenvolvimento da cidade, a verticalização se torna representativa de um modelo imobiliário implantado em Recife, de crescimento e transformação que leva a cidade a se tornar menos sustentável e democrática. Belize chama a atenção para a forma como o modelo de desenvolvimento das empresas do setor imobiliário, de busca do lucro máximo em curto prazo, se aproxima dos da prefeitura e do Governo do Estado, os quais não se pautam na sustentabilidade, nem no planejamento de

⁴¹ <http://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/01/transcricao-da-fala-de-belize-camara-audiencia-novo-recife/>

longo prazo. Ela reafirma que modelos alternativos de projetos não foram apresentados para uma ampla discussão da sociedade e que a participação da população se faz necessária, a fim de se definir a cidade em que se quer viver.

As falas da promotora Belize Câmara e do professor da UFPE Tomás Lapa foram, então, bastante representativas do confronto inicial entre os sentidos que devem ser atribuídos principalmente ao *desenvolvimento* e à *gestão eficiente*, tendo em vista a necessidade de se articular os elementos da sustentabilidade, da ética, do planejamento em longo prazo, da participação e gestão democrática, da importância dos espaços públicos para a cidade e da fruição coletiva da propriedade. À ideia de desenvolvimento, articula-se a perspectiva da sustentabilidade, do comprometimento com a memória e identidade, e, sobretudo, de valorização do espaço público, coletivo. E à ideia de *gestão eficiente*, articula-se a noção de participação e gestão democrática e a garantia de direitos. Nesse momento da audiência, fica patente a busca por uma cidade mais democrática, na qual o desenvolvimento signifique uma forma mais coletiva de vivenciar os espaços da cidade, oposta a apropriação cada vez mais privada e excludente que rege a lógica do desenvolvimento apresentada pelo capital imobiliário.

Dessa forma, o PL 130 e o PNR foram antagonismos a partir dos quais é possível pensar a emergência de identidades relacionais. Surge, assim, o grupo “Direitos Urbanos/Recife” do *Facebook* em torno do ponto nodal *direitos urbanos*, o qual tenta redefinir o *desenvolvimento* e a *gestão eficiente* e a eles articular uma série de outros elementos. Foi a partir dos intensos debates nas redes sociais da internet e na audiência pública que se passou a desafiar a transparência do discurso estabelecido. O surgimento do grupo “Direitos Urbanos/Recife” do *Facebook* demonstrou a necessidade de dar continuidade às práticas de discussão e ação, a fim de construir permanentemente o sentido do ponto nodal *direitos urbanos*, e assim, da própria identidade do grupo. As conquistas alcançadas com a retirada do PL 130 da segunda etapa de votação na Câmara Municipal do Recife, a percepção do potencial de pressão que se poderia exercer a partir das redes sociais e desse espaço como fundamental para o estabelecimento de discussões, trocas de visão e compartilhamento de conteúdos, fez com que os envolvidos nessas ações passassem a valorizar o espaço virtual, muito embora reconhecessem a importância fundamental dos espaços de pressão e participação formal na conquista dos objetivos pretendidos.

A partir da audiência ocorrida e do surgimento do grupo no *Facebook* o antagonismo em relação ao PNR foi permanentemente elaborado e a partir dele foi possível observar a

articulação da identidade do grupo “Direitos Urbanos/Recife” do *Facebook* e a dos adversários que se fazem representar pelo Projeto. O grupo no *Facebook* tornou-se, então, um espaço permanente de discussão sobre o PNR e também para a apresentação de queixas, denúncias, compartilhamento de experiências de projetos de gestão urbana em outras cidades no Brasil e no mundo. Temas como meio ambiente, urbanismo, formas de participação e ativismos eram recorrentes e nas primeiras semanas de funcionamento o grupo alcançou cerca de dois mil membros. Foi também a partir das discussões no grupo que surgiu a ideia de realizar uma ocupação no Cais José Estelita, local onde estava prevista a construção. O modelo de ocupação dos espaços públicos surgiu como pauta, a exemplo de um conjunto de mobilizações e ocupações desses espaços como forma de dar visibilidade as questões propostas, que ocorriam em outros lugares do mundo. Todavia, reconhecia-se que no caso da ocupação do Cais José Estelita as questões colocadas para o debate tinham um caráter local, e que não seguiam o modelo de ocupação permanente como nos demais casos ocorridos no mundo.

Debates ocorreram principalmente no grupo “Direitos Urbanos/Recife” do *Facebook* e fora dele, em reuniões face-a-face, a fim de organizar as atividades que ocorreriam, de mobilizar apoio de artistas (cineastas, fotógrafos, produtores, artistas plásticos, designers, curadores, músicos, DJ e bailarinos), de divulgar a manifestação e de delimitar cada vez mais o posicionamento do grupo em relação ao PNR. Foi então criado no *Facebook*, a partir das ferramentas por ele disponibilizadas, um *evento público* para convidar os membros da rede social para participar da ação. O convite para o *evento*, que foi chamado de “#OcupeEstelita”, espalhou-se através do potencial em rede virtual e também foi divulgado pelos jornais e *blogs* de destaque na cidade (Jornal do Comércio, Diário de Pernambuco, Bruno Maia, Blog do Jamildo e Observatório do Recife).

A organização do #ocupeestelita está acontecendo de forma descentralizada, difusa. Os debates sobre este e outros projetos já estavam acontecendo em alguns grupos na internet e em eventos na cidade como as audiências públicas. Num desses grupos surgiu a ideia da ocupação e rapidamente grupos menores foram se organizando e assumindo tarefas específicas, ao passo que as ideias iam sendo discutidas coletivamente com as ferramentas disponíveis. Como alguém comentou num desses grupos, é muito poderoso uma pessoa se sentir representada pela outra, não porque burocraticamente votou nela num sistema de cotas, mas porque amadureceram juntos, apesar das diferenças, pensamentos e sentimentos em relação à sociedade que compartilham, nesse caso, materializada na cidade. A organização está acontecendo principalmente através do grupo, e do evento “[Ocupação & manifesto/cais José Estelita](#)” no *Facebook*. A discussão pela internet acontece

principalmente no grupo “[Direitos Urbanos /Recife](#)”, mas também em outros, como por exemplo: “[Salve o Cais José Estelita](#)” e o “[Contra o Projeto Novo Recife](#)” (BLOG - DIREITOS URBANOS/RECIFE⁴²).

No *blog* “Direitos Urbanos”, criado para sistematizar as discussões do grupo, foram colocadas todas as informações sobre a ocupação, os motivos que a orientavam e o posicionamento em relação ao PNR.

#ocupeestelita: manifestação em prol do Cais José Estelita, ameaçado pelo projeto intitulado ‘novo recife’ do consórcio formado pelas construtoras Moura Dubeux, Queiroz Galvão, GL empreendimentos e Ara Empreendimentos que compraram o terreno da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) em leilão no ano de 2008. O projeto está em fase de análise na Prefeitura do Recife, onde não se vê posicionamento firme. Qualquer intervenção na área foi suspensa por determinação do Ministério Público enquanto os órgãos de preservação responsáveis (Iphan e Fundarpe) não se manifestarem oficialmente e, caso essas instâncias sejam ultrapassadas, serão exigidos tanto pelo Ministério Público quanto pela população os Relatórios de Impacto Ambiental e de Vizinhança no processo de licenciamento, que ainda pode impedir a obra. O gabarito violentamente desproporcional à massa edificada do bairro de São José e incompatível com a paisagem de um Recife horizontal, que se deu avançando metro a metro sobre as águas; o excessivo adensamento e suas consequências; o exclusivismo em relação ao setor social a que se destina o programa do empreendimento e o abrupto corte social que ele provoca no bairro, assim como a eleição de uma frente para o projeto na direção do piná e de boa viagem, tratando o bairro como os fundos são alguns elementos concretos que apontamos, dentro da indignação que o Novo Recife nos provoca de uma forma mais ampla, porque agride profundamente nossa ideia de cidade. A proposta do #ocupeestelita é chamar a atenção para a área e principalmente reforçar que existem muitas possibilidades de ativá-la; que a proposta da Moura Dubeux e Queiroz Galvão não é a única maneira de integrá-la à cidade, ao contrário, é uma das piores, justamente porque a conecta com uma face da cidade que não reflete sua diversidade, que não enfrenta seus problemas e que não respeita sua identidade e sua história. o repúdio começa pelo nome: novo recife. pela recusa em aceitar como nova a repetição de uma lógica predatória extrativista diante da cidade, ao invés de se aproveitar uma oportunidade como esta de inventar uma nova cidade, dentro e a partir da cidade que já somos. por isso, o #ocupeestelita, tem recebido uma adesão tão grande e de grupos tão diversificados, tanto no meio virtual onde sua organização está concentrada, quanto no espaço concreto da cidade. vale lembrar que não é uma ocupação como a que aconteceu em nova york e reverberou em tantos outros lugares. primeiro porque ela tem uma duração determinada, é um evento de um dia (das 9h às 16h do domingo 15.04.12) e segundo porque, embora absolutamente conectada com uma discussão mais ampla sobre os rumos da cidade, aqui temos um direcionamento muito claro da manifestação, contra o projeto previsto pelas construtoras, contra a convivência do poder público com ele e a

⁴² <http://direitosurbanos.wordpress.com/ocupeestelita-0/ocupeestelita/>

favor de um uso mais responsável e democrático dessa propriedade, ainda que privada (BLOG - DIREITOS URBANOS/RECIFE⁴³).

Percebe-se na definição do #OcupeEstelita a manutenção do antagonismo em relação ao PNR e a localização das empresas do setor de construção civil (Moura Dubeux, Queiroz Galvão, GL empreendimentos e Ara Empreendimentos) e poder público conivente com o Projeto, como os adversários, a partir dos quais a identidade do grupo se articula. Afirma-se que a ideia de cidade e o ideal do novo divergem daquilo que o grupo acredita. Há uma denúncia, junto ao Ministério Público, da necessidade de realização dos estudos de Impacto Ambiental e de Vizinhança, uma vez que, percebe-se que o Projeto terá grande impacto na paisagem da cidade, com adensamento da área e as consequências dele decorrentes. Chama-se ainda mais a atenção para o exclusivismo do setor social ao qual o Projeto se destina e o corte social que será provocado no bairro. Ao apontar essas questões, o grupo se opõe à lógica do setor da construção civil, que é exploratória e segregadora, e nega o papel do poder público em relação a aprovação de projetos dessa natureza, uma vez que entende que esse deve estar comprometido com o uso responsável e democrático da propriedade, mesmo que essa seja privada. Os *direitos urbanos* como ponto nodal, trazem, assim, a articulação de elementos como fruição coletiva dos espaços públicos, manutenção dos princípios legais que asseguram o equilíbrio do meio ambiente urbano, o comprometimento do poder público com os interesses da coletividade e com o desenvolvimento de uma nova cidade, mas não guiada pelos princípios dos interesses econômicos.

Sendo assim, as atividades previstas para o #OcupeEstelita, ainda que não plenamente fechadas, era norteadas pela ideia de proporcionar aos participantes uma vivência compartilhada dos espaços públicos da cidade.

É um encontro festivo, mas não ameno. A indignação com o projeto previsto para a área é muito grande e é esse sentimento que alimenta a ocupação. A programação é aberta, não completamente previsível. Inclui a princípio música, grafiteagem, circuito de bicicleta ao longo de todo o perímetro do terreno, performances, piqueniques, passeios e também um espaço para discussão sobre a cidade, com informações sobre o projeto reunidas (BLOG - DIREITOS URBANOS/RECIFE⁴⁴).

⁴³ <http://direitosurbanos.wordpress.com/ocupeestelita-0/ocupeestelita/>

⁴⁴ <http://direitosurbanos.wordpress.com/ocupeestelita-0/ocupeestelita/>



(Quadro 5)



(Quadro 6)



(Quadro 7)



(Quadro 8)



(Quadro 9)



(Quadro 10)

Quadro 5.e Quadro 6. Cartazes de divulgação do #OcupeEstelita pelo Facebook. Quadro 7. Foto do #OcupeEstelita. Quadro 8. Frase que nega o Projeto Novo Recife. Quadro 9. Crítica ao Projeto Novo Recife representado no cartaz pela Moura Dubeux. Quadro 10. Crítica à postura da Prefeitura da Cidade do Recife diante do Projeto Novo Recife.

No dia 15 de abril de 2012 ocorreu, então o #OcupeEstelita. Segundo os participantes, em relatos de entrevistas, a ocupação teve a presença de um pouco mais de mil pessoas. Ocorreram piqueniques, grafiteagem, oficinas e apresentações artísticas, música, rodas de debates, bicicletada, barqueata, dentre outras atividades. A ocupação foi registrada pelos participantes através de fotografias, vídeos e divulgação em tempo real *on-line*, através da página da ocupação na rede social *Twitter*. Muito conteúdo foi, então, compartilhado nas redes sociais, principalmente através do *Facebook*, mas não só, também no *blog* de fotos o *Flickr*⁴⁵, no *blog* do próprio “Direitos Urbanos/Recife” e nos perfis pessoais dos usuários das redes sociais. Após o ocorrido foram divulgadas matérias nos principais jornais, *blogs* e sites de notícias de repercussão local (*Blog* do Jamildo, Portal NE 10, Portal G1, Jornal do Comércio) e na TV local (Rede Globo Nordeste e TV Jornal).

Alguns relatos sobre a ocupação foram feitos e divulgados através de *blogs* de pessoas que estiveram na ocupação e outras que a acompanharam pelas redes sociais *on-line*. Ivan Moraes Filho, apresentador do programa “Pé na Rua” da TV Universitária, fez um relato sobre sua participação no #OcupeEstelita, o qual foi publicado no *blog* do “Direitos Urbanos/Recife”:

Acordei, papei um prato de cuscuz com ovo e fui mimbora curtir um domingo diferente. Mochila nas costas, parti para o Cais José Estelita, centro do Recife, beira da maré. Não estava sozinho. Ao longo desse domingo, centenas de pessoas seguiram o mesmo caminho. Da minha própria cabeça, vou dizer que mais de mil passaram por lá. Alguns traziam faixas. Outros pintavam ou colavam seus cartazes nas paredes dos velhos armazéns, abandonados há décadas numa das áreas (que deveriam ser) mais privilegiadas da cidade. Uma turma pediu eletricidade ao vizinho e ligou o som. Cardumes de bicicletas ocupavam o lugar. Famílias faziam piqueniques e separavam o lixo orgânico do material reciclável. Bom humor, risada, brincadeiras, papo sério. O “mote” da festa (agora vou chamar de festa) é a indignação do pessoal por conta do projeto Novo Recife, que – entre outras coisas – pretende subir 14 torres de 40 andares na beira do rio. Quem entende faz a lista da bronca: problemas de ventilação, saneamento e trânsito devem ser o efeito colateral do projeto, caso saia como o consórcio imobiliário deseja. O grupo que compareceu ao cais hoje foi significativo e fez ver que existe muita gente que acha importante uma discussão maior sobre o direito à cidade e sobre a forma com que se constrói ou se deixa de construir por aqui. Mas, enfim. A chamada ao protesto (agora eu vou chamar de protesto) aconteceu pelas redes sociais. Feicebuqueanos e tuiteiras meteram o dedo pra cima e convidaram todo mundo a botar a boca no trombone. Quem sabe desenhar fez cartazes bacanas. Compartilhou-se, curtiu-se aos montes. Os chamados “ativistas de sofá” perceberam que precisavam também mostrar a cara e fazer-se ver além da twitcam. Circulando, vi muita gente acostumada a lutar por direitos. Estudantes, ciclistas organizados, militantes cineclubistas, a galera dos direitos humanos,

⁴⁵ <http://www.flickr.com/people/direitosurbanos/>

do direito à comunicação, à cultura. Boné do MST e bandeiras de um par de movimentos sociais. Mas também vi muita (muita mesmo) gente nova em vários sentidos. Certamente foi a estreia de uma galera no mundo das reivindicações. Reunidos, os manifestantes formavam um caldeirão inusitadamente singular. Pouca estrutura formal, descentralização total, recursos mobilizados a partir de caixinhas de papelão em que qualquer um podia contribuir para ressarcir quem gastou pra levar tintas, faixas e outros materiais. Uma manifestação feliz, num dia feliz. Sim, é verdade que a área está abandonada há muitos anos. Também é verdade que a indignação só foi engatilhada depois que o projeto das torres ‘vazou’ para a população. Não é mentira que muita gente que apareceu hoje no José Estelita conheceu o cais nessa linda manhã de domingo. E daí? A grande graça de hoje foi ver pessoas na rua, dividindo esforços e conversas. Pessoas que, de uma forma ou de outra, percebem a necessidade de construir algo novo (eita) em termos de política na cidade. Pouco me importa se ainda tem gente se empoderando das discussões. Estou nem aí para quem vier me dizer que é improvável a interrupção do Projeto Novo Recife, que o terreno está comprado, que a prefeitura vai conceder todas as licenças, etc. Certamente a movimentação da galera vai aumentar o poder de barganha de possíveis gestores públicos interessados em aumentar as chamadas ‘contrapartidas sociais’ do empreendimento, mas nem é isso que eu estou aqui comemorando. Cada pessoa que, em qualquer momento do domingo, passou pela manifestação, já gastou muita saliva em mesa de bar reclamando de um monte de coisa. Já escreveu nas redes sociais que alguma coisa tem que mudar, que pode ser feito diferente. E agora percebeu que dá pra – pelo menos – tentar interferir. Já pensou se isso vira moda? Tendência, como se diz hoje em dia? Já pensou se a galera percebe que pode ser um programa legal dar uma chegada no Cais uma vez por semana pra curtir umas intervenções artísticas e reverberar suas demandas sociais? Saúde, educação, comunicação, meio ambiente. Causas não faltam. Já pensou se os movimentos populares começam a chegar junto? Os meninos do Coque, a galera da Bomba do Hemetério, as rádios comunitárias, a turma do grafite do Totó, os pescadores da Ilha de Deus com suas redes e barcos altamente politizados? Pensou não? Ainda dá tempo. Quer saber mais sobre o projeto Novo Recife? (BLOG - DIREITOS URBANOS/RECIFE⁴⁶).

Também foi compartilhado no *blog* do “Diretos Urbanos/Recife” o relato do cantor pernambucano China, que embora morando em São Paulo, acompanhou as atividades do #OcupeEstelita pelas redes sociais da internet:

Nesse domingo acompanhei pela internet a #ocupeestelita, que aconteceu no Recife e mobilizou pessoas que são contra a construção de imensos prédios na área do Cais e, literalmente, ocuparam o espaço numa manifestação pacífica e cheia de graça. Resumindo, o papo é esse... mas não escrevo este texto para discutir quem está certo ou errado. Quero falar da sensação que experimentei no dia de ontem. Abro a página do *Instagram* e começo a olhar as fotos que as pessoas publicavam dos seus telefones durante a #ocupeestelita. Quanta alegria, quanta cor! Crianças, piscininha de borracha, pinturas, bicicletas, barcos, música e aquele astral maior do mundo. Passo para o Twitter e leio vários comentários assinados com a *hashtag* que já usei duas vezes nessa conversa. Deságio no Facebook e compartilho com o resto do

⁴⁶ <http://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/16/um-belo-dia-de-domingo/>

mundo a quantidade de informações geradas pela ocupação. Fiquei lembrando das vezes em que passei pelo cais José Estelita e tive vontade de parar ali para sentir o vento no rosto, para pensar na vida, mas nunca tive coragem porque o lugar era completamente abandonado e sem policiamento. De que adianta ter a paisagem se eu não posso fazer parte dela? Mesmo acompanhando a ocupação pela internet e muito distante, eu me senti lá. Senti o vento no rosto, ouvi (li) as conversas dos amigos, e tive vontade de lutar pela minha cidade... igualzinho a meninada que estava no cais. Um dia inteiro curtindo aquele visual, com várias intervenções artísticas acontecendo e na maior segurança do mundo, que não era a da polícia, mas dos próprios cidadãos que cuidavam uns dos outros e da cidade. Foi uma forma bonita de dizer: Recife, olha como eu te amo e me preocupo contigo e com você. Não vi partidos políticos nem jogos de poder, a única armação que existia era a dos tecidos que as equilibristas subiam e desciam na mais perfeita harmonia. As calçadas dos galpões cheias de gente, piquenique, arte e diversão. E não era uma manifestação restrita aos moradores do Recife. Nas fotos eu reconheci amigos de Olinda, Jaboatão... tinha gente até de Caruaru pintando camisas e fazendo a sua parte. Todos ganharam com a ocupação, ou melhor, nem todos... mas, pelo menos dessa vez no Recife a maioria se deu bem. O cais José Estelita foi de todos nesse domingo e deveria continuar sendo (BLOG - DIREITOS URBANOS/RECIFE⁴⁷).

Os dois relatos mostram como ocorreram as atividades no dia da ocupação, vista tanto por quem esteve presente pessoalmente, e por quem acompanhou em tempo real pelas redes sociais. Em ambos os relatos, destaca-se o caráter festivo e pacífico, mas também político, da ocupação do espaço. É dada relevância a experiência de compartilhar o espaço público coletivamente, através de atividades artísticas e de lazer, mescladas a discussões sobre o direito à cidade e sobre a necessidade de construir algo novo em termos de política para a cidade. Ao PRN, alvo da crítica realizada pelos manifestantes, foi atribuído um conjunto de impactos negativos para a cidade, tais como: problemas de ventilação, saneamento e trânsito. Segundo os relatos, na ocupação foi possível vivenciar a cidade de maneira coletiva, compartilhando a sensação de seguranças proporcionada pela presença do conjunto das pessoas. Chamou-se também a atenção para o aspecto horizontal e descentralizado da manifestação, com pouca estrutura formal e recursos financeiros mobilizados a partir de doações voluntárias. Também foi possível registrar a relevância dada à presença de pessoas ligadas a diversos movimentos culturais e políticos, mas também de uma grande quantidade de jovens que se iniciavam no mundo das reivindicações. A relação entre a dimensão *on-line* e o protesto de ocupação dos espaços urbanos também foi destacada. Ao mesmo tempo em que se poderia acompanhar o protesto pelas redes sociais, se apresentou como fundamental a

⁴⁷ <http://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/16/uma-ocupacao-horizontal/>

participação dos chamados “ativistas de sofá”, ou seja, aqueles que reivindicam pelas redes sociais da internet, nos espaços concretos de interação, a fim de dar visibilidade à causa.

Após o #OcupeEstelita o grupo “Direitos Urbanos/Recife” do *Facebook*, que foi o espaço onde mais se centralizou a organização da atividade, ficou conhecido como o grupo do movimento #OcupeEstelita. Isso demonstrou o caráter central da luta contra o PNR, que foi iniciado nas redes sociais, culminou na audiência pública e gerou o movimento de ocupação. Foi também a partir desse momento de maior visibilidade que o movimento começou as primeiras críticas e a partir dessas, passou articular os elementos em torno do ponto nodal *direitos urbanos* a fim de apresentar a cidade em que se deseja viver, ou seja, a colocar no horizonte político um projeto de cidade.

Dentre as críticas sofridas, que foram feitas por *blogs* e jornais locais, as principais delas foram a de que o movimento era contra o progresso e o desenvolvimento econômico, ainda mais que esse chegasse a uma área abandonada e sem uso e tivesse o potencial de gerar diversos empregos e gerar tributos a serem arrecadados pelo poder público. Também que não era proposto um projeto alternativo para o lugar e que não se reconheciam as contrapartidas sociais oferecidas pelo PNR. Outra crítica refere-se à centralidade da militância feita pela internet. A partir dessas críticas, o grupo “Direitos Urbanos/Recife” do *Facebook* realizou, no mural de sua página na rede social, diversos debates sobre os pontos colocados, e elaborou um conjunto de respostas, que tinha por norte a ideia de que o PNR agredia profundamente a concepção de cidade tida pelo grupo.

O primeiro ponto retomado foi o da posição contrária ao PNR, mesmo estando a área abandonada e necessitada de um projeto de revitalização:

Em primeiro lugar, é preciso deixar claro que somos contra esse projeto e não a ideia de dar um novo destino para aquela área. Reconhecemos o seu potencial urbanístico e econômico e também a capacidade de um projeto naquele lugar impulsionar uma reurbanização de certas áreas do Centro. Mas, exatamente por reconhecer isso, acreditamos que o projeto apresentado pelo Consórcio Novo Recife desperdiça essa grande oportunidade. O projeto foi elaborado a partir de um ponto de vista puramente privado sem pensar por completo essa integração com o bairro e sem a devida preocupação com seus impactos ambientais, urbanísticos e sociais. Todas as contrapartidas oferecidas aparecem somente para cumprir formalmente as exigências legais de mitigações, mas não como parte de um planejamento que tivesse pensado o projeto desde o começo de acordo com princípios urbanísticos mais saudáveis e mesmo de acordo com o espírito do Estatuto das Cidades. E também é uma violação do Estatuto das Cidades ao ter ignorado o princípio da participação popular no planejamento urbano, pois até o momento

nenhuma audiência popular foi feito com poder efetivo de propor alterações no projeto (BLOG - DIREITOS URBANOS/RECIFE⁴⁸).

Re-vitalizar sugere que o lugar estava morto, não é? Mas o centro da cidade tem um bocado de vida! É verdade que existem áreas sub-utilizadas, degradadas, ao redor do futuro empreendimento, e também comunidades de baixa-renda, sem infra-estrutura, com pessoas vivendo em condições precárias. Porém isso deve ser resolvido com projetos que se integrem a essas áreas e aumentem a vitalidade do bairro para ocupadores de diversas classes sociais. O projeto apresentado, porém, só radicaliza em um único bairro as distorções na distribuição de renda que tomam Recife. A área ainda não vendida, dos trilhos da RFFSA, e a Avenida Sul, servirão como barreiras entre ricos e pobres. Além disso, se houver algum efeito “revitalizador” sobre essas áreas, ele pode tomar a forma de um efeito de gentrificação, isto é, de um enobrecimento da área que resulta na expulsão de uma população de baixa renda e numa transformação completa do perfil do bairro. Tem gente que vai achar isso positivo, sem pensar direito no que significa. Mas pense no impacto de uma mudança radical no perfil do uso e do consumo na área de comércio popular do Bairro de São José. Para onde iriam aquelas pessoas? O que aconteceria com as atividades que dependem daquele comércio? Essas mudanças têm efeito imprevisíveis (...)(BLOG - DIREITOS URBANOS/RECIFE⁴⁹).

Em relação ao progresso o grupo afirma:

Progresso é um conceito bastante subjetivo, valorativo. Para começar só podemos falar de progresso quando estabelecemos certos valores, certos objetivos desejáveis, em relação aos quais julgamos se algo é um avanço nesse caminho ou não. Então quando se fala que este projeto é um progresso, cabe perguntar: um progresso em relação a que valores, a que anseios, a que modelo de vida em cidade? As pessoas geralmente não refletem sobre isso e se apegam a imagens superficiais de progresso, como prédios espelhados e cada vez mais altos. Esse projeto é um exemplo gritante dessa concepção superficial e pouco cosmopolita de progresso. Arquitetonicamente é só mais do mesmo do que se faz nos empresariais de Recife e mal pode se comparar ao melhor da arquitetura contemporânea. E pensando a arquitetura em seu contexto maior, o projeto ainda tem a mediocridade de ser centrado nos terrenos e prédios isolados, sem pensar sua relação com a cidade. O discurso da preocupação urbanística existe, mas não é transformado em prática. Fora isso, já era tempo de termos aprendido como o mito do progresso foi danoso em diversos momentos da História, no mínimo por destruir a discussão através da polarização entre supostos progressistas e supostos regressistas. Basta voltar um pouco no tempo e refletir sobre o que teria acontecido se muitas idéias “progressistas” tivessem prevalecido por completo. Por exemplo, a energia nuclear foi vendida por muito tempo como a solução definitiva para a matriz energética (BLOG - DIREITOS URBANOS/RECIFE⁵⁰).

⁴⁸ <http://direitosurbanos.wordpress.com/faqs/faq-projeto-novo-recife/>

⁴⁹ <http://direitosurbanos.wordpress.com/faqs/faq-projeto-novo-recife/>

⁵⁰ <http://direitosurbanos.wordpress.com/faqs/faq-projeto-novo-recife/>

Sobre a compreensão do desenvolvimento econômico:

O desenvolvimento econômico não é um fim em si mesmo, mas um meio para permitir às pessoas uma vida melhor. Quanto se trata desenvolvimento somente a partir da variação do PIB a noção disso se perde e deixamos de ver não só se esse crescimento está sendo distribuído corretamente, mas sobretudo se ele está se convertendo numa melhora da vida das pessoas. Vender milhares de carros a mais e, junto com isso, aumentar a incidência de doenças respiratórias causadas pela poluição é uma idéia torta de progresso e desenvolvimento. Da mesma forma, a desculpa do desenvolvimento econômico não pode acobertar empreendimentos que causem mais discrepâncias sociais, expulsem comunidades e acabe por gerar mais miséria. E menos ainda pode servir para justificar um projeto que só atende diretamente uma parcela minúscula da população. Se é verdade que não tem como diminuir as desigualdades e melhorar a vida das pessoas sem aumento do PIB, investimentos, geração de empregos, não se segue daí que todo e qualquer investimento de grande porte vá diminuir as desigualdades e melhorar a vida das pessoas (BLOG - DIREITOS URBANOS/RECIFE⁵¹).

O grupo afirma que vários aspectos legais observados pelo PNR, não estavam necessariamente de acordo com os princípios que os norteiam. Também, e principalmente, o fato desse não levar em consideração a dimensão social da propriedade, prevista pela legislação brasileira, mesmo que essa seja privada.

É fácil cumprir a letra da lei sem atender ao seu espírito. O projeto cumpre uma cota legal de áreas públicas, ciclovias e abertura de vias que pode ser apresentada nas audiências e nos jornais como uma contribuição para a comunidade, mas que na prática só funcionarão como agregadores de valor aos empreendimentos. Por exemplo, no projeto viário proposto, só duas vias atravessam o terreno para conectar-se com as principais avenidas do bairro, enquanto que as demais servem de acesso aos prédios. Não há um projeto viário de integração real com o bairro e que permita o uso pela população dos equipamentos supostamente coletivos. Da mesma forma, a ciclovia não é integrada a uma rede de ciclovias da cidade, já que esta não existe, e serve somente como um lugar para exercícios físicos dos moradores do local e não como opção de transporte. Outro exemplo é que os parques e praças previstos estão dispostos na longitudinal do terreno, à frente dos prédios e terão mais o caráter de jardins dos prédios do que de uma verdadeira praça pública (BLOG - DIREITOS URBANOS/RECIFE⁵²).

Em primeiro lugar, existe uma discussão sobre a venda do terreno: tem gente que questiona se a venda do terreno se foi correta ou não, e se a União não devia ter pensado no interesse social antes de vendê-lo. Além disso, segundo a Constituição Federal, [a propriedade deve ter uma função social](http://direitosurbanos.wordpress.com/faqs/faq-projeto-novo-recife/), não é um direito absoluto. Não é porque você é dono de um aparelho de som ultra-potente que você pode usá-lo no último volume quando quiser. Qualquer pessoa entende que não se possa construir um arranha-céu junto da pista do

⁵¹ <http://direitosurbanos.wordpress.com/faqs/faq-projeto-novo-recife/>

⁵² <http://direitosurbanos.wordpress.com/faqs/faq-projeto-novo-recife/>

aeroporto. É imoral e ilegal deixar uma área de terra fértil sem cultivo quando há gente passando fome. Então, da mesma forma, aquela área é muito grande, central, perto de vias importantes, de forma que os projetos feitos ali podem afetar a cidade inteira e todo o desenvolvimento urbano do Centro. O seu uso não pode ser decidido tendo como critério somente o lucro privado das empresas envolvidas. E as exigências que o poder público tem que fazer não podem se resumir às mitigações menores que passam longe de sanar os problemas urbanísticos do projeto (BLOG - DIREITOS URBANOS/RECIFE⁵³).

Salientam também que é papel do poder público em garantir a função social da cidade e da propriedade urbana, com plena participação democrática e debates sobre as políticas e projetos que serão desenvolvidos na cidade.

Concordamos com o Estatuto da Cidade quando diz que é papel do poder público garantir o “pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana”, e a participação da população é fundamental nesse processo. A intensidade dos debates e o esforço das mobilizações contrárias ao “Novo Recife” são uma demonstração da existência de outras expectativas e desejos da sociedade projetados naquela área, e eles têm que ser considerados. Defendemos uma ocupação da área regida por critérios sociais, ambientais, paisagísticos, históricos e, sobretudo, públicos e democráticos (BLOG - DIREITOS URBANOS/RECIFE⁵⁴).

Por fim, justificaram o uso das redes sociais da internet:

Fazemos muito mais do que isso, e convidamos a conhecer melhor as nossas iniciativas... Participamos muito ativamente da [audiência pública realizada para debater o projeto Novo Recife](http://direitosurbanos.wordpress.com/faqs/faq-projeto-novo-recife/), e isso só foi possível depois do esforço para conhecer os mecanismos adequados e legítimos de intervenção no processo. Além disso, estamos organizando e divulgando outras formas de troca e mobilização, como [a Ocupação do Cais José Estelita](http://direitosurbanos.wordpress.com/faqs/faq-projeto-novo-recife/), e atuamos na discussão de outros projetos, como o dos Viadutos da Agamenon Magalhães. O uso das redes sociais serve para articular pessoas com interesses comuns. Enquanto conversamos, estabelecemos os pontos comuns nos quais acreditamos, para então atuar com coerência e clareza do que queremos (BLOG - DIREITOS URBANOS/RECIFE⁵⁵).

Os argumentos apresentados como resposta às críticas recebidas veem reforçar os elementos articulados em torno do ponto *direitos urbanos*, que são fundamentais para pensar a identidade política do grupo. Dentre eles, observa-se o reforço da ideia de vivenciar coletivamente os espaços da cidade, do caráter coletivo da propriedade, da importância da dimensão participativa e democrática na gestão da cidade. A partir da oposição aos PNR, o

⁵³ <http://direitosurbanos.wordpress.com/faqs/faq-projeto-novo-recife/>

⁵⁴ <http://direitosurbanos.wordpress.com/faqs/faq-projeto-novo-recife/>

⁵⁵ <http://direitosurbanos.wordpress.com/faqs/faq-projeto-novo-recife/>

grupo identifica aqueles que são os seus adversários, tendo em vista que a é com eles que a disputa de sentido se dá. O setor da construção civil, representado no caso do PNR principalmente pela empresa Moura Dubeux, e a Prefeitura da Cidade do Recife, uma vez que essa não observa e segue o ordenamento legal que prevê a funções sociais da cidade e da propriedade urbana, e a importância da participação da população na definição dos rumos da cidade.

5.2 A formação de rede de movimento social

Feitas as considerações sobre o processo de articulação da identidade política do grupo “Direitos Urbanos/Recife” do *Facebook*, a partir da compreensão dos antagonismos existentes e da formação de uma cadeia de equivalências em torno do ponto nodal *direitos urbanos*, passar-se-á à apresentação da discussão propriamente sobre a formação de redes de movimentos sociais a partir da internet e as possibilidades abertas por essa abordagem para compreender o caso do grupo estudado.

Como dito, a abordagem das redes ajuda a entender as mudanças na dinâmica dos processos de participação política, pois essas transcendem organizações empiricamente delimitadas e conectam de forma simbólica, solidária ou estratégica sujeitos individuais e atores coletivos, cujas identidades vão se constituindo em processo dialógico. Com o conceito de rede se torna possível, então, compreender como os sujeitos se transformam em atores políticos por meio dessas conexões, ou seja, como surgem as *redes de movimentos*. Mais especificamente, para pensar a emergência do grupo “Direitos Urbanos/Recife” no *Facebook*, no espaço das redes sociais da internet, se faz necessário apresentar as conexões estabelecidas entre os diversos sujeitos presentes nas redes virtuais, sejam eles, individuais ou coletivos, e como, a partir daí, se apresentam como uma identidade coletiva, articulada a partir de disputas de sentido e busca de formas de participação. No caso estudado, percebe-se ainda a necessidade de estabelecer uma relação entre o papel desempenhado pelas redes sociais virtuais, outros espaços de sociabilidade, como as ruas, os espaços formais de participação e os mecanismos legais de intervenção.

Ao acompanhar o grupo por nove meses, foi possível perceber, que o espaço virtual, que surge como novo elemento aglutinador de sociabilidade, compartilhamento informações e produção de conteúdos e organizador e mobilizador de ações em tempo real, se articulou com espaços de reivindicações como a rua, fonte de visibilidade, e os espaços de deliberação,

como as audiências públicas, e os de intervenção, como as vias legais. A partir das observações realizadas nos meses de pesquisa e das sugestões da abordagem teórica de Castells (2003), percebeu-se a necessidade de levar em consideração a inter-relação entre as dimensões *on-line* e *off-line* para entender como a rede de movimento é formada.

Desde antes do surgimento do grupo “Direitos Urbanos/Recife” no *Facebook*, ainda com o caso do PL 130 da vereadora Marília Arraes, pôde-se observar a importância dos espaços virtuais como arenas de participação e pressão política. A partir das discussões estabelecidas com a vereadora, mediante a apresentação de uma multiplicidade de opiniões e posicionamentos em seu perfil pessoal do *Facebook*, foi possível perceber um processo de deslocamento e complexificação da relação entre representantes e representados no espaço virtual. O que se viu foi um debate direto, em tempo real, com a apresentação de argumentos tanto dos diversos perfis da rede, como da vereadora. Por outro lado, foi com a publicação feita por um jornal de grande circulação da cidade, do caso de censura do debate feito por Marília Arraes em seu perfil pessoal, que o caso tomou maiores proporções e visibilidade, o que mostra que as mídias sociais não prescindem das mídias tradicionais para dar visibilidade a questões políticas.

Foi a partir dessa mobilização em prol da retiradas de um projeto de lei de votação, que um conjunto de perfis sociais da rede social *Facebook* se organizou e formou o grupo “Lei Seca Marília Arraes – Eu digo não!”. Com os debates permanentes e as trocas de opiniões nesse grupo foram elaborar as críticas e os pontos de vistas que fundamentaram a necessidade de retirada do PL 130. No entanto, a pressão não se restringiu ao espaço das redes virtuais. A partir da mobilização pelo grupo “Lei Seca Marília Arraes – Eu digo não!”, formou-se um grupo de pessoas que se reuniu em audiências com a vereadora para colocar os motivos das discordâncias. A retirada do PL 130 da segunda votação prevista foi entendida como uma vitória da pressão exercida pelas redes sociais da internet. Esse acontecimento colocou em evidência o papel de pressão, de organização e de mobilização do grupo “Lei Seca Marília Arraes – Eu digo não!”, que a partir do compartilhamento de informações e opiniões, conseguiu construir um posicionamento e abrir espaço para o debate mais amplo sobre questões relativas à cidade, sobre como vivenciar o espaço público e sobre a importância da participação democrática, também pelos meios virtuais, a fim de interferir nos processo de transformação da cidade e na gestão das políticas urbanas. A resolução do caso do PL 130, como se viu, não foi motivo para a desarticulação da rede formada, mas sim, o primeiro

momento, a partir do qual um conjunto maior de questões passou orientar a permanente mobilização do grupo.

O caso da emergência do grupo “Direitos Urbanos/Recife” no *Facebook* também pode ser exemplar da relação existente entre os espaços virtuais, de deliberação *on-line*, e os daqueles previstos pelo ordenamento democrático do Estado brasileiro, como as Audiências Públicas. Foi a partir da divulgação do PNR no grupo “Lei Seca Marília Arraes – Eu digo não!”, da busca de informações sobre este, tanto pela internet como no Ministério Público e na Prefeitura do Recife, do debate ocorrido no grupo *on-line* sobre a necessidade de intervir no processo e definir um posicionamento, que foi marcada a Audiência Pública sobre o PNR, para que este fosse discutido com toda a sociedade. Visto que o espaço de interação *on-line*, a partir de grupos de discussão em redes sociais da internet se colocou como exitoso na organização de argumentos via debates permanentes, compartilhamento de informações e construção coletiva de textos, de divulgação de atividades e ações, como no caso a audiência, foi criado o grupo “Direitos Urbanos/ Recife”, na rede social *Facebook*, para dar continuidade ao processo de debate, mobilização e construção de ações, tanto sobre o PNR, como sobre outras questões relativas à cidade do Recife.

A partir da observação das atividades do grupo, é possível destacar um pouco da dinâmica no espaço virtual e também em outros espaços (as ruas, as audiências e o usos de recursos legais) e perceber também como esses se articulam na formação do “Direitos Urbanos/Recife” como uma rede de movimento social. A preocupação em observar tanto a dimensão *on-line* como a *off-line* se coloca a partir do desafio de compreender como o grupo deu continuidade as suas mobilizações, organizou suas demandas, gerou um posicionamento em relação a compreensão de como viver a cidade e conseguiu realizar um conjunto amplo de atividades e ações políticas com resultados concretos, ao ponto de se colocar como um ator político reconhecido pelas suas atuações na cidade do Recife, tendo em vista que às redes sociais virtuais são geralmente atribuídas características como a efemeridade.

Nesse sentido, pode-se dizer que o grupo “Direitos Urbanos/Recife” do *Facebook*, muito embora tendo na ferramenta virtual seu principal espaço de articulação em rede de sujeitos individuais e coletivos, de compartilhamento de acontecimento na cidade, geradora de debates e de organização de ações, somadas ainda ao *blog* de mesmo nome que sistematiza as discussões geradas no grupo, não prescindiu de outros espaços de participação e mobilização para estabelecer as redes que o compõem.

No entanto, pode-se compreender a importância central dada ao grupo do *Facebook* para o estabelecimento das redes de relações que o compõem como ator coletivo. A partir do relato abaixo é também possível perceber que é atribuído ao grupo do *Facebook* a qualidade de articular uma diversidade de sujeitos em torno de um sentido de cidade (mais humana, justa e sustentável), com o objetivo de gerar debates permanente, o compartilhamento de ideias e a construção de ações que intervenham nos problemas da cidade. Além disso, a dimensão horizontal, aberta e flexível da rede é destacada, como algo que caracteriza a dinâmica e formato do grupo, a qual contribui para a forma específica de organização de suas mobilizações e ações. É por isso que, como um novo elemento, as redes sociais da internet se colocam como um espaço permanente de articulação de debates e construção coletiva de ações, que pode ser a todo o momento acessado, sem que haja necessidade de interrupção.

(...)o DU (Direitos Urbanos) já sinaliza para algumas mudanças importantes nas movimentações sociais e políticas em nosso estado. Se constituiu como um ponto de aglutinação importante para a complexa teia de preocupações de cidadãos e cidadãs sobre o cotidiano e o destino da cidade, independentemente de suas filiações partidárias, ideológicas, corporativas e políticas e de suas identidades sociopolíticas e base territorial. Ou seja, todo mundo pode caber no DU, inclusive quem não mora em Recife ou Pernambuco, mas que se preocupa com a construção humana, justa e sustentável das cidades. É uma plataforma de reflexão e debates permanentes que produz ideias, críticas e alternativas concretas aos principais problemas enfrentados pela cidade. Nesse campo, está se constituindo como um arquivo e uma base documental com textos e materiais audiovisuais diversos sobre os temas debatidos no grupo. Finalmente, é também uma plataforma de articulação e mobilização política, que se organiza de forma horizontal, aberta e flexível, para a realização de ações diretas de transformação da realidade, seja no plano jurídico-político, no plano das sociabilidades, da cultura política ou das mentalidades. Sendo assim, o DU pode ser entendido como um modo novo de ação política, ainda em fase inicial, mas que já apresenta alguns resultados concretos importantes, que revelam o seu potencial para uma transformação mais ampla e profunda em direção a uma cidade mais justa, igualitária, humana e sustentável – uma cidade voltada para o interesse público e para as pessoas e gerida de forma radicalmente democrática (BLOG - DIREITOS URBANOS/RECIFE⁵⁶).

Grupo para discutir não só os problemas da cidade do Recife, mas também ideias, propostas, novos rumos. A ideia é reunir pessoas interessadas em um Recife realmente para as pessoas (não só nos slogans), um Recife com vida. (Grupo “Direitos Urbanos/Recife” do *Facebook*⁵⁷).

⁵⁶ <http://direitosurbanos.wordpress.com/2013/03/11/direitos-urbanos-recife-o-que-ha-de-novo-aqui/>

⁵⁷ <https://www.facebook.com/groups/direitosurbanos/members/>

Na página social do grupo na rede social *Facebook* foi possível perceber um crescimento contínuo do número de membros. O grupo chegou a alcançar no fim de 2012 mais de sete mil participantes. Dentre esses, pode-se destacar a presença de inúmeros perfis pessoais e também de perfis coletivos, como associações, ONGs, movimentos sociais, grupos artísticos, entidades representativas, empresas etc. (Escambo Coletivo, Mídia Lunar, Pernambuco Sustentável, Produtor Culturalpe, DCE Unicape, Muda Direito, Coletivo Bagaceiro, DCP UFPE, Produção Tronco de Jurema, Via do Trabalho, Arricirco do Recife, CIC - Coletivo de Luta Comunitária, SOS Corpo, Leões do Norte, Coque Vivo, Coletivo Neolíticos, [Eacape Cidadania Africana](#), Associação dos Geógrafos Brasileiros - Sessão Recife, Grupo Contestação, Associação Jardim Brasil II, Marcha da Maconha Olinda, Revocultura, Amigos do Mangue, Insula Ilha dos Vícios, Banda Cabugá, Bongar Xambá, Banda Palafita, Varanda de Ouro, Casulo Plural, Folhetim Bicicletada, Tatuí Crítica de Arte, Fórum da Música, Dacs UFPE, Dare UFPE).

Dentre os diversos perfis presentes no grupo, é possível perceber, através da descrição do grupo feita na página do *blog* “Direitos Urbanos/Recife”, o destaque dado ao debate qualificado que é gerado a partir dos membros que compõem o grupo:

Vários projetos já mostraram a capacidade da internet para conectar pessoas e ideias e mobilizar a força de uma inteligência coletiva para construir soluções. Participam do grupo pessoas bastante qualificadas de diversas áreas, com diferentes graus de experiência no setor privado ou nos governos, pessoas que aliam o conhecimento técnico com preocupação ética e social. O grupo é um lugar de intensa interdisciplinaridade, um lugar onde arquitetos e engenheiros conversam com sociólogos e filósofos e operadores do Direito interagem com artistas plásticos e cineastas. A força do grupo está, portanto, nessas discussões, que rompem com as compartimentalizações nas quais o planejamento da cidade é forçado pela estrutura burocrática dos governos e nos dá a esperança de que dessa troca de ideias surjam boas soluções para os problemas da cidade (BLOG - DIREITOS URBANOS/RECIFE⁵⁸).

O grupo do *Facebook* é uma ferramenta aberta, mas possui um conjunto de administradores/moderadores, que, em sua maioria foram aqueles que criaram a página na rede social. São eles que, diante da presença de conflitos que levem a ofensas pessoais, ou da publicação de temas tidos como destoantes dos objetivos do grupo, intervém e chamam a atenção dos debatedores sobre quais são os objetivos que devem ser seguidos e, em casos extremos, apagam os *posts* que estão gerando brigas e ofensas. Um ponto que é importante

⁵⁸ <http://direitosurbanos.wordpress.com/2013/03/11/direitos-urbanos-recife-o-que-ha-de-novo-aqui/>

salientar se refere ao destaque que alguns membros do grupo possuem. Esse destaque se refere à constante visualização de *post* feitos e a presença ativa em diversas discussões.

Vale destacar que o grupo possui um número grande de membros, mas deu para perceber que os comentários no grupo são feitos por pessoas que se repetem ao longo dos dias. Não tenho como dizer que essas pessoas participam desde o início do grupo ou se essas pessoas são sazonais, participam ativamente por períodos de tempo a partir das questões colocadas, desaparecem, aparecem outras. Mas o fato é que as pessoas se repetem, tanto nas postagens, como nos comentários, o que me leva a pensar que elas representam um grupo ativo dentro de um grupo com uma grande assistência, ou audiência. A audiência também pode ser estendida para a rede como um todo, uma vez que o grupo é considerado “aberto”, ou seja, possível de ser visitado por quem não seja participante cadastrado, o que eu não sei é se as pessoas que não são cadastradas podem comentar, participar ativamente das discussões, curtir e sugerir publicações (diário de campo).

Com as observações feitas no grupo e a partir de relatos de entrevistas, ficou claro que alguns perfis se faziam mais presentes, tanto do ponto de vista das publicações que se tornavam mais relevantes, como na participação dos diversos debates. Como a ferramenta *Facebook* coloca em destaque aquilo que é mais relevante (*posts* mais curtidos e mais comentados), sempre que as visitas à página do grupo eram feitas, percebia-se a recorrência da presença de comentários e publicações de certos perfis. Quando as entrevistas foram realizadas, comentários salientaram o protagonismo de alguns participantes nas atividades do grupo, tanto *on-line*, como *off-line*, com o reconhecimento desses como pontos centrais na articulação da rede. Do ponto de vista teórico, a flexibilidade da rede permite que esta se componha de maneira horizontal, o que não implica em afirmar que alguns perfis não possam desempenhar o papel de nós dos fluxos de interação. No caso do grupo, pode-se perceber que aqueles tidos como pessoas de destaque, eram os que participavam mais ativamente dos debates e numa escala de tempo mais longa, durante os meses de pesquisa, aqueles que tinham conhecimento técnico sobre os assuntos tratados e também os que se protagonizavam atividades a ações *off-line*. Nas palavras dos entrevistados T. A., P. J. e L. A.:

Pois é, e outra coisa do DU é de ser horizontal, de ser livre. Eu vejo muito isso também na bicicletada, não existe líder, não existe uma estrutura formal, as pessoas que tão ali como organizadores ou como moderadores são tipo... tiveram que ser. Procurando assim mesmo eu não vejo quem queira moderar, eles preferem deixar... eles só moderam mesmo quando a situação ficou... Então o DU não existe como uma estrutura formal. Por exemplo, quando lá o L. outro dia pediu umas coisas na prefeitura, algumas coisas de informação na prefeitura e no Governo do Estado, foi a própria pessoa do L. que foi lá, não foi um diretor não. Eu acho que só uma vez que eu vi as pessoas se

juntando do DU pra ir lá. Então ele não tem essa estrutura, aí é difícil dizer: uma coisa que não tem uma definição, como uma organização, se articular com outras organizações. Tem aquela coisa da credibilidade. Tem vários pontos, né, tem aquelas pessoas que são mais atuantes e aquelas que têm mais credibilidade. Por exemplo, é um grupo que fala de maneira geral em urbanismo, então as pessoas que são arquitetas, urbanistas vão ter uma credibilidade diferente pra falar de urbanismo de quem não é. Portanto uma credibilidade totalmente diferente. E aí essas pessoas terminam que são bem que postam mais que são mais atuantes, de ir nos lugares, pedir, de chamar o pessoal pra organizar. Então essas pessoas vão terminar juntando... e que as pessoas começam a achar que eles são líder, mesmo que eles não se considerem como líder. As pessoas vão achar ‘- o cara é que encabeça o DU é o fulano de tal ou cicrano’, mas não é, é só uma questão de credibilidade mesmo, a moeda é a credibilidade (T. A.).

De como se constrói a legitimidade dos porta-vozes do grupo, por que por mais que a gente fale de horizontalidade e tal, você percebe que existe uma... protagonistas que aparecem pra exercer, em momentos específicos, digamos assim a figura da liderança que canaliza as ideias que tão sendo debatidas e construídas... (P. J.).

E quem é que se conhece mais? As pessoas que publicam mais no grupo, as pessoas que normalmente estão a frente das questões. Isso. Acaba se tornando uma liderança, né? Por mais que a gente diga: ah, não tem líder. Ontem a gente brincou com a história, todo mundo com a camisa, todo mundo vice-líder. Todo mundo é vice-líder aqui. Tem líder, pô. Né? Assim, formalmente a gente diz não tem, mas tem, tem e são os líderes... Referências. Não é líder no sentido... Não é líder de autoridade. Ninguém ali é autoridade, não tem hierarquia. Todo mundo é povo, todo mundo é cidadão, ninguém ali é autoridade, não tem hierarquia. Todo mundo é povo, todo mundo é cidadão, todo mundo quer o melhor pra cidade (L. A.).

Muito embora, possa-se falar da presença de certos nós no grupo, pode-se compreender que estes se dão mais pela constante presença nos debates *on-line*, no protagonismo das ações e na competência (técnica e experiência) para falar sobre certos temas. A flexibilidade da rede é sem dúvida uma das características que facilitam a organização mais horizontal, uma vez que aqueles que se dispõem a compartilhar e interagir mais acabam por tomar certo destaque dentro do grupo. Um dos entrevistados aponta um caráter ambíguo da flexibilidade. Por um lado, as redes podem se desfazer facilmente, dada a possibilidade de desinteresse dos perfis em interagir, mas por outro, também pode ser positivos, já que os perfis articulados podem estabelecer interações, se desconectarem e depois voltarem, sem que a permanência implique em uma obrigação daqueles que participam, como em estruturas formais, em que a comissão de gestão tem tempo de atuação precisa e papéis delimitados para desempenhar.

Eu nunca parei pra pensar nisso não, sobre o que que faz ele continuar moendo as coisas desse jeito. Assim, intuitivamente eu diria que são alguns fatores que eu observo assim que motivam a tá voltando, várias vezes nos altos e baixos, eu volto. Primeiro eu acho que tem essa flexibilidade, já motiva bastante. E é isso, eu não sei, não sei, não saberia dizer. Eu acho que tem... E é isso, a vitalidade dele também tá ligada a essa renovação constante, não são as mesmas pessoas sempre. Então não é... Funciona como rede mesmo, não é um grupo fechado é aberto. Isso gera uma série de dificuldades, mas gera essa qualidade (P. J.).

Então, eu assumo responsabilidades que eu acho que dá pra eu dar conta e em função disso as coisas acontecem ou não. Quando acontece tudo bem. Isso dá uma vitalidade pessoas que aparecem, somem, reaparecem atc, etc, que faz com que ele seja o que é, eu acho. E aí pessoas que... Aí tem isso, isso gera tensão também, por que tem gente que investi muito e isso gera um tipo de cobrança, mas até essa cobrança eu acho mais salutar, entendeu?, que é por meio de uma legitimidade construída e não de uma legitimidade forjada pela formalidade, é o lugar que você ocupa. Não, eu fiz tanto então eu gostaria de ver você fazendo tanto. Acho que até isso é mais salutar e mais... Esse tipo de constrangimento ele é mais saudável que o de uma suposta formalidade gerada em torno de um cargo ou um lugar (P. J.).

Olha não é fácil. No momento que a gente não tem uma estrutura formal, não tem também nem direção nem organização, a gente também não tem um ambiente um local, onde você diz que é aqui onde o conflito ficou resolvido. Então a forma de funcionamento do DU, ela é muito peculiar, ela funciona, é ...a partir do envolvimento individual de cada um, certo? ... Então por exemplo, eu to lá e desempenho um papel importante, porque eu to todo dia lá, todo dia me intertendo, e quando eu vejo que tem algum problema, eu chamo os outros (...). Se amanhã eu não quiser mais fazer isso, sem problema nenhum, eu paro de fazer, tas me entendendo... Ninguém me obriga a voltar, não tenho que avisar a ninguém e pronto, ninguém precisa me avisar... várias pessoas já entraram e saíram, foram e voltaram e não sei o quê e tal. O...Tudo isso é um processo, um grupo muito novo pra você dizer que isso é isso, tudo pode mudar daqui a pouco, é o que eu tenho visto, é a minha percepção (A. P.).

No que se refere ao deslocamento provocado pelo tipo de interação todos-todos e a possibilidade de produção coletiva ou individual de conteúdos, os membros do grupo “Direitos Urbanos/Recife”, a partir de suas discussões na página do *Facebook* geraram um conjunto de textos, cartas, abaixo assinados, todos eles publicados no *blog*. Mas também compartilharam muitos dos conteúdos produzidos por grandes canais de comunicação presentes na internet. Em relação ao conjunto de publicações, destaca-se o compartilhamento de notícias e informativos, estudos e pesquisas, ação e mobilização, denúncias, eventos e atividades. A maioria dessas publicações era de portais de notícias, *blogs* e jornais, outras eram pesquisas e estudos, também haviam textos produzidos pelos próprios membros dos grupos, além de bastantes imagens e vídeos. De maneira geral, tocavam nos principais temas

abordados pelo grupo, como as questões urbanas e ambientais, em sua maioria do contexto local, mas também nacional e global. Vale destacar, no entanto, que não se restringiram completamente a esses temas, surgindo também questões relativas aos direitos de minorias, corrupção, educação, saúde e política nacional e internacional, dentre outros. Em relato de observação, evidenciam-se algumas questões sobre os compartilhamentos no grupo:

As postagens podem ser imagens, vídeos, textos de outras pessoas remetidos por aquela que *postou*, texto de jornal, de blog independente, de blog ligado a alguma grande empresa de comunicação, pode ser a publicação de um evento que circula pelo *Facebook*, eventos acadêmicos ou organizados por ONGs, movimentos social, ou pelo poder público, pode ser o relato de alguma pesquisa, matéria de algum site, a convocação para alguma ação/mobilização, alguma denúncia, enquête, documentos legais etc. Tudo isso geralmente é acompanhado de algum comentário da pessoa que fez a postagem. Essa abertura, a partir de uma referência, é o tipo de postagem mais comum no grupo, ao contrário daquelas em que a pessoa simplesmente escreve um comentário. Para compreender a postagem é necessário abrir o texto e seguir com leitura atenta, observar as fotos e suas legendas, assistir vídeos, remeter a cartazes de ventos, artigos científicos, etc.. É fato que esse material muitas vezes é povoado de outras referências e informações que podem ser desdobradas através de *links* novos, como novos textos relacionados, o que faz desse material, na verdade, uma grande cadeia de informação sobre um determinado assunto (diário de campo).

A partir do material compartilhado no grupo, as interações são realizadas. Foi observado que o número de postagens era bastante grande, em mais ou menos três horas de observação realizadas por dia eram feitas cerca de sete novas postagens, o que abria a possibilidade de novos acontecimentos e questões surgirem e se tornarem mobilizadoras de interação, ações e mobilizações dentro e fora do espaço virtual. No que se refere à dinâmica gerada a partir do compartilhamento de conteúdos, ficou evidente a importância dada à capacidade das redes virtuais de difundirem as informações de forma permanente, ampla e rápida, conectando diversas iniciativas, organizando, articulando, informando e, conseqüentemente, gerando ações concretas de intervenção.

Uma experiência bem intensa. Digo intensa, de início para caracterizar a sensação que se tem ao passar cerca de duas ou três horas em frente ao computador a captar as publicações que são feitas e os diálogos que acontecem simultaneamente em *posts* distintos. A velocidade em que tudo ocorre é grande e a simultaneidade dos debates talvez seja o grande desafio para um simples observador com dois olhos. A sensação que tive é de que cada *post* funciona como uma sala de discussão, com pessoas diferentes a colocar suas opiniões. O conteúdo do *post* funciona como mote, ponto de partida, mas a restrição inicial não impossibilita o leque de questões que daí pode surgir. Também percebi que, por mais que as salas (*posts* abertos)

apareçam para mim como um ciclo fechado, a partir do qual algumas pessoas comentam e outras curtem, existe uma audiência sempre presente dos membros, aptas a participar a qualquer momento da discussão (diário de campo).

Nesse processo todo, senti-me muito angustiada, tentando encontrar uma forma de “registrar”, ou melhor, de “fixar” o turbilhão de fatos, os novos, os mais antigos (o antigo aqui significa dois ou três dias atrás), quem escolhia se posicionar e tomar a fala, deixar de ser assistência e se tornar sujeito nas discussões. A impressão é que a qualquer momento poderia surgir algum fato na cidade, que fosse desembocar num conjunto novo de postagens e debates e consequentes mobilizações. Pois era assim mesmo que tudo acontecia. Caso tal, das árvores que iriam ser cortadas, “fazer o quê?”, as ciclofaixas, que seriam apagadas, “vamos fazer o quê?” e assim por diante (diário de campo).

É importante destacar que à rede formada pelo grupo, onde ocorrem os debates, soma-se o espaço do *blog*, onde se organiza o material gerado pelos debates: escritos feitos por membros ou produzidos coletivamente, a fim de marcar e comunicar o posicionamento do grupo. De maneira geral, no *blog* “Direitos Urbanos/Recife” são publicados conteúdos produzidos pelos membros do grupo, cartas e respostas a críticas sofridas, pesquisas e estudos, relatos de experiências, divulgação de eventos e ações, documentos e relatos de reuniões, fotografias, *links* de blogs que discutem o direito à cidade, vídeos, relatos de atividades e documentos de reuniões. Diante da profusão de conteúdos e debates que ocorrem em tempo real, o *blog* colocou-se como necessários para os próprios participantes, já que nele se torna possível fixar os conteúdos de maior destaque e aqueles que são os principais mobilizadores de suas ações.

Foi aos poucos ficando evidente que, a partir das interações *on-line*, surgia a necessidade de realização de ações fora desse espaço. De maneira geral, as ações *off-line* também eram destacadas como fundamentais, uma vez que, através delas, o grupo e suas propostas ganhavam maior visibilidade (as ocupações). Por outro lado, os espaços institucionalizados de debates, como as Audiências Públicas, colocavam-se como aqueles em que o diálogo poderia se dar diretamente como os adversários e também poderia ocorrer o estabelecimento de uma ampliação da rede, a partir da interação com novos sujeitos. Dessa forma, a partir do relato abaixo, pode-se indicar sinteticamente, na visão de um dos membros, a forma de funcionamento do grupo:

- a) Ausência de hierarquias; b) Estabelecimento de grupos de trabalho e lideranças pontuais a cada processo, ação ou discussão temática; c) Ação voluntária e auto-financiada a cada momento específico (ou seja, não há caixa nem fluxo financeiro e há muita ‘vaquinha’ e ‘rá-rá’); d) Interesse

coletivo entendido da forma mais ampla (ou seja, ninguém está no grupo para defender a sua causa individual); e) Ações planejadas uma a uma e a partir do envolvimento de quem pode e deseja participar; f) Contribuição ‘técnica-profissional’ intensa dos membros (produzindo textos, vídeos, cartazes, maquetes etc.), de forma individual e coletiva; g) Diálogo e colaboração permanente entre diferentes saberes (urbanistas, advogados, cineastas, cientistas sociais, jornalistas etc.); h) Transparência e ampla divulgação dos debates e ações, admitindo e valorizando a convivência de diferentes opiniões e posições – desde que coincidam no que se refere aos princípios do grupo (BLOG - DIREITOS URBANOS/RECIFE⁵⁹).

Nos meses de observação, pode-se levantar um conjunto amplo de ações realizadas pelo grupo, tanto no espaço virtual, como fora dele. A partir da necessidade de intervir em certas questões, os membros acabavam por criar *on-line*, os chamados *eventos*, a fim de mobilizar o maior número possível de pessoas para participar das atividades. Fora do espaço *on-line* também se destaca o papel das reuniões face-a-face para sistematização e direcionamento e criação de estratégias para definir as ações. Sobre a importância dos *eventos* criados pelo *Facebook* e as vantagens dessa ferramenta L. A. e T. A. afirmam:

E essas coisas dos eventos que saem de lá... assim, a gente tem um momento que, por exemplo, que na internet passou muito tempo o pessoal naquela coisa do “ativista do sofá”, ninguém saía da internet e tal, as manifestações só ficavam na internet. E depois eu acho que as pessoas começaram a externalizar. (L. A.).

Ao mesmo tempo em que se decidiu fazer o evento decidiu-se vamos juntar no *Facebook* porque é mais fácil, todo mundo acessa. E hoje externa, as coisas saem de lá porque as pessoas tem necessidade de falar, de opinar e que o pessoal tá vendo que só opinando na internet não dá, não vai. Quando a gente organiza, coisas da internet, a gente tem sempre uma margem né, pelo menos 10% das pessoas vão, e eu tenho notado que essas margens vão crescendo, tem crescido. Por exemplo, na bicicletada, quando a gente faz o evento “ah vai ter a bicicletada”- no evento não o evento tá lá toda sexta-feira, na última sexta-feira do mês, na verdade - mas quando se cria o evento no *Facebook* pra divulgar, se 600 pessoas curtiram, 300 vão, agora é 50% (T. A.).

Sendo assim, os eventos podem ser vistos como um elo entre as propostas de ação colocadas nos debates *on-line* e o seu acontecimento *off-line*. Também, para além dos eventos do *Facebook*, as ações feitas pelo grupo são também realizadas por iniciativas individuais ou de pequenos grupos de pessoas sobre temas específicos ou ações estratégicas que devem ser tomadas. Mediante conversas estabelecidas na rede da internet (em formato *inbox*), não

⁵⁹ <http://direitosurbanos.wordpress.com/2013/03/11/direitos-urbanos-recife-o-que-ha-de-novo-aqui/>

necessariamente dentro do mural do grupo, alguns membros decidem por certas estratégias de ação e depois comunicam ao grupo. Nas fala de A. P.:

Então a gente se organiza de um jeito pra cada ação que vai ter, ou pra cada projeto que aparece a gente tem uma forma de fazer (...) é importante o debate, o que acontece no mural do grupo, ali... Então grande parte acontece ali. E tem uma forma prática e operacional, pra dizer quem vai fazer a faixa, quem vai alugar o carro de som e não sei o quê... E uma outra parte estratégica para alguns temas por exemplo, é... metade do tempo que a gente levou para o caso do PNR, deu com discussão fechada para um grupo jurídico. Eu não participei de nenhuma dessas conversas, era um grupo jurídico fechado, a gente não sabia o que tava acontecendo, mais sabia que ia ter uma ação... O quem era que ia apresentar, qual o conteúdo da ação, nada... nada. L. me disse, olha tem um grupo que ta discutindo isso... (A. P.).

Nos meses de observação, então, foi possível levantar um conjunto de mobilizações e ações de destaque realizadas pelo grupo. A primeira delas, depois do grupo já formado no *Facebook*, foi o #OcupeEstelita que ocorreu no dia 15 de abril de 2012, já relatado anteriormente. Com o grande destaque tido pela ocupação, foram realizadas mais duas edições, uma em 22 de abril (#OcupeEstelita 2) e outra em 12 de maio de 2012 (#OcupeEstelita 12M). Também foi realizado o #OcupeAgamenon, em protesto contra a construção de viadutos na Av. Agamenon Magalhães e, em dezembro de 2012, ocupações na Prefeitura do Recife (#OcupePrefeitura), com o objetivo de barrar a aprovação do PRN pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CDU). A importância das ocupações para dar visibilidade ao movimento e abrir a possibilidade de novos vínculos com sujeitos individuais e coletivos é apresentada na fala de um dos entrevistados, que passou a membro do grupo *on-line* depois de participar da ocupação:

Na verdade eu não conhecia o DU, eu conhecia o movimento Ocupe Estelita, agora não lembro se foi no *Facebook* mesmo ou se foi no *Twitter*... Aí eu fui pra o primeiro Ocupe e naquele primeiro Ocupe que eu entrei no DU. Ai eu conheci o pessoal né... , que é mais ativo... Ai eu entrei. (T. A.).

Para além do fato de dar visibilidade ao grupo, as ocupações são justificadas pelo seu papel socializante e agregador de novos sujeitos à rede, além de levar esses a se apropriarem dos espaços públicos de maneira mais coletiva, a vivenciarem a cidade para além dos espaços privados de lazer, como shoppings, bares, boates etc. Além disso, passa a estreitar os laços e interações sociais que se iniciam *on-line*, é o lugar onde pessoas se conhecem para além dos perfis virtuais, onde ocorrem debates ao vivo, onde elas interagem através de atividades culturais, oficinas, piqueniques, passeios de bicicleta. A importância das ocupações no Cais

José Estelita estão, assim, relacionadas com a forma como o grupo acredita que a cidade deve ser vivenciada.

Há ainda algo muito importante relacionado aos princípios e ao *modus operandi* do DU. Uma das principais bases de nossas formulações é o reconhecimento de que vivemos em uma cidade socialmente segregada, cuja elite opera com base na produção do medo, do ódio e do afastamento entre as pessoas. Superar esse estado de coisas é um dos nossos objetivos e, por isso, na nossa prática cotidiana procuramos propiciar o encontro – entre pessoas e grupos e entre as pessoas e a cidade e seus diferentes espaços e territórios. Além disso, em consonância com outros movimentos em muitas partes de mundo, nossa ação política procura incorporar a alegria, a beleza, a arte, o bom humor e o amor, entendido de forma ampla, generosa e solidária. O OcupeEstelita é a ação que melhor descreve esse modo de atuar, mas não é a única (BLOG - DIREITOS URBANOS/RECIFE⁶⁰).

Além das ações de ocupação, destacam-se as audiências públicas ocorridas nesse período, voltadas para questões relativas à cidade, como mobilidade e moradia. A maioria delas foi divulgada no grupo e pelo *blog* a fim de garantir que membros participassem e trouxessem as informações para discussão *on-line*.

Divulgação de diversas outras audiências sobre a cidade:

Audiência Pública – Tema: As Condições das moradias e a indenização dos moradores pela construção da via Mangue das Comunidades: Deus nos Acuda; Pantanal e Beira Rio. 19/04/2012, das 09:30 até 12:00, no Plenarinho da Câmara do Recife.
Audiência Pública – Tema: “Transporte Fluvial”. 20/04/2012, das 09:00 até 13:00, no Plenarinho da Câmara do Recife.
Audiência Pública – Tema: “Reordenamento do Trânsito no entorno dos Mercados Públicos da Madalena e da Boa Vista 25/04/2012, das 09:00 até 13:00, no Plenarinho da Câmara do Recife.
Audiência Pública – Tema: “Transporte Coletivo”. 27/04/2012, das 09:00 até 13:00, no Plenarinho da Câmara do Recife.
Audiência Pública – Tema: “Ciclovía/Moto/Carga e Descarga”. 03/05/2012, das 09:00 até 13:00, no Plenarinho da Câmara do Recife. (BLOG - DIREITOS URBANOS/RECIFE⁶¹).

Dentre as audiências de maior destaque, pode-se apontar também a que ocorreu no dia 30 de março de 2012 sobre a construção dos Viadutos na Av. Agamenon Magalhães e também a ocorrida no dia 18 de maio de 2012, que deu continuidade a polemica gerada pelo PNR e tratou especificamente sobre a preservação e manutenção do Cais José Estelita. Na ocasião estavam presentes representantes da Prefeitura, os quais prestaram esclarecimentos

⁶⁰ <http://direitosurbanos.wordpress.com/2013/03/11/direitos-urbanos-recife-o-que-ha-de-novo-aqui/>

⁶¹ <http://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/18/agenda-de-audiencias-da-camara-de-vereadores/>

sobre o andamento do processo de aprovação do Projeto Novo Recife. Os espaços abertos pelas audiências também se colocaram como propícios ao acompanhamento dos acontecimentos e acesso a informações.

Outras atividades de caráter socializante também foram realizadas. Uma delas foi a “Mostras de Vídeos Direitos Urbanos” ocorrida no dia 21 de maio de 2012 no Cinema São Luiz, com exibição de curtas e longas metragens com a temática da vida nas grandes cidades. Essa foi seguida de debate sobre as ações do grupo “Direitos Urbanos/Recife” e as perspectivas para as eleições municipais que ocorreriam nesse mesmo ano.

O Cinema São Luiz abriu as portas nesta segunda-feira (21) para a primeira edição da *Mostra Direitos Urbanos do Recife* que, em parceria com o movimento #ocupeestelita, exibiu curtas-metragens sob a temática das grandes cidades, o seu progresso, o poder dos consórcios imobiliários e as questões sociais. Cineastas, pesquisadores e professores de universidades públicas do Recife estiveram presentes no evento, discutindo o espaço público no Recife, que passa por uma crise. “É importante provocar a cidade como um todo e esses filmes são como um chamado para que as pessoas prestem atenção nisso”, conta o professor da Universidade Católica (Unicap), Fernando Fontanella, que enfatizou a importância da atuação da mídia na sociedade (BLOG - DIREITOS URBANOS/RECIFE⁶²).

Integrantes do grupo também participaram de programas de TV, como o “Opinião Pernambuco” da TV Universitária, de debates em rádios locais e de eventos acadêmicos sobre temas ligados às questões discutidas pelo grupo. No período eleitoral também participaram de debates, mediante convites de candidatos a vereador. Também foram entregue a “Carta Aberta do #OcupeEstelita para a Reunião Preparatória da Rio/Clima (Rio+20)” no dia 12 de abril de 2012, aos participantes da [Reunião Preparatória](#) para o encontro Rio/Clima, também a “Carta em defesa do Cais José Estelita. Nossa paisagem, nosso patrimônio” para os órgãos federal e estadual de patrimônio, Iphan e Fundarpe, a Secretaria de Cultura do Estado e o Governo de Pernambuco. Às ações *off-line* realizadas somaram-se às ações propriamente virtuais, como os abaixo assinados “Contra o Projeto Novo Recife”⁶³, criado por uma plataforma “Petição Pública”, que recolhe assinaturas virtuais.

Sendo assim, é válido destacar que tanto o grupo do *Facebook*, como as atividades ocorridas fora do espaço virtual compuseram o cenário a partir do qual o grupo articulou os sujeitos que passaram a compor sua rede de movimento. Muito embora seja nos debates

⁶² <http://direitosurbanos.wordpress.com/2012/05/22/centenas-de-pessoas-participaram-da-l-mostra-direitos-urbanos/>

⁶³ Disponível em: <http://www.peticaopublica.com.br/?pi=PNRDAO>

diário, em tempo real, que as redes se estabeleceram e se mantiveram, foi sem dúvida no caráter de intervenção nos processos políticos que ocorrem na cidade através das ações jurídico-políticas e os espaços de socialização, como as ocupações, que fizeram com que o grupo mantivesse fortalecidos os nós que compõem sua rede de movimento. Os consecutivos êxitos alcançados, como a paralisação das obras do PNR, a retirada de curso do projeto que previa a construção dos Viadutos da Agamenon Magalhães e tantos outros acontecimentos ligados às questões urbanas na cidade, impulsionaram o grupo a seguir com suas ações, alimentadas pelo debate permanente na plataforma virtual, o qual manteve ativos os nós entre os diversos sujeitos que compõem o grupo como rede de movimento.

Por fim, faz-se importante destacar, dentre os diversos sujeitos, individuais e coletivos que foram aos poucos se articulando à rede de movimento formada pelo grupo “Direitos Urbanos/Recife” do *Facebook*, o papel desempenhado pelo Ministério Público (MP). O vínculo estabelecido com o MP pelas redes sociais da internet, através do perfil da promotora do Meio Ambiente Belize Câmara, propiciou a realização de um conjunto de ações legais que trouxeram êxitos às reivindicações do grupo. O caderno Aurora do Jornal Diário de Pernambuco⁶⁴ realizou uma matéria com a promotora a fim de compreender o papel que essa desempenha no grupo e a relação estabelecida entre o MP e a sociedade através das redes sociais da internet. O jornal destaca:

Ela tem ganhado especial notoriedade desde a audiência pública em 22 de março deste ano sobre o projeto do consórcio para o Cais Estelita. Na ocasião, marcou, com voz firme, a posição do Ministério Público em favor de um debate crítico sobre os rumos da cidade, entusiasmando as pessoas que lotavam o auditório. Desde então, Belize tem tido uma participação combativa em sucessivos casos de relevo. “Acho que cometi excessos na forma de falar durante aquela audiência. Estava empolgada pelo discurso anterior do professor Tomás Lapa (do departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE), que falou muito bem e foi muito eloquente”, pondera. “Mas acho que foi importante, pois ajudou a impulsionar o grupo Direitos Urbanos”, avalia (Cadernos Aurora de 24 de novembro de 2012).

A promotora destaca-se como um dos membros do grupo mais requisitados, quando ocorrem casos de irregularidades envolvendo o patrimônio histórico e o meio ambiente. Ela destaca ainda o papel fundamental das redes sociais da internet para compor o seu trabalho, ao torná-lo mais ágil. No caso do grupo “Direitos Urbanos/Recife” do *Facebook* a atuação em

⁶⁴ Disponível em: <http://aurora.diariodepernambuco.com.br/2012/11/boa-de-briga/>

tempo real através da internet se colocou como fundamental para ajudar a aproximar a sociedade do poder público.

O grupo reúne mais de 7 mil pessoas no *Facebook*. Além de debates sobre o futuro que se quer para o Recife e obras fundamentais nesse processo, concentra denúncias de irregularidades cometidas contra o patrimônio histórico e o meio ambiente. Um dos membros mais requisitados nas discussões costuma ser Belize. Caso emblemático ocorreu no último dia 10 de outubro, quando a ameaça de demolição de um casarão histórico na Estrada do Arraial deu início a um processo colaborativo de coleta de informações, pela internet, que se concretizou em uma recomendação de proteção do imóvel por parte do Ministério Público. “A atuação integrada com as redes sociais deixa o processo muito mais rápido. Muitas vezes me informam pela internet e depois que acabo de instaurar o procedimento é que chega a notificação oficial na promotoria”, conta Belize (Cadernos Aurora de 24 de novembro de 2012).

Um dos entrevistados destacou o papel desempenhado pela promotora através das redes sociais, como sendo importante para aproximar o poder público, o Estado, da opinião da sociedade:

Ela foi vanguardista em enxergar que ali é um espaço de opinião pública. A opinião pública não tá só na imprensa formal, nos jornalistas, ali é um espaço de opinião pública, as pessoas estão ali discutindo as coisas que acontecem, porque as pessoas estão numa rua também, não é um espaço virtual. Não são pessoas que estão trancadas numa sala 100% da vida na frente do computador, as pessoas andam pelas ruas e veem as coisas que, por exemplo, o promotor não vê no gabinete dele, e as pessoas não tem o costume de ir lá no Ministério Público e fazer as denúncias. Pra mim pega essa vanguarda, então, e externaliza né, as denúncias que são feitas ali são captadas. (L. A.).

O papel desempenhado por Belize Câmara nos meses observados foi fundamental para que o grupo alcançasse êxito jurídico-político em boa parte das reivindicações realizadas. A importância da aproximação do Estado da população através das redes sociais da internet é destacada na fala de um dos membros do grupo, que faz ainda a ressalva de que essa aproximação deve ser feita de forma a abrir um canal de participação e não apenas de incorporação de práticas políticas já conhecidas:

Acho, porém, que o poder público precisa se aproximar da sociedade, dialogar e considerar nossas posições. As redes sociais são um meio importante de diálogo e aproximação, mas o poder público só se utiliza delas para se autopromover, não incorporando as redes à sua prática política e de gestão (L. C.).

Como se pode observar, a formação do grupo “Direitos Urbanos/Recife” do *Facebook*, como uma rede de movimento social, apresenta alterações importantes nos processos de participação, que passam a ocorrer também a partir de estruturas mobilizadas a partir de sujeitos que se dispõem a participar de discussões em tempo real e acabam por estabelecer, a partir das plataformas virtuais, disputas de sentido e formas de sociabilidade que se tornam permanentes. Sendo assim, pode-se perceber que é possível pensar na formação de ações coletivas permanentes a partir das redes virtuais, mas salientar também que, no caso do grupo estudado essa rede foi somada a outros espaços embate e discussão (as Audiências Públicas) e de sociabilidade (Ocupações), a fim de fixar os nós que compõem a rede de movimento virtual.

Também ficou evidente que a organização do grupo se pauta por uma estrutura menos hierarquizada, o que não significa dizer que não existam nós nas interações, os quais são desempenhados por sujeitos que participam mais ativamente dos debates e ações e por aqueles que possuem argumentos mais qualificados. Muito embora não substituam as organizações formais, estruturadas e permanentes, as redes de movimentos vem trazer a possibilidade de se pensar estruturas de participação mais flexíveis. Na análise realizada, buscou-se considerar principalmente o estabelecimento das redes de movimento nos espaço virtual, mas sem deixar de considerar a importância dos espaços *off-line* na permanente construção e emergência desses sujeitos coletivos. A velocidade de circulação da informação, a possibilidade de conectar diversas iniciativas, a possibilidade de elaboração de conteúdos foram aspectos que se destacaram. Como afirmou Castells (2003), por causa da flexibilidade e do poder de comunicação da internet, a interação social *on-line* desempenha crescente papel na organização social e as redes *on-line*, quando se estabilizam em sua prática, podem formar comunidades não necessariamente menos eficazes na criação de laços de mobilização.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pôde ver, esse trabalho abordou a discussão da articulação de identidades políticas a partir das redes sociais da internet, diante da importância de levar em consideração o contexto da maior expansão das novas tecnologias da informação e comunicação (NTICs) na sociedade brasileira. De maneira geral, inseriu-se a discussão no contexto da confluência perversa (DAGNINO, 2004a), o qual coloca em crise a compreensão do que seja a *participação*, a *sociedade civil*, a *cidadania* e a *democracia* e considerou a abordagem das redes para compreender a emergência de atores políticos no contexto da hegemonia da pequena política (COUTINHO, 2010). Mas partiu também da pertinência dos questionamentos feitos sobre o papel desempenhado pelas NTICs na articulação de mobilizações políticas em todo o mundo, que vêm ocorrendo desde 2011.

O trabalho se propôs, então, a refletir sobre como, diante do crescimento contínuo do acesso à internet no Brasil, com destaque para o uso das redes sociais, podem ser articuladas identidades políticas, novos espaços de participação e deliberação e mobilizações sociais. Reconhece-se, de partida, que o acesso à internet no Brasil é ainda restrito e se concentra basicamente entre os jovens, os mais escolarizados e aqueles com renda maior que 3 a 5 salários mínimos. Esse aspecto coloca a necessidade de se repensar e melhor avaliar, por exemplo, perspectivas que acreditam que a internet pode se colocar como uma nova arena pública de debates, no contexto brasileiro.

Ainda, e não menos relevante, é importante também salientar que pesquisas sobre as diversas formas de apropriação da internet podem ser realizadas, uma vez que, mesmo sendo apontado o seu potencial democratizante, esse deve ser considerado como um horizonte, que apenas pode se realizar a partir das decisões/ações dos agentes sociais, a partir do entendimento/percepção que esses têm do seu contexto de referência/ambiente particular. Também se colocou brevemente nesse trabalho a dimensão do controle da rede por mecanismos de personalização do acesso às informações e as implicações desse com interesses de mercado. Mesmo não tendo esses como foco da avaliação, os processos de inter-relação entre o controle do mercado sobre a internet e o espaço de deliberação aberto por essa tecnologia podem ser estudados por trabalhos que se inserem no campo das ações coletivas e movimentos sociais.

À abordagem das redes, somou-se à perspectiva teórica do pós-marxismo para analisar a articulação de identidades políticas no contexto da hegemonia neoliberal de democracia, que coloca o dogma da ausência de alternativas. Nesse contexto, ocorre a tentativa de esvaziar a pluralidade de sentidos presentes no social, que articulados podem colocar em disputa visões alternativas de sociedade. Diante desse discurso, esse trabalho se pôs o desafio de compreender a construção de identidades políticas, retomando a perspectivas do antagonismo social, do conflito, e da disputa de sentidos em torno da abertura de projetos diversos de sociedade.

A partir da análise do grupo “Direitos Urbanos/Recife” do *Facebook* foi possível pensar como o discurso do *desenvolvimento* e da *gestão eficiente*, presentes no atual contexto do Estado de Pernambuco, da Cidade do Recife e também apropriado pelo setor da construção civil, pôde ser questionado pela pluralidade de visões presentes no campo social, expressas e articuladas pelas redes sociais da internet. Como visto, a partir de um conjunto de sujeitos individuais e coletivos reunidos em debates na rede social *Facebook*, o antagonismo emergiu de maneira a tornar central o ponto nodal *direitos urbanos*. A partir desse ponto, ideias como a de um desenvolvimento mais justo e sustentável, a retomada de uma perspectiva participativa e ativa da sociedade civil diante dos processos de mudança no espaço urbanos, a valorização da vivência coletiva nos espaços públicos, foram colocadas como centrais. O empreendimento Projeto Novo Recife, previsto para ser realizado no Cais José Estelita, área do patrimônio histórico da cidade do Recife, se colocou como o antagonismo central, a partir do qual o discurso do *desenvolvimento* e da *gestão eficiente* foi posto em questão. Diante desse antagonismo, foram definidas identidades relacionais: de um lado, o setor da construção civil e a Prefeitura da Cidade do Recife e, do outro, o grupo “Direitos Urbanos/Recife” do *Facebook*.

As redes sociais da internet foram abordadas nesse trabalho a partir da preocupação de não se levar em conta apenas o seu aspecto instrumental de mobilização, mesmo tendo em vista a importância da velocidade da articulação em tempo real, da manutenção permanente de uma arena de debates, da possibilidade de produção de conteúdo, por exemplo. Procurou-se mostrar o seu potencial de gerar uma nova forma de articulação, participação e sociabilidade, a partir de uma estrutura mais flexível, específica das organizações em redes de movimentos sociais na internet. Mas também, a partir do estudo do grupo “Direitos Urbanos/Recife” do *Facebook*, foi visto o papel fundamental que outros espaços de articulação em rede de sujeitos individuais e coletivos desempenharam. A partir das

ocupações, a rua somou às redes virtuais o poder de disseminação e visibilidade, além de se colocar como espaço de sociabilidade e manutenção dos vínculos que compõem a rede de movimento. As Audiências Públicas também se tornaram arenas de debates e expressão dos conflitos, onde os diferentes atores em relação de antagonismo puderam colocar em disputa os diferentes discursos. Foi também nesse espaço que se estendeu a possibilidade de interação entre os diferentes sujeitos sociais, a fim de articular a rede de movimento.

Por fim, e de maneira relevante, constatou-se o papel desempenhado pelo poder público, via Ministério Público, através das redes sociais da internet. Por meio da ativa participação da promotora do Meio Ambiente do município de Recife, Belize Câmara, as ações do grupo, no plano jurídico-político, alcançaram resultados contínuos. A importância dada pela promotora às demandas geradas pela sociedade civil através da internet se coloca como um aspecto revelador dessa pesquisa, tendo em vista que, a princípio, o discurso do modelo de *gestão eficiente*, leva a um esvaziamento do sentido democrático da participação, colocando a elaboração e execução das políticas públicas não no plano político, mas da administração. Dentre os aspectos que essa pesquisa não tinha necessariamente a intenção de abordar e que se tornaram importantes, esse foi sem dúvidas aquele que mais chamou a atenção quando da busca por compreender a formação de redes de movimentos sociais a partir da internet. Para além dos sujeitos individuais e coletivos a compor a rede, a presença de um perfil que representou um elo direto com o Estado, apontou também a relevância de serem realizadas maiores investidas para compreender a relação entre o Ministério Público e a sociedade, a partir da internet, na defesa da ordem jurídica e fiscalização do cumprimento das leis, além de evidenciar as potencialidades de construção de novos espaços de interlocução entre ambos.

Esse trabalho, então, aponta a relevância de serem realizadas pesquisas sobre as questões acima levantadas, ainda mais no campo de estudo dos movimentos sociais e das ações coletivas. De maneira geral, procurou contribuir ao trazer alguns elementos sobre a formação de ações em rede de movimentos sociais a partir da internet, dada a pertinência que esta temática alcançou no cenário atual, tanto mundialmente, quanto no Brasil. Também procurou retomar a abordagem conflitual para apresentar a articulação de identidades políticas, a qual coloca a possibilidade de se abrirem projetos alternativos de sociedade. Espera-se, assim, ter trazidos novos elementos que enriqueçam o atual panorama dos estudos das ações coletivas/movimentos sociais e a incorporação de novos mecanismos de articulação e mobilização.

7. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C. Nas telas, nas ruas, nas redes. In: SIMPÓSIO EM TECNOLOGIAS DIGITAIS E SOCIABILIDADE, 2011, Salvador.

ALVES, G. Ocupar Wall Street... e depois? In: HARVEY, D. et al. **Ocuppy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 31-38.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. e GENTILI, P. (org.). **Pósneoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

AVRITZER Leonardo e COSTA Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, nº 4, p.703-728. 2004.

BRAGA Ruy. Apresentação. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele Saliba (org.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 7-14.

BRUNNER, J. J. **Cartografias de la Modernidad**. Santiago: Dolmen Ediciones, 1994.

BURITY, Joanildo. Desconstrução, hegemonia e Democracia: O Pós-Marxismo de Ernesto Laclau. Buenos Aires: Biblioteca Virtual Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). Sem data. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/nabuco/joan7.rtf>. Acesso em: 17 abril 2013.

CARNEIRO, H. Apresentação – Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, D. et al. **Ocuppy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 7-14.

CARDOSO, R. C. L. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, E. (org.). **Anos 90: Política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET. **TIC Domicílios e Empresas 2011**: pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no Brasil. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2012.

COUTINHO, C. N. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco de, BRAGA, R., RIZEK, C. **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 29-43.

BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele Saliba. **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 398.

DAGNINO, E. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In: Alejandro Grimson. **En publicacion: La cultura en las crisis latinoamericanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO. 2004a.

_____. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: Evelina Dagnino (org.). **Anos 90: Política e Sociedade no Brasil**. Editora Brasiliense: São Paulo, 2004b.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. **Movimentos sociais no início do Século XXI: Antigos e novos atores**. Petrópolis: Vozes, 2003.

IBGE. **Acesso à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

JENKINS, Henry & THORBURN, David. Introduction: The Digital Revolution, the Informed Citizen, and the Culture of Democracy. In: Henry Jenkins and David Thorburn (org.). **Democracy and New Media**. Massachusetts: MIT Press, 2003.

LACLAU, Ernesto. Discourse. In: GODDIN, R & PETTIT (org.). **The Blackwell Companion to Political Philosophy**. Oxford: Blackwell, 1993.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y Strategia socialista**: hacia una radicalización de la democracia. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

_____. Posmarxismo sin pedido de disculpas. In: LACLAU, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1993. p. 111-145.

LEMOS, André & LÉVY, Pierre. **O futuro da Internet**: em direção a uma ciberdemocracia planetária. Paulo: São Paulo, 2010.

MORAES, D. Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na Internet. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, vol. XXIII, n. 2, p. 142-155, julho/dezembro. 2000.

MOUFFE, Chantal. Por uma Política da identidade nômade. **Debate Feminista**. Edição especial: Cidadania, feminismo. São Paulo: Melhoramentos, 1999. p. 266-275.

_____. Pensando a democracia com, e contra, Carl Schmitt. **Revue Française de Science Politique**. Vol. 42, n. 1. 1992.

_____. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista Sociologia Política**. Curitiba, n. 25, p. 11-23. 2005.

_____. Democracia, Cidadania e a Questão do Pluralismo. **Política & Sociedade**. Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 11-26. 2003.

MUTZENBERG, REMO. A questão dos movimentos sociais na atualidade. No prelo. Sem data.

OLIVEIRA, F. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: Francisco de Oliveira e Cibeles Saliba Rizek (org.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

TELLES, Vera. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, E. (org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FRAGOSO, S., RECUERO, R. AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina. 2012.

PARISER, Eli. **O filtro invisível da internet: o que a internet está escondendo de você** Rio de Janeiro: Zahar. 2012.

ROCHA, M. FERREIRA, J. Entre a Inclusão e a Democracia Digital: a atuação do Estado e do terceiro setor em comunidades pobres da Região Metropolitana do Recife. **Liinc em Revista**. Rio de Janeiro, v.5, n.1, p. 100-116, março. 2009.

SCHERER-WARREN, I. & LÜCHMANN, L.H.H. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil. **Política e Sociedade**. Florianópolis, v. 3, n.5, p. 13-35, outubro. 2004.

SCHERER-WARREN, I. Redes sociales y de movimientos en la sociedad de la información. **Nueva Sociedad**. V. 196, p.77-92, abril-marzo. 2005. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/3250_1.pdf>. Acesso em: 12 abril 2013.

SAFATLE, V. Amar uma ideia. In: HARVEY, D. et al. **Ocuppy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 45-56.

ZIZEK, S. (2012). O violento silêncio de um longo começo. In: HARVEY, D. et al. **Ocuppy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 15-26.